



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 08/2024

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2024

INICIADA ÀS 10 HORAS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS e 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	10
ANTES DA ORDEM DO DIA	11
ORDEM DO DIA	46
ENCERRAMENTO	127

ATA N.º 08/2024ABERTURA

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - Apreciação e votação de Atas**

a) Ata n.º 06/2024 de 30 de setembro de 2024

b) Ata n.º 07/2024 de 25 de novembro de 2024

2.2 - Leitura resumida do expediente**2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos****2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal****2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação**

2.5.1 Recomendação – Reabertura dos Sanitários Públicos, substituição dos atuais contentores de recolha de resíduos domésticos e limpeza e varrição dos espaços públicos ao Domingo e Feriados (PCP)

2.5.2 Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Ramiro do Carmo Cunha Reis (PPD/PSD e PS)

2.5.3 Moção “A Saúde no Concelho” (PPD/PSD)

2.5.4 Moção – Uma Mobilidade mais inclusiva para a Covilhã (PPD/PSD)

2.5.5 Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. António Pinto Pires (PS)

2.5.6 Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando da Silva Pires (PS)

2.5.7 Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. José Manuel Vicente Gil Barreiros (PS)

2.5.8 Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Arménio Saraiva Baltazar Correia (PS)

2.5.9 Voto de Louvor – Teatro das Beiras (PS)

2.5.10 Voto de Louvor – Lua Afonso (PS)

2.5.11 Voto de Louvor – Centenário do Nascimento de Mário Soares (PS)

2.5.12 Recomendação para a Criação de um Novo Local de Voto na zona baixa da cidade da Covilhã (PS)

- 2.5.13 *Moção Pelo Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PS)*
- 2.5.14 *Proposta para a Criação de Comissão de Trabalho Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã) (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 - *Debate entre Grupos Municipais*
 - *Políticas de ambiente no concelho da Covilhã e desenvolvimento rural (CDS-PP)*
 - *“Prevenção de Incêndios e Proteção Civil” (PS)*
- 3.2 - *Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Saúde no Município: Desafios e Estratégias. O presente e o futuro” realizado em 25/11/2024 e votação de propostas de deliberação*
- 3.3 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*
- 3.4 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Orçamento Municipal para 2025; Mapa de Pessoal para 2025; Listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação; Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e Outras Receitas Municipais e Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal*
- 3.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Suspensão da aplicação no ano de 2025 da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo*
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adjudicação da “Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas 2024/2025/2026”*
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Versão Final do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT COVILHÃ 2020-2023)*
- 3.8 - *Apreciação e deliberação sobre as Propostas de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas – 2025*
 - *Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve*
 - *Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã*
 - *Agrupamento de Escolas do Teixoso*
 - *Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto*
 - *Escola Secundária Campos Melo*
 - *Escola Secundária Quinta das Palmeiras*
- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Adesão do Município da Covilhã à INOV@TERMAS – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar*
- 3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Plano Municipal de e para a Juventude da Covilhã*
- 3.11 - *Conhecimento do Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação 2025, elaborado no âmbito do projeto Radar Social, enquadrado na Componente 03 –*

Respostas Sociais, investimento RE-C03-i01, Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

- 3.12 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso***

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na sessão os Excelentíssimos Senhores(as): Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Lino Fernandes Torgal em substituição do Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição da Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento em substituição do Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva em substituição da Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira em substituição do Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho em substituição da Senhora Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Mafalda Lourenço Nunes em substituição do Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. Nuno Flávio da Costa Reis, Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Eng.º Pedro Miguel Matos Mingote em substituição do Senhor Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Não compareceram à presente Sessão os Senhores: Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada) e Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Vereadores Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia, e o Coordenador Técnico, Adriano Flávio de Jesus Mingote. -----**

--- Submetida a **Ordem de Trabalhos** à apreciação, foram propostas as seguintes alterações: -----

- Antecipar o ponto **3.12 Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso** para o ponto **3.2**, o qual foi **aprovado por unanimidade**, alterando-se a numeração dos pontos seguintes; -----
- Alterar o ponto **2.5.3 Moção “A Saúde no Concelho” (PPD/PSD)** para o ponto **3.3 – Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Saúde no Município: Desafios e Estratégias. O presente e o futuro” realizado em 25/11/2024 e votação de propostas de deliberação**, o qual foi **aprovado por unanimidade**; -----
- Incluir um novo ponto no 2.5 com o título **“Saudação à luta das populações pelo fim das portagens na A23 e A25”**, tendo sido **rejeitada com o voto desfavorável do Deputado Municipal Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** que justificou que “na altura da criação do Regimento foi colocado um artigo para prever excecionalmente a aceitação de documentos por unanimidade. Esse artigo foi colocado pensando principalmente em factos que pudessem ocorrer entre a data limite do prazo de entrega e a própria Assembleia, como o caso de votos de pesar de última hora. -----

Não é o caso. Este voto podia ser entregue dentro do prazo. Não tenho nada a dizer relativo ao conteúdo do próprio voto, mas cumprindo com o que tinha ficado acordado tacitamente, nomeadamente com outras bancadas, oponho-me que haja essa aceitação do documento.” -----

- Após as alterações aprovadas, a Ordem de Trabalhos ficou com a seguinte configuração: -----

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciação e votação de Atas

- a) Ata n.º 06/2024 de 30 de setembro de 2024**
- b) Ata n.º 07/2024 de 25 de novembro de 2024**

2.2 - Leitura resumida do expediente

2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos

2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal

2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação

- 2.5.1 Recomendação – Reabertura dos Sanitários Públicos, substituição dos atuais contentores de recolha de resíduos domésticos e limpeza e varrição dos espaços públicos ao Domingo e Feriados (PCP)**
- 2.5.2 Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Ramiro do Carmo Cunha Reis (PPD/PSD e PS)**
- 2.5.3 Moção – Uma Mobilidade mais inclusiva para a Covilhã (PPD/PSD)**

- 2.5.4 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. António Pinto Pires (PS)*
- 2.5.5 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando da Silva Pires (PS)*
- 2.5.6 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. José Manuel Vicente Gil Barreiros (PS)*
- 2.5.7 *Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Arménio Saraiva Baltazar Correia (PS)*
- 2.5.8 *Voto de Louvor – Teatro das Beiras (PS)*
- 2.5.9 *Voto de Louvor – Lua Afonso (PS)*
- 2.5.10 *Voto de Louvor – Centenário do Nascimento de Mário Soares (PS)*
- 2.5.11 *Recomendação para a Criação de um Novo Local de Voto na zona baixa da cidade da Covilhã (PS)*
- 2.5.12 *Moção Pelo Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PS)*
- 2.5.13 *Proposta para a Criação de Comissão de Trabalho Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã) (PS)*

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 - *Debata entre Grupos Municipais*
 - *Políticas de ambiente no concelho da Covilhã e desenvolvimento rural (CDS-PP)*
 - *“Prevenção de Incêndios e Proteção Civil” (PS)*
- 3.2 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso*
- 3.3 - *Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Saúde no Município: Desafios e Estratégias. O presente e o futuro” realizado em 25/11/2024 e votação de propostas de deliberação*
- 3.4 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município*
- 3.5 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Orçamento Municipal para 2025; Mapa de Pessoal para 2025; Listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação; Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e Outras Receitas Municipais e Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal*
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Suspensão da aplicação no ano de 2025 da Taxa Municipal de Ocupação de Subsolo*
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Adjudicação da “Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas 2024/2025/2026”*
- 3.8 - *Apreciação e deliberação sobre a Versão Final do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT COVILHÃ 2020-2023)*
- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre as Propostas de Autorização da Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas – 2025*
 - *Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve*
 - *Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã*

- *Agrupamento de Escolas do Teixoso*
 - *Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto*
 - *Escola Secundária Campos Melo*
 - *Escola Secundária Quinta das Palmeiras*
- 3.10 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Adesão do Município da Covilhã à INOV@TERMAS – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar***
- 3.11 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta do Plano Municipal de e para a Juventude da Covilhã***
- 3.12 - *Conhecimento do Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação 2025, elaborado no âmbito do projeto Radar Social, enquadrado na Componente 03 – Respostas Sociais, investimento RE-C03-i01, Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)***

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Registaram-se duas inscrições para Intervenção do Público, tendo o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dado o uso da palavra aos Senhores: -----

- **Luís Manuel Martins Domingos** que, após cumprimentar todos os presentes, alertou que “desde que construíram aquele edifício da *Interprev* no acesso ao Data Center da Covilhã, existe um risco elevado de acidentes, tanto de viação como até de atropelamento” com a construção de “um muro à volta daquela rotunda. Não é um gradeamento. -----

Existe um risco elevado de acidentes de viação e de atropelamento porque tem um parque de estacionamento do lado norte, onde agora está um carregador de veículos elétricos, e quem trabalha ali na *Interprev* estaciona os carros ali, vai a pé pela via porque não tem passeio e porque construíram um muro encostado mesmo à linha delimitadora da faixa de rodagem as pessoas vão de costas para o trânsito. Não se apercebem. Basta as senhoras, principalmente com as bolsas, tocar no gradeamento, e estão sujeitas a serem atropeladas. -----

Na passada quinta-feira ia de carro e vinha a sair um veículo da *Interprev* lá de dentro. Obrigou-me a uma travagem brusca e circulava nem a 40 km/hora, tanto que fiz uma travagem brusca, mas nem está lá marcada. O que é que acontece? A pessoa não vê porque aquilo é um muro que ali está. É em grade. É de ferro. Tem dois metros de altura, mas aquilo é um muro que está encostado à linha e a visibilidade é nula tanto para quem circula na via, como para quem sai do parque. -----

Quem aprovou aquilo não respeita o artigo 43º. do Regulamento de Urbanização da Covilhã. Queria instruir a Câmara para proceder à remoção daquele muro. Não sou munícipe deste concelho, não sou natural de cá e não resido cá. Sou um cidadão que se apercebeu do grave risco que existe ali de atropelamento ou morte de pessoas. Acho que deviam tomar providências sobre isso e proceder à remoção daquilo que lá está.” -----

- **Guilherme Alberto** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que “o Eixo TCT é uma das vias mais importantes para o nosso Concelho ao ligar as várias manchas populacionais à cidade. Hoje o TCT, mais precisamente entre a Covilhã e o Tortosendo, está completamente degradado. Senhor Presidente, tem prevista para o próximo ano alguma intervenção nesta via?” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes, respondeu às questões colocadas. -----

“Relativamente à questão que suscita o Senhor Luís Domingos, a informação que tenho do serviço é que se trata de um lote vendido pela Câmara Municipal da Covilhã à *Interprev*. Os peões têm um passeio do lado oposto do arruamento e ao longo de todo esse arruamento e, em rigor, não estão obrigados a circular no sentido oposto onde não há passeio. Portanto, o normal é que circulem no passeio e não encostados ao muro que, contrariamente ao que o Senhor afirma, dizem que estará construído de acordo com as regras que o Município exigiu. -----

Mais informam os serviços que não há problemas de visibilidade e que o arruamento é de sentido único. Portanto, não há o perigo do cruzamento de veículos. -----

Obviamente que se lamenta sempre que o cidadão mais desprevenido ou menos atento e que circula onde não há passeio seja objeto de qualquer incómodo ou, no caso concreto que refere, correr até o risco de poder ser atropelado. Lamenta-se, obviamente, essa situação, mas a recomendação que há a fazer, sendo uma rua de sentido único, tendo ela visibilidade e tendo um passeio do lado oposto, é circular no lado oposto, o que é natural. A estrada não é assim tão larga que não possamos atravessar para o outro lado e circular por ela. -----

Relativamente ao eixo TCT, está a ser preparada, mas não será possível realizar qualquer intervenção em 2025 a não ser relativamente à passagem aérea para peões lá mais à frente, mais perto do Tortosendo. -----

No pavimento não está prevista nenhuma intervenção para o ano de 2025.” -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 06/2024 DE 30 DE SETEMBRO DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 06/2024 de 30 de setembro de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento (PPD/PSD), Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS), António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PPD/PSD), Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”), Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV), Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD), Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS), Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -----

B) ATA N.º 07/2024 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 07/2024 de 25 de novembro de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PPD/PSD), Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento "Covilhã Tem Força"), Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD), Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de São Miguel), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção do Voto de Louvor a agradecer e a reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização da Unidade de Intervenção da Covilhã, bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a acusar a receção do Voto de Louvor a agradecer e a reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no planeamento e concretização da Unidade de Intervenção da Covilhã, bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço; -----
- Email do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a acusar a receção da Moção "Tomada de Posição sobre a Transferência de Competência Educação - Ano Letivo 2024/2025"; -----
- Email das Infraestruturas de Portugal a responder à Proposta "Acessibilidades à Serra da Estrela" aprovada na Sessão Ordinária de 25/06/2024; -----
- Ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro a acusar a receção da Moção "Tomada de posição sobre a transferência de competências na Educação - Ano Letivo 2024/2025" e o seu encaminhamento para o Gabinete do Sr. Ministro da Educação, Ciência e Inovação; -----
- Email da Senhora Deputada Parlamentar Eleita pelo Círculo Eleitoral de Castelo Branco Mestre Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha a acusar a receção do Voto de Louvor a agradecer e a reconhecer o trabalho que todas as equipas e intervenientes tiveram no

planeamento e concretização da Unidade de Intervenção da Covilhã, bem como de todos os envolvidos na sua decisão, montagem e operação do serviço; -----

- Email da Queiró a enviar informação e documentação sobre falta de pagamento de protocolo celebrado com a Câmara Municipal. -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Foi concedida a palavra ao Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que já tinha sido aprovada na Assembleia Municipal uma proposta “de convocatória do Senhor Secretário Executivo da CIMBSE. A questão é que, sendo premente e atual ainda o assunto que tinha a ver com os transportes, com a rede de transportes, com a perspetiva que a CIMBSE está a desenvolver e tivemos conhecimento, através do *Jornal do Fundão*, de algumas iniciativas, as questões relacionadas com a redução tarifária, penso que se mantém e que se justifica que a Assembleia Municipal volte a convocar o Senhor Secretário Executivo para comparecer aqui na Assembleia e prestar os devidos esclarecimentos quanto aos transportes e à rede de transportes porque a CIMBSE, neste momento, é a autoridade responsável pelos transportes, pelo menos em duas áreas do nosso concelho. -----

Depois solicitar novamente ao Senhor Presidente da Câmara, até porque está referido na ata em resposta à questão que coloquei que é o tal levantamento dos requerimentos feitos e não respondidos pelos vários grupos municipais e que o Senhor Presidente informou, e ficou registado em ata, que o levantamento já tinha sido elaborado e que carecia de tratamento, mas que ficou de ser entregue na sessão seguinte, que é hoje. Portanto, agradecia, se fosse possível, que fosse entregue.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que o levantamento será entregue aos Senhores Deputados Municipais. -----

“Em relação à convocação do Senhor Secretário Executivo da CIMBSE, é uma questão que se pode pôr, que continua em aberto e, se estiverem interessados, poderemos convocar o Senhor Secretário. -----

Houve muitas alterações, mas se todos mantivermos esse interesse com certeza que será convocado.” -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** respondeu que “faz parte da lei. É, digamos, um direito da Assembleia Municipal convocar o Senhor Secretário Executivo para prestar esclarecimentos nesta Assembleia Municipal e existem assuntos relevantes.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** terminou o assunto dizendo que, “a pedido do Senhor Deputado, iremos convocar o Senhor Secretário Executivo da CIMBSE para vir cá.” -----

--- Atribuída a palavra, o Senhor **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo: -----

“Para animar um pouco o espírito de Natal, o Senhor Presidente da Câmara está com um visual um pouco diferente... Mas não é uma barba suficiente para que pudesse ser considerado o Pai Natal porque, depois de ter visto o Plano e Orçamento, pelo menos em relação à União de Freguesias da Covilhã e Canhoso, não vamos ser, mais uma vez, contemplados. -----

Algumas questões, nomeadamente a situação do projeto da ampliação da EB do Canhoso, do edifício do Município do Canhoso onde funcionam vários serviços da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso. É uma vergonha! Vai fazer um ano que o edifício está fechado. Tivemos de transferir os serviços administrativos para o Centro de Enfermagem. -----

O Senhor Presidente, numa Assembleia Municipal, prometeu aqui que iria propor um protocolo à União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso relativamente aos parques infantis. Infelizmente, isso não se verificou. -----

Para quando a reabilitação dos acessos ao Canhoso através do acesso do parque industrial, através da adega? Infelizmente já não temos a adega da Covilhã. Agora temos que levar o vinho ao Fundão! E também a Estrada Nacional 18. Mais uma vergonha, Senhor Presidente, se me permite. -----

Para quando a reabilitação da Rua Comendador Gomes Correia? É a rua que liga o Lar de São José à Rua da Saudade. Aquilo é uma vergonha. Os passeios, a iluminação, A ordem de trabalhos é extensa. Fizeram o favor de também antecipar um ponto de interesse da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso e vou-me ficar por aqui. Boas festas a todos.” -----

--- Concedida a palavra, o Senhor **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** referiu vir “aqui abordar a questão do Protocolo dos Sapadores que todos os Membros desta Assembleia receberam por parte da QUEIRÓ e lamento muito que tenha de ser numa Assembleia Municipal para falar neste assunto. -----

Posso falar em nome do Baldio das Cortes. Sou Presidente do Conselho Diretivo e estamos na mesma situação da Queiró. É profundamente lamentável a situação em que estamos. -----

O primeiro pedido de pagamento foi feito em abril de 2024. Estamos em dezembro com o risco de passar o ano sem receber os 12.000 € prometidos no ano passado via protocolo. -----

Numa primeira fase, como sempre, submetemos ao departamento de compras; depois era preciso um número de identificação; depois era preciso submeter no balcão único; depois o protocolo, se calhar, tinha que ir à reunião de Câmara porque tinha que se rever; e agora diz o Senhor Presidente que são situações de natureza jurídico-financeira. Eu digo que alguém se esqueceu de cabimentar a despesa e os Baldios estão sem receber o dinheiro. -----

A Queiró é uma Associação da Floresta, Caça e Pesca que lançou o furão. O Senhor Presidente saiu do buraco e alguém na Câmara Municipal respondeu, mas não respondeu às entidades. Infelizmente respondeu à Comunicação Social. -----

Senhor Presidente, é uma autêntica vergonha aquilo que se passa com o protocolo. Isto já aconteceu com o Baldio das Cortes relativamente ao Centro de Meios Aéreos. Estivemos mais de um ano para receber a renda de 350 €, uma renda de um pavilhão inteiro que alberga a GNR por 350 € e o Município esteve um ano sem pagar. -----

É profundamente lamentável. Temos que resolver a situação e pergunto eu se fora do âmbito das conversações normais entre duas entidades de bem ou se é através dos tribunais a partir de 1 de janeiro de 2025. Lamento dizer-lhe que já se acabaram todas as desculpas possíveis, Senhor Presidente.” -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais, tendo o Senhor Deputado Municipal **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”** prescindido do seu tempo: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** fez a seguinte intervenção: -----

“Em primeiro lugar, queríamos manifestar as nossas preocupações em relação ao mundo de hoje. Vivemos momentos de grandes perigos. Vivemos num mundo perigoso. Vivemos momentos de grandes conflitos geoestratégicos, confrontos económicos, financeiros e luta pela posse de recursos estratégicos. Vivemos num mundo onde se confrontam poderes com muito potencial de destruição. -----

O velho poder estrebucha, vê-se acossado, reage violentamente, promove conflitos no mundo inteiro, na Europa, em África, no Médio Oriente, na Ásia, para manter o poder, manter o Império.

Outros poderes, baseados em fundamentalismos religiosos, se instalam no Afeganistão e agora na Síria. Outros se aproveitam. Desde logo, o governo sionista de Israel que, com a cobertura dos governos americanos destrói a Faixa de Gaza, destrói estruturas habitacionais e equipamentos públicos, mata a população da Palestina e ocupa território, avança com colonatos nos Montes Golã, território da Síria, como tem feito ao longo de 75 anos para os lados de Gaza, do Líbano e Cisjordânia. -----

Ouve-se falar em genocídio. Mais de 45.000 mortos, entre os quais milhares de mulheres e crianças. Feridos: muitos milhares. -----

Contra tudo e contra todos, incluindo as resoluções da ONU, e os povos sofrem hoje. Seja ele ucraniano, russo, israelita, palestino, sírio, Saori, iemenita, sudanês. Somos solidários com todos eles. -----

Gastamos em guerras os recursos financeiros necessários e suficientes para acabarmos com os sem-abrigo e a fome no mundo. -----

Na nossa região e Concelho enfrentamos também grandes dificuldades. Basta ler os relatórios que hoje temos em apreciação. No relatório sobre o estado do território encontramos os números sobre a população (uma redução de 10%), o índice de envelhecimento (para 300 idosos, temos 100 jovens). Um crescimento natural negativo. Menos de 9%. Uma economia com um peso cada vez mais elevado no setor terciário. O índice de envelhecimento dos edifícios é mais alto do que na região centro e no país, e uma elevada percentagem dos edifícios precisam de algum tipo de reparação. -----

Desde 2001, construiu-se abaixo da média da região e do país na última década (-2.1% do resto do país). Existem carências habitacionais, com o arrendamento estudantil a dificultar o acesso à habitação por residentes não proprietários. Quase 200 agregados familiares vivem em condições indignas, porém a Carta Municipal não lhes dá resposta. -----

Aumentam os pedidos de habitação social de pessoas com salários reduzidos que não conseguem habitação no regime livre. Não existe qualquer programa municipal de apoio à realização de beneficiações em casas próprias. -----

No Diagnóstico Social temos menos crianças no pré, básico e secundário. -----

O mercado de trabalho na Covilhã apresenta uma reduzida atratividade pelos trabalhadores por conta de outrem. -----

O rendimento médio dos trabalhadores é inferior aos valores médios da região e do país. A diferença salarial entre homens e mulheres aumentou no período de 2011 a 2021. -----

O poder de compra *per capita* na Covilhã está abaixo da região centro. Em 2022, 41% da população residente era beneficiária de uma pensão com uma média mensal de 421 € mensais. -----

Perante esta realidade caracterizada e plasmada nestes documentos municipais, o que fazer para a transformar? -----

Perante esta realidade caracterizada e plasmada nos documentos, o que faremos? -----

Que políticas municipais podem ser desenvolvidas para o aumento do bem-estar das populações?

Estes dados são, na nossa opinião, a demonstração da falência das políticas levadas a efeito pelo PSD, CDS e PS nos governos do país e na gestão municipal." -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Começo, naturalmente, pela preocupação de um dos cidadãos, aqui hoje presente, que nos trouxe o caso relativo à questão do *Data Center*. A verdade é que o investimento que ali está feito, realizado por outros tempos desta autarquia, neste momento está pouco dignificado no seu sentido mais lato da palavra. A verdade é que olhamos para aquela zona e é uma vastidão de mato completamente subaproveitado, além de que as infraestruturas prometidas para aquela zona, sobretudo investimentos, estão por fazer e, portanto, isso condiciona muito todo o espaço

envolvente. Acho que é a altura de a Câmara também se preocupar. Se o sentido do trânsito vai só numa via ou não, é um bocadinho indiferente. A verdade é que aquele espaço pode ser melhor aproveitado, sobretudo se olharmos, por exemplo, à proposta que o CDS e que o PSD apresentou nas últimas eleições, tornando aquele espaço um corredor verde que pudesse ligar o Data Center com o Jardim do Lago, por exemplo. -----

A somar a isto, o conjunto de infraestruturas de investidores que naturalmente pensaram fazer ali um investimento imobiliário e que aquilo que hoje vemos é um amontoar de terra constante, vinda muitas vezes do Fundão e de outros sítios da Covilhã, e que não dignifica muito aquela zona que é a zona da entrada da cidade. É, portanto, uma preocupação que queremos aqui também deixar. -

Senhor Presidente, dar nota da presença dos Deputados desta Assembleia na Comunidade Intermunicipal e dar nota que foram aprovados, na segunda-feira, os documentos relativos aos Orçamentos, ao Plano de Atividades, por unanimidade da própria Assembleia Municipal, merecendo o voto, aliás, dos Deputados Municipais aqui presentes e que representam esta Assembleia na Comunidade Intermunicipal. São documentos estratégicos para o nosso Município e, aliás, desafiava os órgãos e a Assembleia Municipal a partilhar esses documentos por duas principais preocupações: a primeira porque se tornam os documentos orientadores naquilo que é o financiamento comunitário deste Município e das suas instituições e forças vivas para os próximos anos, sobretudo olhando ao horizonte do PT 2030 e depois, Senhor Presidente, porque o relatório das primeiras páginas que a Comunidade Intermunicipal faz sobre os dados estatísticos do nosso município e da nossa região, basicamente das Beiras e Serra da Estrela, é altamente preocupante. Portanto, julgo que merecia inclusivamente uma reflexão futura e, olhando aquilo que o PCP aqui introduziu na possibilidade de convidar o Senhor Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal, aí sim para discutir aquilo que são os dados que a Comunidade Intermunicipal levantou, sobretudo no que se refere ao envelhecimento da população, àquilo que é o isolamento desta população e ao decréscimo do número de habitantes na nossa região e no nosso concelho que trazem, obviamente, inúmeras dificuldades. -----

Por fim, não podia deixar hoje de trazer aqui um tópico que preocupa o CDS, que se refere à possibilidade do encerramento da Casa de Acolhimento de Crianças e Jovens em risco do Dominguiço. Esta é uma situação preocupante na perspetiva de que o nosso distrito tem mais de 200 crianças em regime de acolhimento e proteção de menores e, portanto, esta instituição vai encerrar portas porque o Governo Socialista à pressa, em dezembro do ano passado, fez publicar duas portarias à corrida, onde só traduziu mais burocracia e papelada para instituições que, na prática, a única coisa que querem fazer é tratar bem aquelas que são abandonadas. Este conjunto de burocracia, este conjunto de medidas altamente penalizadoras para estas instituições, vão conduzir ao encerramento, começando pelo Dominguiço, mas acredito que este encerramento se possa alargar a outras instituições desta natureza no nosso concelho. -----

Por isso, Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Presidente da Câmara pedia-lhes obviamente um olhar especial a esta situação, nomeadamente através da Senhora Vereadora para esta área, porque efetivamente esta é uma casa que acolheu durante anos e anos inúmeras crianças e está neste momento com a possibilidade de ser encerrada.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dando duas notas. “A primeira nota justifica-se porque hoje é a primeira vez para alguns de nós. É a primeira vez, porventura, que o PSD se apresenta a este Órgão com a bancada mais jovem de sempre. É a primeira vez para mim que estou a liderar a bancada do meu partido, que me orgulho que aconteça logo hoje e, por isso, em meu nome pessoal e em nome dos anteriores líderes da bancada do PSD, quero daqui agradecer e dar um bem-haja muito grande ao António Saraiva e à Mafalda Nunes que aceitaram o desafio com muita coragem e muita determinação em representar o Partido Social Democrata no dia de hoje. -----

Dizer-vos, meus senhores, que o futuro planeia-se com ideias e com projetos, mas sobretudo integrando os protagonistas desse mesmo futuro. Portanto, muito obrigada pela vossa participação. -----

A segunda nota vai para uma das maiores associações do concelho. A Associação Académica da Universidade da Beira Interior foi a eleições e hoje, há cerca de meia dúzia de horas atrás, soubemos que a Academia renovou a sua confiança à atual direção. Portanto, aqui através do púlpito da bancada da Assembleia Municipal da Covilhã, o PSD dirige aqui as maiores saudações ao João Nunes e à sua equipa com votos de um excelente mandato para mais um ano à frente dos desígnios da Casa Azul e votos de um bom trabalho em prol da Universidade e da Covilhã.” -----

Seguidamente, fez a seguinte intervenção: **(Doc.01** com as alterações feitas durante a leitura do mesmo) -----

“Uma vez mais o PSD utiliza este órgão municipal e este púlpito para precipitar o debate político e o direcionar para as áreas que realmente afetam o dia-a-dia, as vidas e o bem-estar dos Covilhanenses. Foi assim quando trouxemos o problema da segurança, foi assim quando trouxemos o problema da saúde. E é assim hoje quando falamos em iluminação dos espaços públicos. Não parece lógico a uma análise superficial, mas a iluminação pública fraca e deficiente afeta diretamente a qualidade de vida e a segurança de todos os que vivem, estudam e visitam o nosso concelho. -----

Em 2017, o município realizou um investimento significativo (mais de 2 milhões de euros) na substituição da iluminação pública por tecnologia LED, com o objetivo de reduzir os custos para o erário público e aumentar a eficiência energética. Embora reconheçamos a importância deste investimento e sobretudo desta transição para um modelo mais sustentável, é necessário avaliar os resultados práticos desse investimento. -----

Infelizmente, muitos Covilhanenses têm manifestado descontentamento e preocupação na manutenção deste sistema de iluminação, apontando que, embora as lâmpadas LED sejam economicamente mais vantajosas, elas não garantem a eficácia esperada em termos de iluminação. Em várias zonas da cidade, a intensidade luminosa proporcionada pelas novas lâmpadas é insuficiente, o que gera pontos escuros e aumenta a sensação de insegurança. Essa limitação é particularmente grave em locais de maior circulação pedonal e nas áreas periféricas, onde a iluminação já era deficitária antes da transição. -----

O transporte viário é também uma principal vítima da fraca iluminação pública, tendo já ocorrido acidentes por esse facto. No passado mês de novembro um cidadão foi atropelado numa

passadeira, numa das principais avenidas da cidade, as circunstâncias do acidente ainda estão a ser investigadas pelas autoridades, mas esperemos que a fraca iluminação da avenida não tenha contribuído para este acidente. -----

A problemática da iluminação insuficiente é recorrente dos últimos mandatos do Partido Socialista, mas a mudança para o sistema LED veio agravar este problema, por isso é urgente intervir principalmente em zonas como as passadeiras, onde se podem por em causa a própria vida humana. Para além de devidamente pintadas e assinaladas as passadeiras devem estar muito bem iluminadas. -----

A acrescentar à fraca potência da iluminação LED temos os problemas oriundos de um investimento feito já há 7 anos: lâmpadas apagadas, postes danificados e a cobertura insuficiente em várias freguesias agravam ainda mais a situação. Tal cenário prejudica não apenas a segurança, mas também a mobilidade e o bem-estar geral dos Covilhanenses. -----

Entendemos que a gestão da iluminação pública envolve desafios técnicos e financeiros, mas acreditamos que é fundamental rever as decisões tomadas em 2017 e analisar como se podem corrigir os problemas existentes. -----

Após os constantes alertas, nos últimos anos, por parte dos vários representantes da oposição, é finalmente anunciado por este executivo o lançamento de um concurso público para substituição de todas as luminárias do concelho. Apesar de ainda não termos data para esse concurso só a informação que se estaria na fase final de elaboração do caderno de encargos, louvamos este avanço nesta matéria. -----

E como estamos aqui nesta fase e porque queremos deixar não só a nossa crítica mas também o nosso contributo para a resolução do problema (apesar de sermos sempre acusados de nunca o fazer) gostaríamos de propor algumas ações concretas, nomeadamente cinco, que vão para além de um bom caderno de encargos: -----

- 1. **Revisão do projeto de iluminação LED:** Avaliar a eficácia do investimento feito em 2017, fazer um estudo luminotécnico e utilizar luminárias e lâmpadas led adequadas a garantir a luminosidade mínima requerida nos regulamentos para a iluminação pública. -----*
- 2. **Mapeamento das áreas críticas:** Identificar as zonas mais afetadas pela falta ou insuficiência de iluminação, com base em relatórios técnicos e nas reclamações dos cidadãos. -----*
- 3. **Manutenção preventiva e ágil:** Implementar uma rotina de manutenção preventiva e acelerar os processos de reparação em caso de falhas ou avarias. -----*
- 4. **Participação dos cidadãos:** Criar uma plataforma ou canal direto para que os munícipes possam reportar problemas e sugerir melhorias. -----*
- 5. **Planeamento com foco na eficácia:** Elaborar um plano de ação com prazos e metas claras, priorizando soluções que combinem economia e eficiência luminosa. -----*

Por fim, deixo um desafio: se o objetivo do investimento em 2017 era melhorar a iluminação e a segurança na Covilhã, tenhamos aprendido com os erros e consigamos com o investimento em 2025 cumpra finalmente este desígnio. -----

Senhor Presidente, o PSD conta com o seu compromisso para corrigir estas falhas e devolver à Covilhã a luz que ela nunca deveria ter perdido. -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção “com uma referência breve, que vai ser consubstanciada a seguir num voto de louvor, ao centenário do nascimento de Mário Soares. -----

Mário Soares foi, na minha opinião, das personalidades mais importantes do século XX e a mais importante no período democrático. Ele foi essencial naquilo que é a consolidação da democracia e na estruturação da nossa vida democrática e do nosso desenvolvimento. Ele será sempre uma referência do Portugal de Abril, do Portugal desenvolvido, do Portugal democrático. -----

Quero fazer também uma brevíssima referência à questão das portagens da A23 que finalmente, a partir de 1 de janeiro e apesar da falta de vontade da maioria da AD que governa Portugal, felizmente reuniu-se uma maioria na Assembleia da República que vai permitir que, a partir de 1 de janeiro, os nossos territórios não tenham portagens. -----

Quero também fazer uma referência que tenho feito nas últimas Assembleias e que cada vez me preocupa mais, que tem a ver com as questões da paz no mundo. Já hoje aqui foi referenciado, mas de facto tenho a triste sensação que, de Assembleia para a Assembleia, acrescenta um foco de preocupação. Começámos na Ucrânia, temos a Palestina, o Líbano, agora temos a Síria. De facto, são momentos estranhos, muito estranhos, muito difíceis e o apelo que faço a todos, sobretudo aos governantes, é que se entendam e que criem condições para a paz no mundo porque ela é essencial ao desenvolvimento das nossas populações e à vivência da nossa comunidade. -----

Depois não posso resistir, e antes de entrar na política local, de fazer uma referência à intervenção do Senhor Deputado Nuno Reis sobre a CIMBSE. É verdade e eu concordo, que se distribuam pelos Deputados Municipais o Orçamento da CIMBSE e o Plano de Atividades e acompanho a preocupação que manifesta naquilo que é o diagnóstico que é feito de todo o território. Mas Senhor Deputado, lamento muito que, apesar desse diagnóstico, não tenha sido possível os Senhores Deputados, nomeadamente da Covilhã, acompanharem a moção que o Partido Socialista apresentou na Assembleia Intermunicipal para contestar e condenar a falta de financiamento no Orçamento de Estado de 2025 do Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela. --

Quero aproveitar para saudar a Senhora Vereadora Marta Alçada pela sua eleição na liderança do CDS na Covilhã. Faz sentido que, democraticamente e com fair play, assim o façamos e quero saudar naturalmente os nossos adversários. -----

Saudar o Presidente da Associação de Estudantes da Universidade da Beira Interior, João Nunes, que foi reeleito, como já aqui foi referenciado, e também saudar a Lua Afonso, a quem vamos apresentar um voto de louvor pela conquista de um prémio importante num concurso de oratória e leitura, onde declamou de forma brilhante dois textos da sua autoria. -----

Não posso deixar de assinalar, apesar de já estarmos quase nas férias do Natal, o sucesso do início do ano letivo na Covilhã e de saudar a redução do preço das atividades de apoio à família, bem como o aumento dos descontos nos passes de transporte dos portadores do Cartão Social Municipal que vai para além dos reformados de 65 anos. -----

Quero também saudar naturalmente os 30 anos da Beira Serra, uma importante instituição de desenvolvimento da nossa terra, assim como os 30 anos da ADERES, também outra agência de desenvolvimento local muito importante no nosso território. -----

Quero saudar e assinalar, também com o voto de louvor que vai ser aprovado a seguir, os 50 anos do GICC – Teatro das Beiras. É uma estrutura profissional de cultura que capacita, referencia, acrescenta à Covilhã e que torna e reforça a Covilhã como um principal centro de produção cultural do nosso território. -----

Para finalizar, quero saudar o Município da Covilhã e o Executivo Municipal por um conjunto de prémios que recebeu no âmbito da mobilidade, um deles também com a Escola de São Domingos, nomeadamente o projeto Mobility Hub. Dois projetos vencedores: o do Município da Covilhã e o da Escola de São Domingos, que conquistaram o primeiro prémio da Autoridade de Mobilidade e Transportes em projetos dedicados à promoção da mobilidade e à consciência da mobilidade dos nossos territórios. O projeto também da mobilidade que mereceu no Portugal Smart Cities o primeiro prémio de distinção, o que de alguma forma nos orgulha e reforça aquilo que é a convicção do Partido Socialista que o Sistema de Mobilidade da Covilhã é um sistema para o futuro, que melhora e qualifica as condições de mobilidade do nosso território. -----

Por último, dar uma nota também de saudação pela adesão do Município, nomeadamente do Centro de Inovação Empresarial da Covilhã ao Startup, à Rede Nacional de Startups, ao Startup Portugal. Isto reforça o nosso posicionamento naquilo que é o radar e na capacitação empresarial do nosso território.” -----

--- Por ainda existir tempo para o Partido Socialista foi concedida a palavra ao Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “, nesta que é a última Assembleia Municipal ordinária de 2024, cumpre-nos, em jeito de retrospectiva, assinalar alguns dos momentos marcantes para a Covilhã e para os Covilhanenses.

Entre estes, destaco a aprovação do resgate da concessão do saneamento, um marco alcançado após se terem esgotado todas as vias de diálogo possíveis e de muitas manobras de distração por parte da empresa privada que detém a maioria do capital da empresa Águas da Serra. Um acordo, uma parceria que era responsável em 2013 por termos uma das faturas de água mais elevadas do país ainda que o preço real da água na Covilhã, neste momento, já não seja um dos mais altos. ---

A título de exemplo, para quem tanto fala em custos de contexto, o Município aqui ao lado, o do Fundão, é um dos municípios com a água mais cara do país, quando em 2013 era o contrário. ----

E este momento reveste-se de particular relevância, não apenas pela possibilidade de poupar dezenas de milhões de euros aos nossos concidadãos até 2030, mas também pelo que revelou sobre as diferentes posturas nesta sala. -----

Em primeiro lugar, cumpre reconhecer a coragem do Executivo Socialista em apresentar uma solução concreta para um problema que afeta diretamente a qualidade de vida dos Covilhanenses. Foi uma decisão tomada após todas as hipóteses de acordo terem sido esgotadas, repito, esgotadas, demonstrando liderança, coragem e determinação. -----

Por outro lado, e é importante também referi-lo, assistimos à postura da coligação Juntos Fazemos Melhor que votou contra esta medida, sustentada em argumentos relacionados com receios de futuros investimentos. Estes receios, no entanto, parecem mais alinhados com a proteção dos interesses privados do que com o bem-estar da nossa população. -----

Esta contradição é clara. Defendem publicamente que o preço da água deve baixar, e bem, mas votam contra quando surge uma oportunidade de concretizar esta descida. E é aqui que se traça a linha que nos diferencia. Para nós, o interesse dos Covilhanenses estará sempre acima de qualquer outro interesse privado que não beneficie ou acrescente mais-valias à nossa população. Por isso, deixo aqui uma palavra de apreço ao Senhor Presidente e ao Executivo Municipal pela coragem demonstrada. O vosso esforço não passou nem passará despercebido. -----

Agora, por último, aguardamos sem grande expectativa o parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Conhecemos o seu histórico de pareceres muitas vezes desfavoráveis e, por essa via, as expectativas são baixas. -----

No entanto, independentemente do parecer da ERSAR que venha a ser desfavorável, estou confiante e estamos confiantes de que o Partido Socialista cá estará para aprovar o resgate dessa concessão e baixar ainda mais a fatura da água aos Covilhanenses. -----

Por fim, gostaria de deixar uma nota e uma mensagem aos nossos concidadãos. Este processo é um exemplo claro da relevância e da conceção de estado social na defesa das nossas liberdades individuais. Elegemos os nossos representantes para nos defenderem e serem julgados pelas suas escolhas. Contudo, é importante lembrar que não votamos para escolher os representantes de entidades reguladoras que, muitas vezes, têm um impacto direto e significativo nas nossas vidas, mas que outras tantas vezes estão capturados por interesses privados.” -----

- O Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez indevidamente uma intervenção no ponto 2.5 relativamente ao que foi dito pelo Deputado Municipal Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS). Referiu que não podia “deixar de me pronunciar sobre ... (termo inapropriado) da política do nosso colega que falou aqui sobre o resgate. Ainda não sei, mas acho que ainda não veio para ser discutido, nem foi aprovado nesta Assembleia. -----

Percebo a necessidade política de vir aqui trazer também questões que possam lançar aqui algumas suspeitas sobre a oposição, mas fica-lhe muito mal, Senhor Deputado, porque aquilo que o Senhor Deputado devia vir aqui dizer é que em 2013 a culpa do preço da água na Covilhã era do acordo parassocial que a AdC tem com o privado. Isto foi dito pelo Senhor Presidente. Fez uma assembleia popular na Câmara Municipal da Covilhã com uma apresentação de centenas de slides a justificar a razão pela qual o preço da água era caro na Covilhã. E a tristeza é que, passado 12 anos, afinal de contas a culpa não é isto. A culpa é do resgate. A culpa é do saneamento quando,

nestes 12 anos, está escrito e assinado pelo Senhor Presidente, esta Câmara não fiscalizou uma única vez a concessão ou a execução do contrato de concessão que existe na Covilhã. -----

Portanto, acho que, no mínimo, é preciso ter pelo menos um bocadinho de consciência quando vem para aqui atirar as suspeitas sobre a oposição pela forma como votou porque uma coisa é ter consciência do custo que isto vai ter para a Covilhã nos próximos anos. Uma coisa é preocupar-nos com o futuro dos Covilhanenses e outra coisa é estarmos a fazer uma deliberação à pressa porque estamos em ano de eleições e temos que apresentar alguma coisa sobre a água sem termos consciência dos custos que isto vai ter para o Concelho da Covilhã.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** solicitou o uso da palavra para “apresentar um protesto porque acho que há um determinado tipo de terminologia que não cabe numa Assembleia Municipal. Já não falo do desconhecimento que os Deputados têm dos contratos, etc. Já não falo disso, mas no vocabulário que é utilizado tem que haver um mínimo de dignidade.” -----

- Utilizando a terminologia “em defesa da honra”, o Deputado Municipal **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS)** referiu que “não é da defesa da honra. Não senti que a minha honra tivesse sido muito atacada porque, como diz um velho sábio, só nos ofende quem nós queremos e, portanto, aqui queria só dizer que, em virtude dos problemas de saúde do diagnóstico que o caro colega deputado fez, eu também identifico aqui algum problema de audição porque nunca mencionei que o resgate já tinha sido feito. Só mencionei que o pedido de resgate foi iniciado. Iniciou-se. Foi isso que eu disse e referi. -----

Só também para terminar, há um historiador, o Yuval Harari, que diz que aquilo que nos distingue das outras espécies é a nossa capacidade de produzirmos narrativas. Ele diz que isso é até essencial para a nossa sobrevivência. Mas como eu tive a oportunidade de referir ali, também a narrativa dos agentes políticos é testada de quatro em quatro anos. Daqui um ano veremos que narrativa é que é aquela em que os Covilhanenses se identificam mais. Se é aquela de que a culpa é deste Executivo ou se, de facto, foi este Executivo que vai salvar os Covilhanenses de pagarem uma fatura de água muito mais elevada, como estão a pagar.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 – Recomendação – Reabertura dos sanitários públicos, substituição dos atuais contentores de resíduos domésticos e limpeza e varrição dos espaços públicos ao Domingo e Feriados -----

“A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em Sessão Ordinária em 18 de Dezembro de 2024 recomenda ao Executivo Municipal: -----

1 – A reabertura dos sanitários públicos existentes na cidade, a sua requalificação, se necessário, possibilitando aos residentes e a quem nos visita um serviço público que evite a existência de cantos

e recantos com cheiros nauseabundos que nada abonam a uma cidade que quer ser destino turístico, cidade criativa e educadora. -----

2 – A substituição dos atuais contentores de recolha de resíduos domésticos, de cartão, plástico e vidro por contentores com pedal em todo o Concelho. A população mais idosa, e não só, tem dificuldade em levantar as tampas dos contentores existentes, bastas vezes degradadas e sujas. --

3 – Assegurar a limpeza e varrição dos espaços públicos ao Domingo e Feriados, em especial nos locais da cidade com maior concentração de pessoas no período noturno.” -----

*(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV **Doc.02**) -----*

--- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** apresentou a recomendação dizendo que “tem a ver com aquilo que é o sentimento da população e aquilo que se ouve no dia-a-dia que é: a urgente e a necessária reabertura dos sanitários públicos na cidade, que já aqui foi referido várias vezes e continua a não se encontrar a solução; a substituição dos atuais contentores por contentores com pedal porque a abertura da tampa dos atuais contentores traz dificuldades, principalmente às pessoas idosas, e muitas vezes até uma questão de higiene a quem utiliza os contentores; e a questão da necessária limpeza e varrição dos espaços públicos ao Domingo e Feriados porque tenho constatado e verificado bastas vezes que, nos locais onde se acumulam e onde se concentram pessoas, no dia seguinte a sujidade existe. -----

Portanto, a proposta de recomendação vai toda ela no sentido de se melhorar a higiene pública na cidade da Covilhã.” -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** que confirmou o relatado, dizendo ser “uma evidência. A evidência é que, de facto, a cidade trata mal os seus cidadãos nesta matéria e, portanto, acho que tem toda a razão de ser e que a Câmara, de uma vez por todas, ainda por cima nestas alturas de festas em que há mais afluência de pessoas ao centro da cidade e a toda a cidade, tenha a consciência de que é preciso tratar bem não só as pessoas que vêm cá visitar-nos, mas sobretudo as pessoas que vivem cá todos os dias e que cá trabalham. Acho que faz todo o sentido e vamo-nos associar também a esta recomendação do PCP.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Recomendação** foi **aprovada por unanimidade.** -----

2.5.2 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Ramiro do Carmo Cunha Reis -----

“O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de pesar pelo falecimento de Ramiro Reis, antigo vereador da Câmara Municipal da Covilhã. -----

Além do serviço que prestou como vereador da Câmara Municipal da Covilhã, Ramiro Reis destacou-se como sindicalista e presidente da direção da Associação de Socorros Mútuos

Covilhanense, destacando-se pelo seu papel como dirigente sindical nos anos 80, no Sindicato Têxtil. -----

Pelo seu papel na defesa dos seus pares, e o seu contributo para a melhoria das condições do trabalho para muitos Covilhanenses, relembramos hoje aqui Ramiro Reis. -----

Nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

1) Aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento; -----

2) Endereçar as mais sentidas condolências e conhecimento deste voto aos seus familiares.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD Doc.03) -----

“Voto de pesar pelo falecimento de Ramiro do Carmo Cunha Reis, 77 anos de idade. -----

Dedicou uma parte significativa da sua vida às causas sociais e políticas. -----

Empenhado na defesa dos direitos dos trabalhadores foi, no início dos anos 80, dirigente sindical no Sindicato Têxtil da Beira Baixa. -----

De 1989 a 1993 exerceu funções de vereador eleito pelo PCP, na Câmara Municipal da Covilhã. ---

Entre 1992 e 2005, pertenceu aos órgãos sociais da Mutualista da Covilhã onde desempenhou vários cargos nomeadamente vice-presidente, presidente da Assembleia Geral e presidente da Direção. -----

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS Doc.04) -----

--- O Grupo Municipal do CDS-PP associou-se aos votos de pesar apresentados. -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Ramiro do Carmo Cunha Reis** foi **aprovado por unanimidade.** -----

2.5.3 – Moção – Uma Mobilidade mais inclusiva para a Covilhã -----

“A mobilidade é possivelmente uma das áreas mais relevantes no desenvolvimento e funcionamento de qualquer comunidade, estando claro para o Grupo Municipal do PSD que ainda são várias as falhas, nomeadamente nos transportes urbanos da Covilhã. -----

O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, tal como o Regulamento (UE) n.º 181/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecem que os veículos de transportes públicos devem ser acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, através de rampas ou plataformas elevatórias. Mas não é este o único problema, a própria configuração urbanística da cidade, especialmente

junto as paragens de autocarros, também não facilitam o acesso a cadeiras de rodas por exemplo. Na Praça do Município, além de passeios altos e de ter de se esquivar de mil e um obstáculos, uma pessoa de cadeira de rodas, em muitos troços da zona histórica da cidade, sequer consegue passar nos passeios de cadeira de rodas (v.g. troço entre a Igreja de São João de Malta e as Bombas de Gasolina da Galp). Outro exemplo que encontramos, e que foi intervencionado recentemente, é a estrada do Sineiro, em direção à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que claramente também não demonstra condições para a passagem de cadeiras de rodas. -----

Outro caso que também nos inquieta, refere-se à inexistência de transporte para os trabalhadores do CallCenter da MEO até ao local de trabalho. Tal facto verifica-se desde os tempos da Pandemia, e após o fim da mesma não foi reposta a passagem do autocarro nesse local, tendo os trabalhadores dessa empresa de se deslocar a pé desde a última paragem de autocarro, no Hospital. -----

Assim, sob proposta do Grupo Municipal do PSD, instamos a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 18 de dezembro de 2024, a aprovar as seguintes propostas para a Câmara Municipal, com o intuito de trazer uma mobilidade mais inclusiva aos covilhanenses, através de: --

- Colocação de plataformas elevatórias ou rampas para acesso de cadeiras de rodas, nos autocarros dos transportes urbanos da Covilhã. -----*
- Preocupação futura com um planeamento urbano inclusivo, começando pela criação de rampas nos passeios juntos às paragens de autocarro, e outros serviços públicos, e de reconfigurar as paragens de autocarro de modo a abrigarem melhor todos os utentes dos Transportes Públicos. --*
- Reposição da paragem de autocarro no CallCenter da MEO, começando apenas pelos horários de entrada e saída dos trabalhadores e estudar a rentabilidade da paragem noutras horas. ----*

Por fim, instamos também o executivo camarário a encetar conversas junto do governo central para entender o estado da obra da linha da Beira Alta, que tanta falta nos faz a nível de ligação “Intercidades” ao norte do país.” -----

*(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.05**) -----*

*--- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a moção dizendo que “queria dar apenas uma nota muito rápida sobre esta moção da mobilidade nos dois pontos que penso que sejam mais prementes. -----*

Em primeiro lugar, trata-se da questão das pessoas com mobilidade reduzida nos acessos aos transportes públicos, tanto a nível dos acessos aos próprios autocarros como ao acesso às vias pedonais que levam às paragens de autocarro, por exemplo. No caso, por exemplo, do Pelourinho, temos passeios altíssimos que para uma pessoa que utilize cadeira de rodas dificilmente consegue numa rua de paralelos, etc., e também na estrada, aceder aos passeios sem ser, por exemplo, pela zona das passadeiras. Ou seja, consideramos que é muito importante começar a ter mais rampas, especialmente junto das paragens de autocarro e de outros serviços públicos, embora isso já aconteça na maioria dos casos, como é óbvio. -----

Em segundo lugar, a outra questão que nos preocupa trata-se que os trabalhadores não só do Call Center da PT, mas de todas as pessoas que trabalham junto ao Data Center da PT, que, desde a

pandemia, a paragem de autocarro mais próxima que têm para se deslocar até ao trabalho é a do Hospital e têm de fazer o caminho desde o Hospital até ao *Data Center* da PT a pé: de Verão, de Inverno, especialmente no Inverno com condições meteorológicas menos favoráveis. Considero que seria importante o Município considerar a reposição dessa passagem do autocarro junto ao *Data Center* da PT. A paragem de autocarro existe, por isso não é necessário propriamente nenhum investimento em infraestrutura. Primeiro para os horários de entrada e saída dos trabalhadores e depois, eventualmente se considerar relevante e que é viável, para outros horários que façam sentido.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Associar-me àquilo que foi a menção da Deputada Vanda Ferreira naquela que foi a saudação, em especial destes dois membros recentes, à Mafalda e ao António, e desejar, como é óbvio, as maiores felicidades de forma bastante democrática naquilo que é a sua intervenção nesta Assembleia, desejando que, de facto, não tomem como exemplos ou tristes exemplos estes que agora acabámos de presenciar e, acima de tudo, que tragam alguma verdade àquilo que têm sido os factos apresentados muitas das vezes nesta Assembleia ou repor as inverdades que são muitas vezes proclamadas por parte do PSD ao longo destes últimos anos. Tenho essa expectativa porque vos tenho também como Covilhanenses com uma visão, apesar de termos campos políticos diferentes, pessoas que de facto olham para as coisas de uma forma diferente e para aquilo que deve ser a verdade do município. -----

Em relação à moção aqui apresentada, não poderia deixar de contextualizar e também aqui partilhar com os Deputados que, penso que no início do Verão deste ano, as diferentes bancadas desta Assembleia foram convocadas por uma reunião com a entidade gestora do Contrato de Mobilidade da Covilhã. Nessa mesma reunião, e não posso deixar de referir, a bancada do CDS não se fez representar. Portanto, às vezes temos aqui alguns laivos e alguns momentos de, vou chamar a expressão de bazófia populista, e de facto, depois quando são consubstanciados naquilo que são os momentos da verdade, não estão presentes. E a verdade é que também nessa mesma reunião, por parte da participação do PSD era importante que a participação tivesse, na minha opinião, algo mais consubstanciado em alguns factos, em que um deles inclusive foi justificado e foi apresentada a razão por que está e está prevista também a reposição dessa linha à zona do *Data Center*, curiosamente um investimento, na altura, do PSD apregoado como um grande investimento chamado *Data Center*, agora é reduzido ao nome de *Call Center* da MEO. -----

Do ponto de vista daquilo que é a mobilidade urbana, olhamos para o Pelourinho e o Pelourinho é um exemplo daquilo que é não só as pessoas com mobilidade reduzida a nível de cadeira de rodas que têm acessos (e que foi um investimento também relativamente recente na Praça do Município), mas também as próprias pessoas invisuais. -----

Portanto, quando falamos a nível de mobilidade, temos que olhar de uma forma um bocadinho mais alargada e não só na parte de cadeira de rodas que são, como é evidente, importantes. -----

A questão das plataformas elevatórias dos autocarros, isto não é verdade porque os autocarros da Covilhã têm plataformas de acesso a autocarros, seja os mais pequenos, seja os maiores. Utilizo pontualmente os autocarros e dos que já utilizei todos eles têm plataforma. -----

Aquilo que me apraz aqui dizer é que, de facto, dentro desta moção, os pontos que são aqui trazidos não só trazem pouca substância como, de facto, também não se coadunam com aquela que é a realidade da Covilhã e, por isso, a bancada do Partido Socialista irá votar contra.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** Após cumprimentar todos os presentes, aproveitou “para fazer uma reflexão sobre a recente obra urbanística de asfaltamento e de regularização de alguns passeios na via que liga o Hotel Santa Eufêmia até a Rotunda do Rato. Foi feita uma intervenção em alguns passeios, nomeadamente o seu alargamento junto ao posto de combustível da BP e, logo a seguir, junto ao prédio que aí está instalado, em vez de se aproveitar a oportunidade da intervenção que estava a ser feita, o passeio circular junto à entrada do prédio, reservando até algum espaço para que as pessoas que aí moram possam entrar em casa em condições, ficou tudo exatamente a mesma maneira. Portanto, os veículos têm que ultrapassar o passeio e passar por cima do passeio para poderem estacionar junto ao prédio que aí está e inclusivamente onde está colocado a sinalização luminosa, o semáforo em frente ao cruzamento da palmatória, teremos um passeio disponível à volta de uns 40 cm por aí. -----

Não sei se está prevista mais alguma intervenção. O que não faz sentido aos olhos do cidadão desta cidade é ter-se feito uma intervenção e logo a seguir e até à Santa Eufêmia nenhum passeio foi rebaixado, nenhuma passadeira foi, em conjugação com o passeio, também rebaixada e há aqui qualquer coisa que não faz sentido ou do acompanhamento da obra, depois no local, pelos técnicos da Câmara Municipal e em podermos perceber que, já que estamos a fazer a intervenção, isto ficaria melhor desta maneira. -----

Não consigo sinceramente perceber como é que se faz uma obra desta natureza e depois fica tudo na mesma. Ou melhor, não ficou tudo na mesma: na parte em que o passeio até já não é largo, na parte onde precisava de maior intervenção, ficou tudo na mesma numa via essencial que todos os dias centenas de estudantes, senão milhares, ali circulam de baixo para cima, de cima para baixo.

É difícil ao cidadão perceber isto. É mesmo muito difícil ao cidadão passar ali e perceber que o que podia ter sido melhorado não foi melhorado. E isto é uma reflexão.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Estamos a falar de mobilidade, mas como temos o país, por vezes queixamo-nos que no litoral temos tudo e no interior não temos nada. Agora também temos que nos queixar que na Covilhã temos algo e nas freguesias não temos nada porque falar de mobilidade é desrespeitar os cidadãos das freguesias que de mobilidade não têm nada. Têm autocarros às 06h00 para vir para a Covilhã. Têm autocarros com mais de 40 anos a circularem nas nossas estradas com pouca segurança. E não vemos fazer nada! Continuamos a assobiar para o lado e a falar de um investimento que foi feito pela Câmara Municipal na cidade, incluindo o Teixoso e o Tortosendo, e dali para baixo continuamos a assobiar para o lado. -----

Continuamos a não ter o que devemos ter. Devemos ter passadeiras sinalizadas com os mesmos sinais que são utilizados na cidade que também têm que ser utilizados nas freguesias. Temos que

ter sinalizadores luminosos também nas vias. Como são colocados nas avenidas da cidade, também têm que ser colocados nas ruas das aldeias porque o cidadão da Covilhã é tão importante o da aldeia como é importante o da cidade. Somos todos iguais e queremos lutar por essa igualdade. Portanto, para falar de mobilidade temos que falar de mobilidade a dois tempos: a mobilidade na cidade e a mobilidade nas aldeias.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** solicitou à Mesa da Assembleia Municipal “na sequência da intervenção do Senhor Deputado João Bernardo do CDS em que dizia que o Partido Socialista não fez nenhuma proposta para o Orçamento de Estado a propósito do Plano de Revitalização, pedia ao Senhor Presidente que, através dos serviços, fizesse chegar a todos os Deputados um projeto de resolução, aprovado em setembro na preparação do Orçamento de Estado, onde recomendamos ao Governo exatamente uma proposta sobre o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela.” -----

--- Colocada à votação, a presente ***Moção - Uma Mobilidade mais inclusiva para a Covilhã*** foi ***rejeitada por maioria com 23 votos contra (PS e DMI's), 1 abstenção (Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes (PS)) e 15 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e as Juntas/União de Freguesia de Ferro, Peraboa, Covilhã e Canhoso e Peso e Vales do Rio)*** -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “É lamentável que, de facto, esta proposta de se acrescentar mais mobilidade inclusiva na Covilhã e também nas freguesias, como foi aqui referido por um Senhor Presidente da Junta, não tenha passado e não seja aprovada pelos eleitos do PS que, lamentavelmente, votaram contra uma proposta deste género. -----

Chamar a atenção que votámos a favor porque mais mobilidade acrescenta mais mobilidade e a Associação de Deficientes de Portugal com representação no distrito de Castelo Branco tem chamado a atenção para a necessidade de intervenção em vários espaços urbanos públicos, de acesso a edifícios públicos que a Covilhã carece e devíamos levar em conta essas recomendações.

Chamar também a atenção, e já se falou aqui nessa mobilidade, no acesso aos edifícios públicos, nomeadamente o acesso à Câmara Municipal onde qualquer pessoa com dificuldades de mobilidade não consegue, o acesso a este órgão Assembleia Municipal onde não existe, de facto, meios de mobilidade para alguns tipos de deficiência. Portanto, é de facto uma deficiência na construção dos edifícios. Uns são antigos, há outros que são mais modernos, mas onde também existem dificuldades, daí votarmos favoravelmente porque toda e qualquer iniciativa que acrescente mobilidade na Covilhã é sempre bem-vinda.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD)**: “Realmente percebemos que estamos numa Assembleia Municipal e naquilo que é contributo positivo para a Covilhã, para o Concelho da Covilhã, não

vemos que haveria outra maneira de votar senão o voto favorável, até porque fomos nós a apresentar. Agora não se compreende também, de nenhuma forma, como é que se consegue votar contra a mobilidade. É uma coisa muito difícil de entender.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “A declaração de voto da bancada do Partido Socialista é para esclarecer que o Partido Socialista não votou contra a mobilidade. O Partido Socialista votou contra esta moção, cujo título de mobilidade constitui um abuso, na medida em que é um instrumento de aproveitamento político e de demagogia sobre o tema. -----

Mobilidade é resolver o problema da mobilidade das pessoas e é aquilo que o Executivo Municipal tem feito todos os dias ao longo do seu mandato ainda reconhecendo as insuficiências e aquilo que falta fazer. E sim, contribuir para a mobilidade de todos os Covilhanenses são as ações que o Executivo Municipal tem feito ao longo destes anos todos. Não é esta moção com o título de mobilidade enxameada de demagogia política.” -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** “Apenas para solicitar ao Senhor Presidente para que fique em ata que o Presidente da União de Freguesias da Covilhã e do Canhoso votou favoravelmente.” -----

2.5.4 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. António Pinto Pires -----

“Voto de pesar pelo falecimento de António Pinto Pires, de 70 anos de idade. -----

Licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra após o que, iniciou a carreira de professor. Foi também historiador, escritor e um acérrimo defensor dos caminhos-de-ferro. -----

Em 1991, na Covilhã, foi fundador do “6 de Setembro” - Grupo de Amigos do Caminho de Ferro da Beira Baixa. -----

Em 1997, foi o 1º presidente da Comissão Executiva Instaladora do Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, cargo que exerceu até 2002. -----

Em 2004, com a dissertação “O Museu Nacional Ferroviário e Polinucleado – Um Museu em Construção” concluiu o Mestrado em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo aí prosseguido como doutorando no estudo da mesma temática. -----

Entre 2002 e 2008 foi assessor na área do património museológico, no Município de Alcanena, tendo colaborado na execução de vários projetos, entre os quais o do Museu do Curtume. -----

Ao longo da sua vida, foi membro de várias associações, nomeadamente a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, da APPI – Associação Portuguesa do Património Industrial e da APSPCI – Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. -----

Publicou, com frequência, artigos de opinião, a nível regional e nacional e foi autor de diversos livros sobre Património Local e Linha de Beira Baixa. -----

Em 2019 recebeu a Medalha de Mérito Municipal Grau Prata, da Câmara Municipal da Covilhã, pelos serviços prestados em prol do concelho. -----

Pelo seu contributo cultural e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS *Doc.06*, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP) -----

--- Colocado à votação, o presente ***Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. António Pinto Pires*** foi ***aprovado por unanimidade.*** -----

2.5.5 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando da Silva Pires -----

“Voto de pesar pelo falecimento de Fernando da Silva Pires, de 92 anos de idade. -----

Chegou ao Sporting da Covilhã na época 55/56, onde integrou a equipa que marcou a história do clube por ter chegado à Final da Taça de Portugal, tendo marcado o único golo da equipa serrana.

Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.-----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS *Doc.07*, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP) -----

--- Colocado à votação, o presente ***Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Fernando da Silva Pires*** foi ***aprovado por unanimidade.*** -----

2.5.6 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. José Manuel Vicente Gil Barreiros -----

“Voto de pesar pelo falecimento de Dr. José Manuel Vicente Gil Barreiros, de 76 anos de idade. ---

Natural e residente na Covilhã, foi administrador hospitalar na Unidade Local de Saúde da Cova da Beira durante mais de 30 anos. -----

Até à aposentação, foi também gestor do Departamento de Saúde da Criança e da Mulher. -----

Pelo seu contributo em prol da saúde local e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar. -----

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS *Doc.08*, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. José Manuel Vicente Gil Barreiros** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.7 – Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arménio Saraiva Baltazar Correia -----

“No passado dia 7 de dezembro de 2024 faleceu Arménio Saraiva Baltazar Correia com 76 anos natural do Teixoso, vítima de doença prolongada. -----

Arménio Baltazar, como era mais conhecido, nasceu a 15 de julho de 1948 e foi sempre um grande impulsionador na vila e no município. -----

Foi um dos fundadores e impulsionadores do escutismo no Teixoso, tendo feito a sua promessa de escuteiro no ano 1962, ano em que o agrupamento 153 do Teixoso foi fundado. Após 50 anos foi ainda um dos responsáveis pela fundação da FNA (Fraternidade de Nuno Álvares) na mesma vila.

Proporcionou e alcançou grandes transformações na fundação Anita Pina Calado, (instituição residencial para idosos e apoio domiciliário), onde, assumiu a presidência do conselho de administração. Desempenhou funções na Junta de Freguesia do Teixoso, como presidente da Assembleia de Freguesia, tendo também passado por outras coletividades da vila. -----

Foi sem dúvida um Homem de carácter, dinâmico e com um gosto enorme por ajudar o próximo, dar o seu cunho à comunidade e fazer sempre mais por todos os que o solicitavam. -----

Deixa-nos após uma luta árdua contra uma doença prolongada, escrevendo o seu nome nas páginas douradas do Teixoso, deixando esta vila mais pobre e com ela também todas as coletividades e empresas em que outrora desempenhou funções. -----

Um homem lutador, guerreiro, e um exemplo a seguir. -----

Propõem-se assim que esta Assembleia Municipal lhe preste esta honrosa homenagem com a aprovação deste voto de pesar, endereçando ainda aos seus familiares, à União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo e a toda a comunidade.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.09, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Arménio Saraiva Baltazar Correia** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.8 – Voto de Louvor – Teatro das Beiras

“A companhia profissional de teatro “Teatro das Beiras” nasce a 7 de novembro de 1974, fundada pelos irmãos Fernando e Rui Sena com a designação Grupo de Intervenção Cultural da Covilhã (GICC).

Resulta da vontade dos seus fundadores promover e produzir com mais regularidade espetáculos teatrais e culturais na região.

A história começa com a estreia, em 1976, da primeira peça “La farce de maître Phathelin” e até hoje, nestes 50 anos, contam já com 118 produções.

Em 1980 iniciam a organização anual do “Ciclo de Teatro de Outono” que hoje se apresenta ao público como “Festival de Teatro da Covilhã”, promovendo anualmente na Covilhã um conjunto diversificado e de excelência de peças de teatro, de diversas companhias nacionais e internacionais, somando já 42 edições.

Em 1994 passa a companhia profissional de teatro e em 1998 adquire o estatuto de utilidade pública.

Ao longo destes 50 anos realizou mais de 3000 apresentações para mais de 300.000 espectadores em vários pontos do mundo.

Com um trabalho muito impactante nas escolas e nas aldeias cumpre uma missão de serviço público na promoção e democratização da cultura e constitui-se ela própria como uma escola de artistas e profissionais da cultura contando atualmente com uma equipa que vai oscilando à volta de uma dezena de profissionais.

Em 2015 o Município da Covilhã distinguiu justamente a companhia com a Medalha de Mérito Municipal, categoria prata mas o seu maior reconhecimento é aquele que advém do público que desde há 50 anos participa e beneficia das suas criações e do seu trabalho.

Nas palavras de um dos seus fundadores, Fernando Sena, “O teatro é diferente todos os dias, mesmo que seja a mesma peça a ser representada”.

É esta singularidade e esta genuinidade que lhes têm granjeado o sucesso, o respeito e o reconhecimento do público, das entidades públicas, dos profissionais e dos seus congéneres ao longo destes 50 anos.

É pelo reconhecimento desses méritos que a Assembleia Municipal da Covilhã, por ocasião da celebração dos seus 50 anos, aprova este Voto de Louvor como forma de agradecimento pelo trabalho desenvolvido e estímulo para que prossigam um caminho de inspiração e trabalho cultural demonstrando que a cultura de qualidade é também produzida fora dos grandes centros e que a Covilhã continua a afirmar-se como um dos mais relevantes pólos de produção cultural do interior de Portugal.

Sendo Aprovado, este voto deverá ser endereçado à companhia profissional Teatro das Beiras e aos seus dois fundadores, Rui e Fernando Sena.”

(Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.10, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP)**

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor ao Teatro das Beiras** foi **aprovado por unanimidade**. -----

2.5.9 – Voto de Louvor – Lua Afonso -----

“Lua Afonso é uma jovem Covilhanense com 16 anos, estudante na Escola Secundária da Quinta das Palmeiras. -----

Apesar da sua jovem idade tem um percurso notável em termos cívicos, académicos e desportivos somando assinaláveis conquistas. -----

É fundadora do projeto de promoção da igualdade de género, “Fora da Cozinha” e foi eleita para a Mesa Nacional do Parlamento dos Jovens em 2023. -----

Campeã Nacional de Trail Jovem 2024 e vencedora do Circuito Nacional de Trail (com 5 vitórias em 5 provas) e foi convidada para estar presente na Final da Taça de Portugal de Futebol de 2024, entre o Sporting CP - FC Porto, por ter sido a melhor árbitra no Encontro Nacional de Arbitro Jovem. -----

Também em 2024 conquista o concurso “Astronauta por um dia”, da Agência Espacial Portuguesa tendo como prémio a participação num voo que lhe permitiu experimentar a sensação de gravidade zero. -----

Foi vencedora do Concurso Municipal de Leitura – Covilhã, nos últimos 3 anos (2022, 2023 e 2024) e do Concurso Nacional de Leitura 2023 e do Concurso Nacional Ler em Voz Alta (2024). -----

Recentemente conquistou o Concurso Nacional “Voz – O Poder da Palavra, eloquência e oratória” onde a todos encantou com duas declamações brilhantes. -----

Sendo notável um currículo que é inversamente proporcional à sua jovem idade, a Assembleia Municipal da Covilhã pretende reconhecer e louvar o seu percurso, as suas conquistas procurando que este voto constitua um incentivo à continuação do seu caminho pessoal e que este reconhecimento sirva de inspiração e motivação aos jovens da Covilhã. -----

Depois de aprovado, este voto deve ser enviado à destinatária, Lua Afonso, e à sua Escola, Escola Quinta das Palmeiras.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.11, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP) -----**

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor a Lua Afonso** foi **aprovado por unanimidade**. -

2.5.10 – Voto de Louvor – Centenário do nascimento de Mário Soares -----

“Assinalou-se no passado dia 7 de dezembro o centenário do nascimento de Mário Soares, um homem cuja vida foi marcada por um incansável compromisso com a liberdade e a democracia e cuja ação perdurará nos livros de história das futuras gerações. -----

Mário Soares nasceu a 7 de dezembro de 1924, em Lisboa. -----

Durante a ditadura salazarista destacou-se como um dos principais opositores ao regime, tendo sido preso 12 vezes num período que quase totalizou 3 anos. -----

Apesar das adversidades, Mário Soares sempre se manteve firme na sua luta pela liberdade, tornando-se um símbolo de resistência e esperança para os portugueses. -----

Em 1973 fundou na Alemanha, juntamente com outros Camaradas, o Partido Socialista. -----

Com a Revolução dos Cravos de 1974, desempenhou um papel crucial na transição de Portugal para a democracia. -----

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente eleito Primeiro- Ministro, nas primeiras eleições livres em democracia. -----

A sua liderança foi fundamental para a consolidação das instituições democráticas e a promoção dos direitos humanos em Portugal. -----

Portugal deve-lhe para além do combate a ditadura e da luta pela liberdade, a consolidação da democracia, a adesão à então Comunidade Economia Europeia que pediu formalmente enquanto Primeiro-ministro em 1977 e que posteriormente, em 12 de junho de 1985, veio a assinar numa célebre cerimónia no Mosteiro dos Jerónimos. -----

Além de sua influência nacional, Mário Soares teve também relevância significativa no cenário internacional. Amigo íntimo de muitas das personalidades políticas e intelectuais do século XX, colhia simpatia e admiração por líderes políticos e religiosos dos mais variados quadrantes. -----

Mário Soares deixa um legado de luta pela liberdade, pela democracia, pela igualdade e justiça social que perdurará muito para além do seu tempo. -----

A sua importância histórica é impossível de sintetizar neste pequeno texto e o seu exemplo, o seu carácter, a sua ação e os seus ensinamentos perdurarão no tempo e continuarão a ser uma inspiração para as futuras gerações de portugueses como um exemplo de coragem, de dedicação à causa coletiva, de combate às desigualdades e de luta pela liberdade. -----

O Município da Covilhã, reconhecendo a sua relevância e importância histórica, distinguiu-o em 2015 com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal e a Chave da Cidade. -----

Em 2021, já a título póstumo, atribui o seu nome a uma rua da cidade, nas imediações da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI, numa zona de expansão – como o seu pensamento - e muito frequentada por jovens, com sempre foi a sua mente. -----

A vida e ação da vida de Mário Soares, transformou-o no português mais relevante na história da nossa democracia e num dos mais importantes e impactantes na história do século XX de Portugal.

Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 18 de dezembro de 2024 e por ocasião da celebração do centenário do nascimento de Mário Soares, aprova este Voto de Louvor, o qual deve ser enviado aos seus filhos, Isabel e João Soares, à Fundação Mário Soares, à Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-ministro e aos grupos parlamentares da Assembleia da República. -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.12**, tendo-se associado à mesma os Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-PP) -----

--- Colocado à votação, o presente **Voto de Louvor – Centenário do nascimento de Mário Soares** foi **aprovado por unanimidade**. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Dizer que votámos favoravelmente levando em conta todo o percurso do Dr. Mário Soares, apesar de no seu percurso político entre o PCP e o PS haver divergências, discordâncias, salutaras como é evidente, mas não deixamos de louvar e de votar favoravelmente um percurso que, globalmente, foi aquilo que foi e que todos nós conhecemos.” -----

2.5.11 – Recomendação para a Criação de um Novo Local de Voto na zona baixa da cidade da Covilhã -----

“Os locais de voto da cidade da Covilhã têm sofrido muito poucas alterações ao longo das últimas décadas e ainda hoje respeitam, e a nosso ver bem, as antigas freguesias da cidade (Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro), existindo sempre locais de votação em todas elas. -----

Contudo, a expansão da Covilhã em direção ao Zêzere, aumentando significativamente o número de eleitores na zona baixa da cidade, torna essencial a criação de um novo local de voto nesta área da cidade. -----

Este aumento tem-se verificado em grande medida na antiga freguesia de Santa Maria, o que leva a que cada vez mais eleitores se tenham de deslocar até à Escola Primária nº 1 - São Silvestre (Central) para exercer o seu direito de voto, um local de voto que já conta com 5 mesas de votação e maioritariamente compostas por residentes da zona baixa da cidade. -----

É por isso fundamental o desdobramento destas mesas de voto, criando um novo local de voto mais próximo da área mais habitada, como por exemplo numa das instituições de ensino ali presentes (Escola Pêro da Covilhã, Escola Quinta das Palmeiras ou Faculdade de Ciências da Saúde da UBI). -----

Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã vem recomendar ao executivo municipal que proceda à criação de um novo Local de Voto na zona baixa da cidade, de maneira a que nos próximos atos eleitorais aqueles que aqui residam possam exercer o seu direito de voto num local

mais próximo da sua residência, garantindo naturalmente boas acessibilidades para qualquer cidadão e lugares de estacionamento apropriados.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS *Doc.13*) -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** apresentou a proposta, dizendo que se tratava de “uma recomendação para ser criado um novo local de voto na zona baixa da cidade, dando como exemplos as instituições de ensino, a Escola Pêro da Covilhã, ou a Escola Quinta das Palmeiras ou a Faculdade de Ciências da Saúde. -----

O que acontece hoje em dia é que há muitos eleitores que têm que se deslocar da zona baixa da cidade para vir até a zona alta, nomeadamente quem morava na antiga freguesia de Santa Maria tem que vir votar à Escola de São Silvestre, à Central. Ainda são uns milhares. -----

Neste caso, o que pedimos é que a Assembleia Municipal da Covilhã recomende ao Executivo que proceda à criação de um novo local de voto na zona baixa da cidade de maneira a que, nos próximos atos eleitorais, aqueles que aqui residam possam exercer o seu direito de voto no local mais próximo da sua residência, garantindo naturalmente boas acessibilidades para qualquer cidadão e lugares de estacionamento apropriados.” -----

- Foi interveniente o Senhor **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso)** referindo que, “sobre esta matéria, em devido tempo a União de Freguesias da Covilhã e Canhoso enviou ao Município para que esta situação já estivesse resolvida.” -----

--- Colocada à votação, a presente ***Recomendação para a Criação de um Novo Local de Voto na zona baixa da cidade da Covilhã*** foi ***aprovada por unanimidade.*** -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Apenas dizer bem-vindo PS à realidade municipal e associar-se àquilo que os Vereadores da oposição já fizeram e já propuseram no Executivo. Já se tentou fazer isso nas últimas eleições, mas infelizmente com a capacidade de ação desta Câmara não foi possível e, portanto, vamos tentar ver se agora, como é proposto pelo PS, eventualmente se consiga fazer.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**: “Naturalmente, votámos a favor, mas aquilo que queria sublinhar é que não é só esta situação que existe no concelho ou que existe na cidade. Era necessário aqui que a Câmara, penso eu, em conjunto com as Juntas de Freguesia, reestruturasse um pouco a localização das mesas de voto porque a realidade populacional hoje é diferente, há zonas que são mais despovoadas, outras onde existe uma maior concentração de pessoas e a proximidade das mesas de voto da população também pode ajudar a uma maior afluência às urnas. Portanto, resolver aquilo que existe já hoje nalguns locais de voto. Estou-me a lembrar da

Central em que há, digamos, dificuldades de trânsito, estacionamento, de um conjunto de complicações que se podem evitar.” -----

2.5.12 – Moção Pelo Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela -----

“Na sequência do grande incêndio da Serra da Estrela de agosto de 2022, e após análise, junto dos autarcas, dos prejuízos infligidos às populações da região, o Governo de António Costa aprovou várias medidas destinadas aos municípios afetados pelos incêndios desse ano, num valor global de 200 milhões de euros. Na mesma resolução do Conselho de Ministros, datada de 15 de setembro de 2022, o Governo determinou ainda a “elaboração de um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), incluindo, em algumas medidas, todo o território da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tendo em vista o desenvolvimento económico e social da região”. -----

Efetivando essa deliberação, no passado dia 8 de fevereiro de 2024, o anterior Governo, liderado pelo Partido Socialista, aprovou então o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que inclui vários projetos estruturantes que visam proteger o ecossistema da Serra da Estrela, dinamizar a economia regional e promover o desenvolvimento sustentável da Região. -----

Deste Programa, nascido do trabalho de 68 entidades regionais e que totaliza 155 milhões de euros, constam dezenas de medidas que pretendem não só conferir maior resiliência aos territórios da Serra da Estrela, como também potenciar a sua economia, tendo as populações residentes visto este novo Programa como um sinal de esperança no futuro das suas cidades, vilas e aldeias que vivem há demasiado tempo sujeitas a todos os tipos de desigualdades inerentes ao binómio interior-litoral. -----

Por essa razão, foi com alguma incredulidade que analisámos o Orçamento de Estado para 2025, apresentado pelo Governo composto pela coligação PSD-CDS, e percebemos que na verba destinada ao Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela encontram-se alocados apenas 1,5 milhões de euros. Ou seja, falamos de menos de um centésimo do valor necessário para concretizar o plano. -----

Cumpramos por isso ao Governo explicar qual a sua estratégia para os territórios da Serra da Estrela, se é que ela existe. Dizer se realmente reconhece a importância do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela para a região e se considera que este é, ou não, uma prioridade. Dar sinais claros às populações do interior de que, ao contrário do que sucedeu com a abolição das portagens nas ex-SCUT, podem contar com este Governo do PSD-CDS para promover os investimentos necessários ao seu desenvolvimento. -----

Face ao exposto, e considerando que ainda está por fazer justiça às populações afetadas pelos incêndios de Agosto de 2022 na Serra da Estrela, que existem vários indicadores que revelam um manifesto desequilíbrio territorial no país, que o Interior de Portugal é um ativo estratégico e que é fundamental continuar a promover significativamente a Coesão Territorial, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, vem instar o Governo a avançar

definitivamente com os projetos estruturantes que constam do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, conferindo aos municípios da região as verbas necessárias à sua implementação. -----

Em caso de aprovação, esta moção deve ser enviada ao Primeiro-Ministro de Portugal, ao Ministro da Coesão Territorial e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS Doc.14) -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** fez a leitura da parte final do documento e referiu que, “há pouco, o Senhor Deputado João Lopes Bernardo falou relativamente ao Orçamento de Estado em que o Partido Socialista não se manifestou em relação ao Programa de Revitalização, mas vou só ler os últimos dois parágrafos do documento que já foi distribuído: -----

«No que respeita a novas medidas, o relatório do OE 2025 descreve o seguinte: “promover novas medidas para o Interior, incluindo o início do Programa de Revitalização da Serra da Estrela (PRPNSE)”, com um orçamento que não ascende a 1.5M€.» Ora, se o PRPNSE, aprovado pelo RCM pelo anterior Governo, afetou um montante de 155M€ para a sua concretização. Este é, pois, apenas um exemplo da falta de ambição do Governo para o Interior. -----

Face ao exposto e considerando que subsistem ainda indicadores que revelam um manifesto equilíbrio territorial no país, que o Interior de Portugal é (exatamente o que está na nossa moção) um ativo estratégico e que é fundamental continuar a promover a coesão territorial, considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que o Governo deverá prosseguir a implementação do Programa para a Valorização do Interior, com ambição, dotando-o dos instrumentos e dos recursos necessários para a concretização de medidas e projetos que permitam a valorização e o desenvolvimento económico e social do interior de Portugal. -----

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2024.» -----

Relativamente ainda esta moção, apresentamo-la aqui hoje como forma de expressar a nossa preocupação e indignação relativamente às verbas previstas no Orçamento de Estado nesta matéria. É um sinal inequívoco que o Governo liderado por Luís Montenegro ignora os problemas do interior do país e das suas populações. -----

É inaceitável que, após os devastadores incêndios do Verão de 2022 que deixaram um património natural destruído e uma região ainda mais desamparada, o atual Governo apresente um Orçamento que não dá seguimento às respostas dadas pelo anterior executivo, ignorando as necessidades reais desta região, desde logo ao não alocar os recursos financeiros para a execução do Programa de Revitalização, plano em que foram definidas medidas concretas consideradas estrategicamente fundamentais para o desenvolvimento destes territórios. -----

É cada vez mais evidente para nós que este Governo não tem estratégia para o interior do país. Os territórios desfavorecidos são tratados como territórios de segunda, quando deveriam ser uma prioridade nacional. -----

Com a única exceção da abolição das portagens nas SCUT aprovadas com o voto contra do PSD e do CDS, este é um Orçamento de Estado que perpetua as assimetrias regionais. -----

Com este Governo, o Ministério da Coesão Territorial continua a existir, mas apenas em nome, tendo sido transformado no Ministério do PRR desprovido de qualquer objetivo de aproximar o desenvolvimento socioeconómico do interior do que existe no litoral. Basta ouvir, e aconselho que o façam, a audição do Senhor Ministro da Coesão Territorial em sede da discussão do Orçamento de Estado. Parece que estamos todos em pé de igualdade: Interior e Litoral. Falar em coesão territorial não pode ser apenas um discurso político vazio e, até este momento, este Ministério parece nem reconhecer assimetrias territoriais no país e ainda não apresentou nada de concreto que vise verdadeiramente um Portugal mais coeso. -----

Senhoras e Senhores Deputados, deixámos desde já claro a nossa opinião e compreendo que nem todos nesta Assembleia tenham esta visão do trabalho desenvolvido pelo atual Governo. Mas, independentemente disso, o fundamental é estarmos sempre todos juntos quando o que está em causa é a defesa do nosso território, das nossas populações e dos investimentos que podem alavancar a economia do nosso Concelho e da nossa região. -----

Na última Assembleia da CIM Beiras e Serra da Estrela, a bancada do Partido Socialista apresentou uma moção semelhante a esta, que já foi referido na intervenção inicial. Numa assembleia em que a maioria dos representantes são do PSD, do CDS ou de movimentos independentes, a moção foi aprovada com a maioria dos eleitos naquela Assembleia, da Guarda, do Sabugal, de Figueira de Castelo Rodrigo, ... a priorizar a defesa da região sobre as simpatias partidárias com o executivo nacional. Essa moção contou apenas com três votos contra: um do Senhor Deputado do PSD do Fundão, outro da Senhora Deputada do PSD da Covilhã e outro do Senhor deputado do CDS da Covilhã. -----

Apelo sinceramente que tal não se repita hoje e que possamos estar todos juntos na defesa do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela e, conseqüentemente, na defesa intransigente de quem estamos aqui a representar. ” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Não posso deixar de falar sobre esta questão da moção apresentada pelo PS pelo Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela porque acho no mínimo de mau tom que se utilize esta questão do Plano de Revitalização como arma de arremesso político, em vez de tentar trabalhar no assunto e tentar resolver o assunto. ---

Não vi o PS, na discussão do Orçamento, falar do Plano de Revitalização ou a exigir que houvesse no Orçamento 2025 para o País uma verba específica para o Plano de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Portanto, preocupou-se com tudo, menos com aquilo que é o essencial e que o PS da Covilhã acha que temos que forçar toda a gente a fazer. Peço desculpa, mas é vergonhoso termos esta dualidade de critérios e tentarmos utilizar uma coisa que tem que ser tratada em benefício de todos, apenas como arma de arremesso político para tentar tirar aqui algum dividendo. -----

O Plano de Revitalização tem que ser feito, tem que ser exigido e tem que ser trabalhado para isso. Mas não podemos é esquecer-nos de introduzir nos documentos oficiais quando se faz a transição do Governo, porque se faz uma aprovação de um Plano à pressa só porque se tem que apresentar trabalho. E isto tem que ser dito.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, referiu “como é que é possível juntar a uma moção toda a revolta daquilo que não foi feito em oito anos relativamente à coesão territorial. Isto é mesmo revolta. Basta ir ver aquilo que eram os objetivos da Senhora Deputada Ana Abrunhosa e aquilo que foi conseguido em termos de coesão territorial. -----

Quando vemos umas portagens que, em oito anos, apenas aquilo que conseguiram foi aprovar para o Governo seguinte executar, isto é o princípio de coesão territorial do PS. -----

Plano de Revitalização da Serra da Estrela: o incêndio foi em agosto de 2022 e estamos em final de 2024. Foram Governo até maio de 2024. O que é que foi feito em dois anos relativamente ao Plano da Serra da Estrela? -----

Portanto, vêm neste momento tentar justificar com uma moção tudo aquilo que não fizeram enquanto foram Governo. Esta moção é apenas vir mostrar precisamente a incapacidade que tiveram enquanto foram Governo do PS relativamente à coesão territorial e, concretamente relativamente ao Plano de Revitalização da Serra da Estrela porque de execução zero.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS):** “Tenho uma questão muito simples para percebermos aquilo que é a posição do PSD e do CDS. -----

A verdade é que este Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela vem na sequência de um grande incêndio ocorrido em 2022, do qual se fez um Plano de Revitalização que foi aprovado e foram atribuídas verbas pelo Governo do Partido Socialista. -----

Entretanto, aconteceu em Portugal um outro incêndio de grandes dimensões na região de Aveiro, que é do interior, perto do mar, e para a região de Aveiro já foram atribuídas verbas e executadas e para o Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, no interior, vem lá 1.5M€. -

Portanto, pergunto: qual é que é a dúvida que o PSD tem em relação a isto e os Deputados do PSD e do CDS em votar favoravelmente esta moção que representa um protesto relativamente ao Governo da República? Para Aveiro já houve dinheiro!” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** “Queria só dizer rapidamente o seguinte: fique a bancada do PS descansada e tranquila, falo em nome do CDS e julgo que em nome do PSD, não em nome do Governo - não tenho esse mandato -, mas tudo aquilo que estava em Plano está devidamente contemplado, não neste Orçamento, mas nos próximos orçamentos. Até por uma razão muito simples. Sejam sérios e honestos na conversa e no diálogo. Como é óbvio, no Orçamento de Estado não podia estar contemplada a verba para uma barragem que nem sequer tem projeto feito, nem sequer tem projeto desenvolvido. -----

Sejam claros e honestos. Não podemos misturar numa mesma moção tão importante para a Serra da Estrela coisas como a revolta sobre as portagens, a pressão ideológica sobre as portagens,

como aliás está presente. Foi esse, aliás, o motivo que nos fez votar contra esta moção na Assembleia Intermunicipal porque no mesmo texto, em duas páginas, conseguem juntar a revolta sobre alcatrão e a revolta sobre aquilo que aconteceu na Serra da Estrela.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção Pelo Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela** foi **aprovada por maioria com 29 votos a favor (PS, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s), 3 abstenções (Juntas/União de Freguesias de Ferro, Peraboa e Peso e Vales do Rio) e 7 votos contra (PPD/PSD e CDS-PP).** -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O Grupo Municipal do CDS votou contra não só pelas razões que foram aduzidas aquando da discussão, mas e sobretudo porque, de facto, não tenho a mesma capacidade de argumentação ou de desdizer o que se pode defender como foi feito na moção pela mobilidade pelo Senhor Deputado Hélio Fazendeiro. -----

Vou pedir para que reproduzam *mutatis mutandis* aquilo que o Senhor Hélio Fazendeiro disse relativamente à mobilidade substituindo a palavra mobilidade pelo Plano de Recuperação de Revitalização da Serra da Estrela porque, de facto, é a melhor forma de conseguir justificar aquilo que eles próprios conseguem fazer.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Dizer, também em nome da verdade, que a comissão específica na Assembleia da República que aprovou esta moção apresentada pelo PS na Revitalização é esta. No fundo, também ela foi apresentada em conjunto com outras moções de outros partidos, nomeadamente do PCP, do PSD e do CDS também. Ou seja, não quer dizer que na Assembleia da República não existe a preocupação com a Serra da Estrela. Só que, nalguns casos, e no caso do PCP, não estando contra os investimentos previstos, diferenciamos-nos do PS quanto ao modelo de gestão previsto para gerir, no fundo, o Parque Natural da Serra da Estrela. Quanto ao PS, portanto, foram aprovadas os planos, digamos, as propostas de planos de reflorestação que foram apresentados nesse âmbito. A grande diferença, de facto, entre a proposta do PS e a do PCP passa um pouco pelo modelo de gestão porque aquilo que estava previsto nesse Plano de Revitalização, e não estão em causa os investimentos e as intervenções, mas está em causa aquilo que o Governo do Partido Socialista propôs, que foi a transferência das competências de intervenção no Parque Natural da Serra da Estrela para os municípios. No fundo, é como na educação e como na saúde: transferir responsabilidades e depois logo vemos se as verbas são suficientes ou não para resolver os problemas que se encontram à volta da Serra da Estrela, as intervenções que são necessárias fazer e também o seu modelo de gestão. Como é evidente, o Parque Natural da Serra da Estrela não pode e não deve continuar a ser gerido a partir de Coimbra.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Para deixar claro a este Órgão que o voto contra do Partido Social Democrata não é de modo nenhum contra um Plano de Revitalização do

Parque Natural da Serra da Estrela porque tanto o PSD como o Governo da AD estão deveras empenhados em recuperar tudo o perdido em 2022. -----

Fazendo aqui quase as palavras do meu colega de bancada do CDS, dizer tal e qual aquilo que o Deputado Hélio Fazendeiro disse para a moção da mobilidade se aplica na íntegra àquilo que está a fazer neste momento. Portanto, o PS Covilhã tentou fazer na Assembleia Intermunicipal a jogada que está aqui a fazer na Assembleia Municipal: portanto, utilizar um plano tão importante para os Covilhanenses e para a região como ataque meramente político. Querem atacar aquilo que não fizeram durante oito anos e querem pôr nas costas de um Governo que está há oito meses em exercício. Era só isso que tinha para dizer.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Quer na moção da mobilidade mais inclusiva apresentada pelo PSD, quer agora na moção do Programa de Revitalização da Serra da Estrela apresentada pelo PS, o Movimento “Covilhã Tem Força” votou favoravelmente as duas. Significa isto que nós não estamos sob os holofotes dos partidos, mas achamos que o melhor para os Covilhanenses é efetivamente votarmos favoravelmente as duas moções.” -----

2.5.13 – Proposta para a Criação de Comissão de Trabalho Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã) -----

“A construção da Infraestruturas rodoviária de ligação da Covilhã a Coimbra, conhecida e denominada por IC6 - Itinerário Complementar 6, é uma necessidade identificada e reconhecida há décadas e uma ambição das nossas populações ainda há mais tempo. -----

A aparente reduzida distância física entre Covilhã e Coimbra, transforma-se por razão da orografia e da qualidade e tipologia do traçado rodoviário existente, numa desproporcionada distância em termos de tempo de viagem bem como de segurança e conforto da mesma. -----

As alternativas atuais e mais confortáveis em comodidade são substancialmente maiores em tempo e distância de viagem e, por essa razão, menos amigas do ambiente. -----

O mesmo sucede relativamente às ligações Covilhã-Seia e Covilhã-Oliveira do Hospital, cujo IC6 reduziria drasticamente o tempo e conforto das viagens, permitindo que estes pólos dinamizadores da região da Serra da Estrela pudessem criar mais e melhores sinergias, tendo em vista o seu desenvolvimento comum. -----

A inscrição de apoios financeiros para estudos e projetos desta infraestrutura, no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, coloca de novo a oportunidade de avançar com esta obra tão necessária e indispensável para todos. -----

Nesse sentido é essencial que o tema seja analisado, debatido e decidido pelos responsáveis políticos da forma mais informada e esclarecida possível com vista a que esta obra estrutural e de grande alcance possa cumprir com os seus objetivos de servir da melhor forma o desenvolvimento dos nossos territórios e as nossas populações. -----

Assim, o grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto no artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal, vem propor a criação de uma Comissão de Trabalho Especializada nos seguintes termos: -----

Objetivos da Comissão: -----

- Estudar problemática do traçado do IC6, entre o Nó de Folhadosa (Seia) e o Nó do Parque Industrial do Tortosendo (Covilhã), nomeadamente através de análise das alternativas (via Pedras Lavradas e via túnel da Alvoaça). -----
- Após recolher os depoimentos que considere relevantes, esta Comissão deve apresentar uma proposta de recomendação a plenário, informada e participada, que defenda os interesses da Covilhã, das suas freguesias, e de toda a região. -----

Competências: -----

- Recolher depoimentos de entidades ou personalidades que a comissão considere relevantes para o desenvolvimento dos seus trabalhos; -----
- Emitir recomendações a serem objeto de deliberação em reunião plenária da Assembleia Municipal. -----

Composição: -----

- Um representante de cada Grupo Municipal. -----
- Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Casegas e Ourondo, Cortes do Meio, Erada, Paul, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel e Unhais da Serra. -----

Votações: -----

- Para efeitos de quórum de funcionamento da Comissão e de votação nas tomadas de decisão, os representantes de cada Grupo Municipal têm na Comissão Especializada um número de votos equivalente ao número de deputados que compõem o respetivo Grupo Municipal. -----
- Os Presidentes das Juntas de Freguesia com lugar na comissão têm 1 voto cada. -----

Prazo: -----

- A Comissão deve apresentar o seu relatório final até à Assembleia Municipal Ordinária de Abril de 2025, extinguindo-se nesse momento." -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS **Doc.15**) -----

--- O Senhor Deputado Municipal **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)** referiu que, “com a nossa proposta de criação de uma comissão, o objetivo seja a estudar a problemática do Traçado do IC6 entre o nó da Folhadosa em Seia e o nó do Parque Industrial de Tortosendo, nomeadamente analisando as duas alternativas: via Pedras Lavradas e via túnel da Alvoaça. -----

O objetivo é recolher vários depoimentos de entidades consideradas relevantes, no fundo, para também retirarmos conclusões de qual é que poderá ser a melhor alternativa e que esta Comissão, que é constituída tanto por um membro de cada grupo municipal e pelos presidentes de junta que

podem ter mais a beneficiar ou ser prejudicados em relação às duas alternativas possam estar presentes e que seja feito um relatório e ser apresentadas conclusões dessas recolhas de depoimentos na Assembleia Municipal de abril.” -----

- Foi interveniente o Senhor **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** que, relativamente ao presente assunto, informou que esteve “ontem em representação da Junta de Freguesia na Assembleia dos 30 anos da ADERES, que aproveite para felicitar por todo o trabalho que tem feito ao longo destes 30 anos pelas comunidades locais, especialmente as rurais, onde me insiro, e dizer que saiu de lá ontem um grupo de trabalho para a construção do IC6, com a salvaguarda da construção do túnel da Serra da Alvoaça. -----

Daquilo que me apercebi, o grupo de trabalho já tem um trabalho muito bem feito e é de assinalar que em tão pouco tempo se constituíram algumas entidades para criar esse trabalho, o trabalho que já têm feito e o desenvolvimento que já têm nesta área. -----

Julgo que é muito importante que todas as entidades se juntem à mesa e, de facto, se unam em torno desta via, que é uma via estruturante para o nosso Concelho, para a nossa região e que, acima de tudo, se aproveite já o trabalho que está feito. Acho que é o mais importante aqui salvaguardar. Daquilo que eu vi, de facto, é que o túnel da Serra de Alvoaça possa ser aqui uma grande mais-valia neste processo da construção do IC6.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Proposta para a Criação de Comissão de Trabalho Especializada – Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa – Covilhã)** foi **aprovada por maioria com 39 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e DMI’s) e 1 abstenção (Junta de Freguesia de Cortes do Meio).** -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)**: “Como disse na minha intervenção, julgo que faz todo o sentido, antes da constituição desta Comissão, ouvir-se a entidade ADERES pelo trabalho que já tem desenvolvido. Acho que, neste sentido, a criação de uma via que é perfeitamente estruturante para o concelho tudo aquilo que não queremos é criar divisão e devemos, acima de tudo, respeitar quem já deu o primeiro passo, respeitar quem já fez algum trabalho de campo e, antes da constituição desta Comissão, de facto, ouvir-se a entidade ADERES e ouvir, acima de tudo, o grupo de trabalho, as entidades que já constituem o trabalho que já tem feito isso.” -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal do CDS-PP indicou para discussão o tema *“Políticas de ambiente no concelho da Covilhã e desenvolvimento rural”* e Grupo Municipal do PS o tema *“Prevenção de Incêndios e Proteção Civil”*.

3.1.a) *“Políticas de ambiente no concelho da Covilhã e desenvolvimento rural”* -----

--- O Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** fez a seguinte apresentação do tema: -----

“Esta matéria dos programas ambientais e o desenvolvimento rural ou pelo menos as políticas de desenvolvimento rural estão obviamente intimamente ligadas e é com preocupação que assistimos àquilo que são as evidências na execução desta Câmara ou deste Município, neste caso a ausência de políticas de ambiente nesta matéria. Essa é a razão que nos levou a trazer este tema à discussão neste debate municipal porque queremos ouvir o que o Município tem a dizer nesta matéria e temos que ver aquilo que efetivamente existe, aquilo que já está em cima da mesa. É óbvio que existe e toda a gente conhece os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos nas Nações Unidas e que têm uma monitorização até 2030. Mas, na Covilhã não temos a medição destes objetivos do desenvolvimento sustentável. Não sabemos onde é que estamos. Se não sabemos onde é que estamos, não sabemos para onde é que vamos. -----

Falamos aqui muito de ambiente, do que se pode fazer, do que se tem a fazer, do que se quer fazer, mas na prática não sabemos exatamente o que é que a Câmara quer fazer ou está a fazer e o que é que quer fazer com isto. -----

Por essa razão, aquilo que me preocupa, pegando nos instrumentos que neste momento temos, é que em matéria de meio ambiente o que está previsto no Orçamento para 2025 são dois parágrafos que vou citar: -----

“O Município da Covilhã tem a preocupação de preservar e conservar o património natural que dispõe no seu território, através da implementação de políticas sustentáveis que sejam transversais às questões económicas, sociais e ambientais, aplicando desta forma uma boa gestão na utilização dos recursos e na preservação ambiental. As medidas assentam em várias áreas de atuação, como é o caso da requalificação de espaços verdes, a boa gestão de recursos e na eficiência energética.

Devido ao infortúnio pelos incêndios no Concelho da Covilhã, um dos projetos ainda a decorrer é as medidas de apoio ambiental que tem como objetivo garantir o escoamento das linhas de água, minimizar a erosão e o arrastamento dos solos e assegurar o uso balnear.” -----

Termina: *“outro projeto a decorrer (pasmese! Se não fosse trágico, era de facto cómico) é a requalificação do Parque da Goldra”* que já vimos que não há requalificação nenhuma, que já se desistiu, que não está nada a decorrer e, portanto, não sabemos sequer quando é que vai começar.

Isto é o que está previsto no Orçamento para o ano nesta matéria ambiental. Matéria rural, zero.

Não há sequer uma palavra em termos de investimentos de apoio ao desenvolvimento rural no Concelho da Covilhã. Ignoramos mais de 60% do Concelho que tem, de facto, uma área rural significativa e com produção que deve ser protegida e que deve ser apoiada. -----

Quando olhamos para estas coisas, temos que olhar o que é que foi feito e o que é que está a ser feito. Esta questão ambiental e nomeadamente no que diz respeito à questão da reciclagem e da separação, todos dizemos que isto tem que começar em nossa casa e é com muita pena minha que olho para a nossa Assembleia Municipal que é o espelho e a cara do nosso Município e não há o sistema de separação de lixos. Não há sequer possibilidade da reciclagem dos copos de papel que temos aqui, das garrafas de plástico porque vai tudo para o mesmo cesto porque este Município não dota sequer as suas instalações para o tratamento destas questões. Isto é aquilo que podemos dizer relativamente à preocupação deste Município relativamente ao investimento nesta matéria ambiental. -----

Só para tentar terminar e não vou falar muito mais, mas vou dizer aqui dois números que estão disponíveis no Gabinete de Estratégia de Estudos no que diz respeito ao Concelho da Covilhã com despesas dos Municípios em ambiente por habitante em 2022. São os últimos dados que existem. A Covilhã gastou em 2022 por habitante 5€ em ambiente. Se compararmos com o gás por habitante na NUT 3 que é a CIM Beiras e Serra da Estrela, o gasto por habitante foi de 71€. Na zona que está à nossa volta, onde estamos inseridos, nós gastamos 5€. Relativamente à região Centro, gastou-se por habitante 68€. O distrito de Castelo Branco são 77€ (Beira Baixa e Sul, não é?). A nível continental são 73€ por habitante e a nível nacional, incluídas as regiões autónomas, aquilo que se gastou por habitante foi 93€. E volto a repetir a despesa inicial do concelho da Covilhã, que foi de 5€. -----

Portanto acho que temos que ter noção que, de facto, podemos apregoar que o ambiente é sempre uma coisa bonita para se falar, mas se não se paga, se não se investe, não se tem. Esta é a realidade do Concelho da Covilhã e, por isso, trouxemos aqui este tema e estamos à espera que a Câmara diga o que é que está a fazer em matéria ambiental.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** prescindiu do seu tempo. -

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “em relação à questão proposta para debate hoje, o ambiente, e num sentido mais alargado, a agricultura rural, o mundo rural e a floresta no Concelho, o PCP e a CDU têm um conjunto de propostas há muitos anos em relação a esta questão. É um diagnóstico feito há muitos anos que é a desertificação dos territórios, o abandono por parte das populações devido à sua pouca viabilidade económica e sustentabilidade como rendimento. -----

Uma das coisas que propusemos e propomos é: apoiar a agricultura local, familiar e biológica; modernizar neste caso aqui no Concelho e dinamizar os mercados municipais da Covilhã, Tortosendo, Teixoso, Unhais da Serra e Vila do Carvalho; promover produtos agrícolas regionais, facilitando a sua comercialização; promover o cultivo nos terrenos com aptidão agrícola,

nomeadamente junto ao rio Zêzere que já foram muito utilizados; apoiar a realização de feiras e exposições de venda direta de produtos regionais; protocolar com as associações de agricultores e produtores florestais; funcionamento de um gabinete de apoio técnico, nomeadamente no acesso a programas de financiamento, na formação e informação e apoiar a agricultura familiar, nas novas exigências de fiscalidade e sanidade vegetal e animal; apoiar os Conselhos Diretivos dos Baldios; criar um regime especial de licencição de construções agrícolas; limpar, alargar, pavimentar caminhos rurais e florestais essenciais à atividade agroflorestal; apoiar as diversas associações de regantes na construção, recuperação e manutenção de regadios coletivos; implementar uma incubadora de empresas de base rural; criar hortas urbanas e infraestruturas infraestruturadas nos principais núcleos urbanos de modo a promover a aproximação da vida urbana à rural; salvaguardar a agricultura familiar, o património natural e o ambiente como forma de capitalização e criação de uma cultura identitária; identificar e apoiar a criação de empresas agroindustriais que transformem e comercializem os recursos endógenos locais como, por exemplo, a fruta, o mel, os produtos da floresta, frutos silvestres, cogumelos, o gado de pequeno porte e os produtos agro-biológicos. -----

Em relação ao plano mais geral, em relação ao ambiente: elaborar um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas; criar um observatório de sustentabilidade que implemente e controle as medidas de redução dos consumos energéticos da água e dos resíduos urbanos; proteger o património ambiental do município; garantir a sustentabilidade dos solos e da água; garantir serviços municipais de qualidade de abastecimento e tratamento de água, recolha, deposição e tratamento de resíduos, entre outros; preservar e qualificar a floresta e o meio rural; arborizar e, sempre que possível, as vias públicas do concelho onde ainda não existam árvores; garantir a participação dos utentes na gestão de serviços públicos ambientais; desenvolver estratégias de redução e racionalização energética que reduzam eficazmente os consumos e melhore a qualidade de vida; forte aposta em ações de educação ambiental; desenvolver e aprofundar o diálogo e o trabalho conjunto com o Parque Natural da Serra da Estrela; criar cortinas verdes nos parques industriais e nas zonas de maior tráfego; promover a descarbonização do concelho e exigir a recuperação do passivo ambiental do Couto Mineiro; combater a exploração dos recursos minerais sem regras de sustentabilidade na Serra da Argemela... -----

Posso continuar com mais propostas que apresentámos por parte pelo PCP relativamente à questão ambiental só no concelho da Covilhã e, pasme-se, a gente o que vê e como me vem descrito é pouco ou nada.” -----

- **António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PPD/PSD):** Após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: **(Doc.16** com as alterações feitas durante a sua leitura) -----

“Queria começar por saudar o CDS-PP por trazer este tema à discussão, visto que estamos num Concelho em que uma grande parcela do nosso território está exatamente integrado num parque natural e porque acredito que a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento rural não só podem como devem andar de mãos dadas. -----

Em primeiro lugar, se analisarmos as características do nosso território rural, reparamos facilmente numa paisagem dominada pelo minifúndio, por terrenos muitas vezes cujos

proprietários já nem sequer sabemos quem são. Sendo esta a realidade do nosso Concelho, é claro para a bancada do PSD que o levantamento exaustivo dos terrenos rurais é essencial para entendermos de que modo podemos ajudar os proprietários a aproveitarem de forma mais sustentável, tanto a nível ambiental, como a nível financeiro os seus terrenos. É necessário então a CMC apoiar mais as Juntas de Freguesia no sentido do emparcelamento dos terrenos, nomeadamente através da criação de associações de baldios e, onde estas já existem, lhes facilitar o trabalho. Escusado será dizer que este emparcelamento não só contribuirá para o desenvolvimento das zonas rurais, como na melhoria da qualidade de vida daqueles que lá habitam e que da terra retiram o seu sustento. -----

Em segundo, o pastoreio na Serra da Estrela que, além de uma parte essencial da nossa matriz cultural da nossa região, é uma prática ancestral, que contribui para a exportação da nossa produção regional, nomeadamente através do Queijo da Serra da Estrela. Além de outros fatores, a inexistência de qualquer tipo de apoio ou política pública, com o intuito de apoiar a continuação desta atividade económica e de contribuir para a melhoria das condições de vida daqueles que a praticam, apenas têm agravado o progressivo desaparecimento da mesma. Se nada for feito nos próximos anos, o que acabará por acontecer é que o pastoreio na Serra da Estrela e, em particular, no Concelho da Covilhã, irá desaparecer. O desaparecimento desta profissão não só compromete a produção local, em especial do queijo da Serra da Estrela como também retiram dos nossos produtos de maior renome a nível das exportações. Propomos então que a CMC implemente medidas de apoio e valorização do pastoreio, através de incentivos fiscais, mais investimento na oferta formativa dos jovens pastores e o apoio ao escoamento do produto, de modo a garantir a segurança da produção, garantindo assim a continuidade do pastoreio na nossa Serra da Estrela.

Por fim, consideramos que existe uma falta, ou até inexistência de políticas municipais, com o intuito de promoverem uma maior qualidade de vida e uma convivência mais sustentável nos territórios rurais, nomeadamente apostando em habitações mais sustentáveis. Um dos maiores obstáculos à melhoria das habitações no meio rural, prende-se exatamente com o desconhecimento e com a burocracia excessiva para obter apoios na criação de um lar mais sustentável, em territórios marcados por populações envelhecidas e que muitas vezes necessitam de um apoio de proximidade, para poderem realizar estes projetos. Consideramos, portanto, essencial apostar em programas de apoio a estas pessoas, nomeadamente a nível de serviços que prestem apoio na procura de apoios financeiros, e na realização de candidaturas aos mesmos. A melhoria das infraestruturas das habitações permite, entre outras coisas, reduzir a fatura da luz, combatendo a pobreza energética; promover a sustentabilidade ambiental e práticas amigas do ambiente, tornando essas habitações em si mais sustentáveis; e melhorar substancialmente o conforto das habitações, especialmente em regiões com invernos mais rigorosos, como é o caso da nossa. -----

Estas propostas não têm apenas em vista a promoção de um meio rural mais sustentável e amigo do ambiente, mas de o construir em sincronia com a melhoria das condições de vida das pessoas que habitam os territórios rurais.” -----

- Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS): “Começo por saudar nesta intervenção, nomeadamente as intervenções dos grupos municipais que me antecederam, do Senhor Deputado

Pedro Manquinho e do Senhor Deputado António Saraiva, porque deram um exemplo daquilo que é possível fazer no âmbito destas discussões, de fazer uma intervenção fundamentada e consubstanciada, independentemente de podermos concordar ou não com as propostas, de fazerem um conjunto de propostas que acrescentam ao tema. -----

Sobre quem propôs o tema, nomeadamente o CDS, é mais do mesmo. É uma visão catastrofista da Covilhã, do Concelho. Tudo é uma desgraça! Tudo é uma catástrofe! Tudo é mau! Queixam-se depois até que temos poucas pessoas, mas com a descrição que eles fazem do Concelho não é fácil que alguém queira viver no nosso Concelho. Felizmente não têm razão. Não têm razão no diagnóstico que fazem, não têm razão nas questões que levantam e também não têm razão que o Concelho esteja a decrescer ou esteja a definhar. -----

Sobre as questões do ambiente e da agricultura, quero dizer o seguinte: é óbvio que muito trabalho ainda é necessário fazer, muito caminho é necessário percorrer, mas também nesta matéria o Executivo Municipal do Partido Socialista, desde 2013, tem trabalho para apresentar. Tem coisas concretas. Tem projetos concretos. Tem programas concretos. Tem resultados concretos para apresentar. -----

Foi com este Executivo Municipal que o Município da Covilhã aderiu ao Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia. Foi com este Executivo Municipal que passámos a ter um Plano de Ação de Energias Sustentáveis e do Clima e, com isso, concluímos que já reduzimos, entre 2008 a 2021, a emissão de CO2 em 35%, tendo o objetivo inscrito nesse Plano com as medidas conducentes a esses objetivos de reduzirmos até 55% em 2030. Foi com este Executivo que tivemos o cadastramento do arvoredos, um Regulamento de Gestão do Arvoredos Municipal. É com este Executivo que temos feito a gestão da floresta de forma responsável, promovendo também alguns espaços de limpeza e de gestão florestal. Trabalha em conjunto com os sapadores, com os baldios, com as freguesias que são determinantes. Foi com este Executivo também que reforçámos aquilo que é a promoção do sector primário, nomeadamente a produção agrícola, o apoio e a promoção de um produto tão característico da nossa terra como é o Pêssego da Covilhã. Foi com este Executivo, através da empresa Águas da Covilhã, que temos tido uma política sustentada em termos de reciclagem e de aproveitamento de bio resíduos, uma campanha que foi já este ano lançada incentivando os cidadãos do nosso município a separarem e aproveitarem os bio resíduos com destino final de aproveitamento nas suas hortas ou noutra espécie de agricultura... -----

Portanto, vir a esta Assembleia propor um debate, fazer uma avaliação catastrofista da situação e nada condicente com a realidade e depois não ter uma proposta que diga “façam isto, façam de outra forma”, caracteriza sobretudo quem propõe e quem faz este tipo de afirmações. ---

O Partido Socialista está orgulhoso do trabalho que tem sido feito pelo Executivo Municipal desde 2013 e consciente do trabalho que temos para fazer para o futuro que, garantidamente, é no seguimento daquilo que tem sido feito até agora. -----

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, prosseguiremos esse caminho com determinação e força porque há muito caminho ainda por fazer.” -----

- **Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP):** “Afastando-me desde logo do aparte relativamente à nossa proposta, até porque a cassetete está repetida... Na verdade, cada vez que vem um tema a

esta Assembleia proposto pelas bancadas da oposição, o que ouvimos do Deputado Hélio Fazendeiro e do Partido Socialista é que não há ideias e que só vimos apoucar, como diz o Senhor Presidente, a atividade do Partido Socialista na Câmara Municipal. -----

Como é óbvio, não é verdade, caso contrário não trazíamos debate e isto era, enfim, uma ditadura e limitávamo-nos a ouvir aquilo que o Partido Socialista queria que ouvíssemos. -----

Em resumo, é verdade que custou a ouvir algumas questões. Custa ouvir que nem tudo o que o Partido Socialista está a fazer na Câmara Municipal da Covilhã está a 100% bem. É assim a democracia e acho que é assim que também temos que aprender, crescer e evoluir com aquilo que são as propostas que vêm das outras bancadas. Caso contrário, seremos rapidamente substituídos por máquinas que se limitam a emitir ordens de ação, nomeadamente estas que o Senhor Hélio Fazendeiro acabou de dizer. Qualquer chat GPT podia ter dito, desde logo o cadastramento das árvores, isso é uma atitude, uma atividade de defesa do ambiente. Francamente, acho que tanto o Deputado Hélio Fazendeiro como a Câmara, mesmo liderada pelo Partido Socialista, pode fazer muito mais. -----

Senhor Presidente, medidas muito concretas que, desde logo, gostaríamos de lhe propor têm a ver com a criação de uma comissão ou, se quiser, de um grupo de trabalho que pudesse fazer parte do Conselho Municipal Ambiental. Temos diversos conselhos municipais. A legislação assim o permite e acho que este Conselho Municipal, havendo inclusivamente pessoas dentro da Câmara Municipal que desempenham papéis e que já desempenharam papéis no passado bastante relevantes, nomeadamente no desenvolvimento rural, que poderiam inclusivamente incutir mais políticas e medidas no nosso Município sobre este tema e, portanto, fará sentido inclusivamente ouvir as Juntas de Freguesia e outros agentes locais para estas políticas ambientais e a divulgação das mesmas políticas junto dos nossos munícipes. -----

Mas não ficamos só por aqui. Achamos que, por exemplo, termos medições regulares daquilo que são os padrões da qualidade do ar e da água com, obviamente, a utilização de recursos que possam ser públicos, nomeadamente nas nossas plataformas *online*, nas nossas *apps*. Foi com satisfação que vimos que a Comunidade Intermunicipal tem já financiamento destinado para a criação de *apps* para fazer esta gestão ambiental dos próprios municípios e, portanto, ter esse controlo e essa monitorização à mão do cidadão. -----

Obviamente, a questão do desenvolvimento sustentável com a utilização de recursos e de energias sustentáveis, desde logo naquilo que são os edifícios públicos do Município. Portanto, o Presidente da Câmara, questionado por nós há sensivelmente duas assembleias municipais, comprometeu-se inclusivamente com a questão da Biblioteca Municipal que não está a 100% a utilizar a energia renovável para aquilo que são as suas necessidades. -----

Mas depois, no que se refere à conservação da biodiversidade, um tema que obviamente sei que é muito caro ao Presidente porque, já o disse aqui várias vezes, tem a ver com o facto de a cidade viver de costas voltadas para o rio Zêzere e, portanto, é altura de a Câmara ter um plano sério e consentâneo com as Juntas de Freguesia, nomeadamente a Junta de Freguesia da Boidobra, do Ferro, de Peraboa, da corda do Rio, portanto, para a utilização do rio Zêzere e a sua dignificação, como acho que deve acontecer. -----

Depois, Senhor Presidente, não vou referir a questão da economia circular e da gestão de resíduos que já foi aqui dito, mas tenho que referir-me rapidamente à questão da agricultura, um tema que temos trazido várias vezes a esta Câmara que tem a ver com a questão do alargamento das redes de regadio e aqui juntar-me às palavras ditas pelo PCP. Obviamente estamos alinhados a esse nível. Portanto, o PCP, no diagnóstico que fez e nas medidas relativas à agricultura, subscrevemos na íntegra e aqui acho que a Câmara tem um papel ainda mais fundamental na questão da criação do famoso Gabinete Florestal e Agrícola. Foi uma promessa. Acabou por não ser executado, mas faria todo o sentido sobretudo para apoiar as candidaturas dos jovens agricultores e dos agricultores familiares que pretendem candidatar-se a subsídios para o desenvolvimento rural porque a cidade é, também ela, rural. É óbvio que queremos uma cidade com um desenvolvimento universitário, de investigação em diversos campos, mas é sobretudo rural e, portanto, devíamos olhar para esse apoio e para esses benefícios.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Comunicar que vamos votar favoravelmente estas duas questões: as questões da política ambiental no Concelho e a prevenção de incêndios de proteção civil porque reconhecemos em ambas matérias que são importantes para os Covilhanenses e é isso que importa nesta Assembleia.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Duas questões muito pequenas, digamos assim, que à Freguesia da Boidobra importam, que foram aqui faladas e que se podem inserir também neste ponto do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente, etc. -----

A Câmara Municipal da Covilhã tem, em terreno de sua propriedade, duas hortas comunitárias: uma no Bairro da Alâmpada (Freguesia da Boidobra) e outra no Bairro da Junqueira (Freguesia de Teixoso), ambas implementadas pela Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, através de um EDP Energia Solidária e de um Portugal de Inovação Social e que estão a ser geridas pela entidade Beira Serra, mas que necessitam de gestão, de manutenção e de investimento para que se consiga garantir que essas duas importantes estruturas ligadas à agricultura familiar e de autossustentabilidade possam funcionar. São as duas únicas hortas comunitárias inseridas naquilo que são as hortas sociais do Município da Covilhã e ficaria aqui o apelo para que a Câmara Municipal possa dar atenção para que o trabalho que está ali a ser feito não se perca por falta de algum investimento e de alguma manutenção que é necessário fazer nestas duas infraestruturas, como todas as outras municipais que, de quando em vez, necessitam de investimentos. -----

Uma outra preocupação relativamente à questão do ambiente ou energia verde, digamos assim, prende-se com a questão que já aqui levantei várias vezes. Ao nível daquilo que foi a intervenção da eficiência energética nas habitações, e conheço o caso da obra do Bairro da Alâmpada e o sistema de aquecimento de águas quentes sanitárias está em funcionamento com algumas deficiências e é necessário dar formação às pessoas, mas o sistema de painéis fotovoltaicos não está ainda em funcionamento. Perguntei já por três ou quatro vezes. A intervenção aqui do colega Jorge hoje de manhã reavivou-me muitas das coisas que, às vezes, vou colocando e que continuam durante muito tempo sem resposta. -----

Uma das questões que se coloca é que o Município é proprietário dos painéis e o que é necessário fazer é encontrar a solução jurídica, através do financiador, para passar rapidamente estes painéis

fotovoltaicos para as pessoas que têm contadores de eletricidade e que possam usufruir de um equipamento que está pago por dinheiros públicos e que está ali colocado sem servir ninguém. Portanto, é necessário resolver este problema. Não sei quem. Sei que a Câmara Municipal tem 700 funcionários e, portanto, vamos alocar um funcionário à resolução deste problema que é importante para as pessoas, que reduz a sua fatura energética e contribui também para o ambiente.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “só queria fazer aqui um apontamento relativamente a algumas reivindicações que vieram aqui a ser dadas, até porque há questões que são do foro efetivamente municipal e depois existem uma série de entidades que fazem alguma monitorização, não só a nível municipal como a nível regional ou até mesmo nacional. -----

Ao nível da qualidade da água, a APA faz essa monitorização, Senhor Deputado. Esses dados são públicos e estão no próprio *site* da APA da mesma forma como, hoje em dia, ao nível de todas as entidades, sejam elas do âmbito deste Município ou de todos os outros municípios em termos regionais, existem planos precisamente para salvaguardar a questão da qualidade da água – planos de segurança da água – onde é feita a monitorização não só à água para consumo humano, à água bruta e também, obviamente, que todas as entidades são obrigadas a cumprir os requisitos necessários para garantir a qualidade da água que é distribuída aos munícipes. Esses dados, nomeadamente da água que é distribuída, são também dados públicos e que se encontram disponíveis em qualquer um dos *sites* das duas entidades presentes no nosso Município e que são do domínio público. Da mesma forma, a entidade Reguladora que serve não só para as águas, para as águas residuais e para os resíduos tem também um relatório anual onde é feito esse comparativo entre entidades e, portanto, seria muito mais profícuo eventualmente se trazerem dados concretos e existir algum tipo de contestação ou de reivindicação, conseguirmo-nos comparar com outras entidades, seja do domínio regional, seja do domínio nacional, para termos uma perceção em vez de falarmos um bocado no vazio... se estamos bem, se estamos mal, como é que estamos, de que forma é que podemos evoluir e quais é que são os nossos objetivos e o nosso patamar de exigência. Parecia-me mais profícuo esse tipo de debate e que eventualmente pode ser um debate feito *a posteriori* e noutra apontamento dos debates municipais que aqui temos vindo a agendar, mas de uma forma mais concreta, mais objetiva, atendendo a que esses dados são efetivamente públicos.” -----

3.1.b) “Prevenção de Incêndios e Proteção Civil” -----

--- O Deputado Municipal **Eng.ª Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** fez a seguinte apresentação do tema: -----

“No passado mês de junho, nesta mesma Assembleia, o Grupo Municipal do Partido Socialista trouxe a debate este mesmo tema. -----

Na altura, o objetivo assumia-se em compreender o que foi feito no Município e consciencializar a importância das ações individuais na prevenção de incêndios no Concelho para o ano de 2024. ---

Um debate feito no momento do ano que antecedia um previsível, difícil e desafiante Verão decorrente de uma inegável crise climática que vivemos com potenciais consequências severas para o país e para o território. Uma previsão que infelizmente se concretizou. -----

Em 2024 vivemos mais uma época de incêndios em Portugal com perda de vidas humanas e destruição de grandes áreas florestais um pouco por todo o país, resultado de fenómenos extremos que não só devemos lamentar, mas acima de tudo, mantermos na agenda política um tema de importância relevante para o futuro dos nossos territórios. -----

Nessa mesma Assembleia de junho, foram apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara 14 medidas executadas ou em fase de execução por parte da Proteção Civil Municipal em articulação com outros serviços municipais que visavam robustecer o Sistema de Proteção Civil no Concelho da Covilhã, com grande enfoque em ações de prevenção e reforço da capacidade instalada de resposta em caso de incêndio. -----

Dado o espaço de tempo decorrido desde então, é importante, em primeiro lugar, relembrar algumas dessas mesmas medidas: a limpeza de faixas de gestão de combustível na rede viária numa extensão de 101 Kms, correspondente a cerca de 110 hectares intervencionados, um investimento de cerca de 100.000 € suportado na totalidade pelo orçamento municipal; a limpeza de rede viária florestal, em parceria com o ICNF e com a CIMBSE, num total de 79 kms, correspondente a cerca de 63 hectares intervencionados; a implementação do Projeto Aldeias Seguras Pessoas Seguras; a instalação de bocas-de-incêndio de grande capacidade; a instalação de reservatórios de abastecimento para meios aéreos e terrestres; a criação de zonas de concentração de apoio à população; ou ainda o aumento do número de equipas de primeira intervenção dos bombeiros são alguns dos exemplos anunciados, mas acima de tudo são exemplos do que foi executado ao longo do ano que agora termina. -----

Chegados a dezembro, é o momento de compreendermos se o caminho definido nos últimos anos está ou não está a produzir resultados, se as ações executadas estão ou não a produzir resultados, mas acima de tudo debater ações para o ano de 2025. -----

Recentemente foi apresentado na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais o Relatório de Incêndios Rurais relativos ao ano que agora terminamos. Ao longo de 2024, tivemos no Concelho da Covilhã 36 incêndios, no total de área ardida 19.7 hectares, onde o maior incêndio se registou na União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, consumindo 9.9 hectares. Este número de incêndios e área ardida, em comparação com os números médios dos anos passados, revela que tivemos em 2024 um ano com uma das menores áreas ardidas, bem como um dos anos com menor número de incêndios registados. -----

Para além destes números globais, verificou-se que a grande maioria dos incêndios deflagrados tiveram tempo de intervenção inferior a duas horas, o que denota um sistema de proteção civil na Covilhã robusto e capacitado para dar resposta rápida e fator essencial para que pequenos incêndios não tomem grandes proporções. -----

Os dados relativos ao presente ano devem, em primeira instância, ser olhados com um profundo sentido de gratidão e competência de todos e todas as mulheres e homens, agentes de Proteção Civil da Covilhã, na pessoa do seu Coordenador e Comandante dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, Luís Marques. Foram eles, Bombeiros, GNR, Serviços Municipais, Juntas de Freguesias, entre outros agentes, os principais responsáveis para que possamos olhar para 2024 como um ano que apresenta resultados de confiança pelo trabalho desenvolvido não só por eles, mas também pelo Executivo Municipal e certamente é necessário reforçar no próximo ano. -----

Assim, para 2025, acreditamos que neste caminho que deverá ser sempre considerado como inacabado, de combate a um flagelo que faz parte da nossa realidade de hoje, a bancada do Partido Socialista entende e recomenda o Executivo Municipal a manter a sua linha de prevenção e capacitação de combate a incêndios rurais no Concelho da Covilhã, nomeadamente através: do alargamento do Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras; o reforço da rede de defesa de combate florestais, nomeadamente através do alargamento da rede de reservatórios para apoio ao combate de meios aéreos e terrestres; dar continuidade ao investimento e na criação e manutenção de faixas de gestão de combustíveis na rede viária do Concelho; pugnar pela manutenção e alargamento da rede primária de faixas de gestão de combustível que seja realizado por parte do ICNF; manter e reforçar uma cultura de autoproteção, sensibilização e formação de todos os Covilhanenses. -----

Por fim e como referido anteriormente, o caminho de prevenção e combate a este flagelo será sempre inacabado. Debater proteção civil e prevenção de incêndios florestais não pode ser uma realidade apenas quando deparados com catástrofes ambientais como aquela que vivemos em 2022, com tentativas de aproveitamento político da desgraça alheia, como aquelas que presenciámos nesta Assembleia. -----

Deixo, por isso, o desafio para que neste debate todas as forças políticas e representantes de juntas e uniões de freguesia aqui presentes participem de forma a reforçar a Proteção Civil na Covilhã para o ano 2025.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”)** prescindiou do seu tempo. -

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (CDU – PCP/PEV):** “Só para referir que o tema da Proteção Civil e de combate a incêndios é um tema para que o PCP há muito tempo vem chamando a atenção. Em várias outras alturas, a gente apresentou propostas relativamente a isto e mais uma vez a gente vai ter que fazer isso. -----

Dinamizar o Conselho Municipal de Segurança; reforçar os apoios aos Bombeiros Voluntários e às Equipas de Intervenção Permanente; incentivar e apoiar o voluntariado dos Bombeiros; apoiar as associações de produtores florestais, conselhos diretivos de baldios, juntas de freguesia na criação e pagamento de brigadas de sapadores florestais, além de promover o apoio à limpeza de florestas, taludes, bermas de estradas e incrementação da fiscalização nesta matéria; incentivar a colaboração com os bombeiros na formação de civis no domínio de prevenção e combate rápido

de incêndios; promover simulacros e exercícios de combate a incêndios florestais nas diferentes áreas do Concelho no âmbito do Plano de Proteção da Floresta contra Incêndios, em colaboração com os bombeiros; assegurar planos de segurança e planos de emergência em todos os edifícios públicos e instalações municipais; articular com os bombeiros e outras entidades a promoção de simulacros e exercícios de evacuação, ações de formação e prevenção e segurança para pessoal docente e não docente; apoiar projetos de investigação científica na área de proteção e segurança como, por exemplo, o desenvolvimento de uma aplicação de aviso e de alerta, protocolado o seu desenvolvimento com a Universidade da Beira Interior. Fora as coisas que já foram prometidas. Por exemplo, a Freguesia do Tortosendo, nomeadamente no Casal da Serra, ainda está à espera de um aceiro por cima do Casal da Serra. Se calhar será prometido outra vez e será feito quando aquilo arder novamente tudo e o Casal da Serra estiver em perigo novamente. A mesma coisa se faz relativamente ao acesso a esse Casal da Serra. A Avenida Montes Hermínios não é propriamente a via mais fácil de fazer chegar meios ao Casal da Serra. Este é só um exemplo de algo que foi prometido e que não foi cumprido.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só duas questões muito simples. Acho que este é um tema recorrente nestas Assembleias. Já aqui foi falado, dito e redito. Acabamos por ouvir sempre as mesmas coisas e acabamos por não ouvir o que é essencial ser ouvido. -----

Já ouvimos aqui uma série de pequenas medidas que vão sendo feitas, têm que ser feitas e acho muito bem que sejam feitas, mas continuamos sem saber onde é que está a revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que era suposto ser feito este ano, sobretudo em função das debilidades e das falhas que foram detetadas nos grandes incêndios da Serra da Estrela há dois anos atrás e que até hoje não há sequer nenhum tema sobre o assunto. -----

Se calhar isso também está associado à questão da Comissão de Acompanhamento do Plano de Revitalização da Serra da Estrela que foi criada nesta Assembleia e que, pelos vistos, também não há consequências, nem há relatórios, nem há nenhum elemento objetivo que possa servir e ajudar a Câmara Municipal nesse sentido. -----

Acho que viemos aqui só a falar de boas vontades, do que tem que ser feito e do que está a ser feito, felizmente e ainda bem que alguma coisa está a ser feita, mas quando se esquece do essencial não podemos estar a falar efetivamente em proteção civil e prevenção de incêndios. Basta falarmos naquilo que acontece todos os anos que é não haver um plano de intervenção das limpezas das faixas de emergência que não é executado ou é mal executado pelo Município. -----

Isto é uma realidade que salta à vista de toda a gente, que é uma evidência que acho que todos nós, por muito que nos queiramos rir e fazer paródia disto, a verdade é que é triste demais. E portanto, se calhar é a tal história: se não fosse trágico, podia ser cómico. -----

Mas a verdade é que as consequências da falta de brio e de cuidado do Executivo Municipal nesta matéria, e não olhando para os instrumentos essenciais que estão aqui, nomeadamente este Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que ainda tem a data de 2019, é de facto grotesco estarmos aqui a voltar a falar de debates quando não fazemos o nosso trabalho de casa.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Relativamente a este ponto, parece-nos muito bem tudo aquilo que é feito e que é positivo, mas realmente continuamos com a sensação que há algumas coisas que ficam aquém. -----

Pela consulta na página da Câmara Municipal vemos que as notícias que há sobre a Comissão de Proteção Civil são de 2019 e penso que é um organismo que, por lei, tem que ser constituído. Temos alguma notícia de 2021 para cá? Existe? -----

Em 2019, numa notícia que está mesmo na página da Câmara Municipal, é o Senhor Presidente a dizer da importância que este órgão tem para a segurança do Município e tal, a enfatizarem-na, mas de 2019 para cá não temos qualquer notícia sobre isso. Seria um bom ponto aqui para realmente termos alguma informação sobre se existe, se não existe, se produz trabalho. -----

Outra coisa que me parece que é um ponto importante onde podemos ter aqui a colaboração dos presidentes de Junta (eles, como ninguém, conhecem o território), desafiava os próprios presidentes de junta a informarem-nos se isso está a ser feito nas freguesias porque também é esse o papel deles na Assembleia Municipal de nos informar daquilo que se passa no território porque também temos conhecimento que nalgumas das freguesias, pura e simplesmente, não está a acontecer esta chegada de meios disponíveis. Provavelmente haverá freguesias que sim, outras que não. Ficaremos na dúvida porque é que algumas têm tratamento diferente. -----

Uma terceira coisa e gostava de ter essa informação do PS porque sabemos disso em notícias que vemos diariamente nas nossas televisões que acontece um bocado por todo o território, que neste momento aproveita-se o *know how* das universidades para monitorização, para novas tecnologias que são aplicadas à deteção e ao combate a incêndios, gostaria de saber se aqui na Covilhã existe algum projeto destes em colaboração com a Universidade ou algum projeto que está a funcionar na deteção através dos drones que é aquilo que mais vemos a acontecer um pouco por todo o território. Também gostava de saber tendo nós uma Universidade aqui na Covilhã e tendo nós até o curso da Aeronáutica muito virado para este tipo de tecnologias, se, neste momento, está a acontecer no Concelho da Covilhã.” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Na minha intervenção acabei por não referir e aproveito agora o momento para louvar, dentro da iniciativa daquilo que é a sensibilização da população covilhanense, aquilo que é a iniciativa da Associação Humanitária dos Bombeiros da Covilhã: a criação da Escolinha de Cadetes e Infantes que abriu recentemente, penso que no final do mês de outubro, que denota aquilo que é a pujança e aquilo que é a capacidade de começarmos a intervir cada vez mais cedo naquilo que é uma consciência de proteção civil na nossa população. De facto, esse é um projeto que deve ser louvado, que deve ser reconhecido também por esta Assembleia e a todos os intervenientes que também estão a concretizá-lo. Que, de facto, seja mais um mecanismo para aquilo que é uma sensibilização dos Covilhanenses e para o futuro dos futuros Covilhanenses, digamos assim, e para futuros agentes da Proteção Civil. -----

Em relação à questão da CDU. Já foi feito o ano passado. Está a ser feito novamente este ano. É do nosso conhecimento e é conhecimento público que existe e estão a ser criadas formações a nível de SBV – Suporte Básico de Vida e de DAE para professores, operacionais e assistentes técnicos das escolas. Isto é algo que já aconteceu o ano passado e que está a acontecer este ano. Dentro

daquilo que são os mecanismos de formação, são importantes também todas estas estruturas e todos estes sistemas de DAE, por exemplo, que foram instalados ao longo da cidade, que são ferramentas essenciais também para que estejamos também mais protegidos em situações de algum infortúnio. -----

Em relação à questão das estradas e do Plano, o Plano que está em execução tem uma validade de cinco anos. O que estava previsto ser executado foi executado ou basta perguntar nas intervenções que houve do Ourondo ao Paul, do Paul a Casegas, de Casegas ao Sobral de São Miguel, a estrada de São Miguel a São Jorge da Beira, de São Jorge da Beira à Barroca Grande, no Teixoso, no Alto de São Gião onde também foram feitas intervenções a nível de faixas de gestão de combustíveis. -----

Aquilo que temos como Plano está a ser concretizado e, como é lógico, tem que ser continuado e ninguém está posto em causa disso. Agora, aquilo que se volta a revelar novamente nesta Assembleia é um desconhecimento sobre aquilo que está a ser feito, se calhar porque não se visita o território, se calhar porque não conhecem o território ou se calhar porque aquilo que realmente queriam discutir nestas assembleias, com essa pujança e com essa bazófia populista que muitas vezes é instalada na bancada do CDS e também na bancada do PSD, é que estivéssemos aqui outra vez com um vídeo a aparentar ou a falar sobre aquilo que foi o incêndio decorrido na Covilhã. Esta é que é a realidade daquilo que vocês têm para apresentar aos Covilhanenses no que toca à Proteção Civil. Não têm rigorosamente nada a apresentar e não conhecem os instrumentos de proteção civil. -----

Senhor Deputado Lino, de facto, é importante que haja essa articulação com as instituições do Ensino Superior. Isso está a acontecer. Acontece em muitos territórios e isso é feito também muitas vezes pela própria ANPC em várias áreas. Tenho pena é que, de facto, no caso da Universidade da Beira Interior, o curso da Aeronáutica não possa fazer também esse trabalho mais efetivamente se houvesse um aeroporto na cidade da Covilhã.” -----

- “Em defesa da consideração”, o Deputado Municipal **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** “queria dizer ao Deputado Pedro Bernardo é que bazófia é quando se vem para aqui a dizer coisas que não se concretizam e não há relatórios quando não há trabalho. E se vem dizer aqui que há muito trabalho feito, isso é que é bazófia. -----

Aquilo que temos que perceber é que quando temos um Plano Municipal de Proteção Civil que não funcionou quando foi preciso e vir-se aqui dizer que afinal de contas o Plano está todo executado, se calhar está mal executado. Não defende nem respeita a realidade que tem que ser defendida. -----

Portanto, a necessidade da revisão desse Plano foi posta em cima da mesa com os incêndios da Serra da Estrela e hoje, passados dois anos, estamos na mesma. A Câmara meteu a sua cabecinha na areia e continua a fazer de conta que está a fazer um excelente trabalho quando não vai resolver os problemas essenciais que foram aqui declarados pelo responsável da Proteção Civil da Covilhã a dizer que não estavam feitos e que não existiam.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Falar sobre a Proteção Civil e sobre a prevenção de incêndios, temos que falar das Unidades Locais de Proteção Civil. Eu, enquanto coordenador da ANAFRE Distrital e da Associação Nacional de Freguesias, temos vindo em colaboração com a Câmara Municipal, que nos cedeu um técnico para podermos fazer este trabalho a criar as Unidades Locais de Proteção Civil. Temos no concelho da Covilhã já alguns pedidos feitos à Comissão e estamos à espera da resposta para poderem começar a funcionar, mas também dizer o seguinte: em 2008/2009, foram distribuídos alguns kits pelas freguesias para a primeira intervenção, principalmente nas freguesias que distanciavam mais da Associação dos Bombeiros Voluntários, em que esses equipamentos já estão obsoletos e precisam de manutenção. As freguesias com o orçamento que têm não têm capacidade financeira para o fazer.

Temo-lo pedido à Câmara Municipal e também alguns equipamentos. Pelo menos já fiz várias intervenções sobre isso para que as pessoas que andam e que estão ali a defender os interesses comuns de todos, quando há algum incêndio nalguma freguesia andam lá sem qualquer equipamento, sem seguro e pode haver problemas graves até para as juntas de freguesia porque a legislação responsabiliza o presidente da Junta. -----

No entanto, também queria falar aqui de uma questão que é a da colocação dos DAE's nas freguesias. Foram colocados na cidade, mas mais uma vez as freguesias voltaram a não ter nenhum, sendo que aqui temos o Hospital e temos o INEM que fazem a intervenção num espaço temporal que prevê-se que chega, outras vezes não, mas os DAE's são muito importantes e, no entanto, em Sobral de São Miguel, em São Jorge da Beira, na Aldeia de São Francisco de Assis, no Paul, no Peso e Vales do Rio, etc., a distância é demasiado longa para poder fazer alguma coisa. --

Portanto, acho que era urgente e pedia ao Senhor Presidente da Câmara que tivesse isso em consideração, colocar esses equipamentos e dar a formação a duas ou três pessoas ou a funcionários das juntas, a funcionários das IPSS's, que alguns até já têm, para que esse equipamento seja utilizado na altura que é mais necessária e que nas freguesias mais distantes é uma prioridade e uma urgência.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “É de extrema demagogia estarmos aqui a falar em Proteção Civil e combate a incêndios e eu ter referido há pouquinho que, desde abril até dezembro, as equipas de sapadores florestais estão sem receber aquilo que foi protocolado. É pura demagogia, Senhor Presidente, porque quando estamos aqui a dizer que temos que capacitar as entidades com mais meios, mais recursos e chegamos a 18 de dezembro e não se lhe paga, Senhor Presidente, o que viemos fazer aqui é demagogia. Quando os incêndios ocorrerem, não vale a pena vestirem os casacos da Proteção Civil e aparecerem na minha freguesia. Já não é preciso.” -----

--- Foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou saudando “o facto de os dois temas terem vindo à discussão, independentemente das fundamentações e das posições que cada um tem, da forma como se extrema, às vezes, mais ou menos, o discurso político. O importante é que os assuntos aqui venham, sejam trazidos aqui, reflitamos sobre eles, abramos as nossas almas sobre isso e, no

fundo, troquemos as nossas impressões e cheguemos depois aonde queremos, que é ir mais longe do que o ponto onde nos encontramos. Isso é o fundamental. -----

Não posso deixar de, desde logo, fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, relativamente aos números que foram aqui apresentados, estou a falar agora na questão do ambiente, é preciso ter em linha de conta que os números apresentados relativamente ao ambiente estão desfasados pelo facto de termos delegado nas Águas da Covilhã e na ICOVI estas operações ambientais e, portanto, estes dados apenas englobam os custos diretos de cada Câmara Municipal. Estas estatísticas consultadas, portanto, estão enviesadas. Não têm os grupos autárquicos considerados e, ao assim ser, a leitura que se faz dos números está distorcida e passo a exemplificar com números concretos, coisas concretas que estamos a fazer. Nem a propósito, está na ordem do dia o problema da temática dos resíduos, dos bio resíduos, dos resíduos têxteis. Dar-vos nota que, por exemplo, na Covilhã estamos a proceder à recolha de resíduos têxteis de forma ampla em todo o Concelho. Desde o início desta operação que já foi implementada, já recolhemos 532 toneladas até novembro de 2024. Este é um dado oficial, concreto e objetivo. -----

A recolha de resíduos volumosos é assegurada nas modalidades de recolha porta a porta e entrega voluntária em Ecocentro, evitando a deposição em aterro de cerca de 800 toneladas/ano deste tipo de resíduos. Se isto não é ser amigo do ambiente e não são políticas proactivas da Câmara conjuntamente com as Águas da Covilhã, vou ali e já venho! Não sei o que é que os senhores querem a este propósito. -----

Disponibilizamos também o serviço de Recolha Seletiva de Resíduos Verdes provenientes de produtos domésticos, através do qual procedemos ao encaminhamento de aproximadamente 300 toneladas/ano de biomassa para produção de energia verde. -----

Para além destes resíduos recolhidos seletivamente, temos ainda uma rede de equipamentos para recolha de óleos alimentares usados com cobertura em todo o Concelho e em parceria com as juntas de freguesia. Os senhores presidentes de Junta, daqueles que vivenciam esta realidade, podem-no atestar. -----

Estamos a implementar uma rede de pontos de recolha para pequenas quantidades de resíduos perigosos, entre os quais os resíduos de construção e de demolição. Se isto não é ser amigo do ambiente e não ter políticas para o ambiente, vou ali e já venho! A recolha destes resíduos é assegurada pela empresa municipal com competência delegada para esse efeito. -----

Dar ainda nota no que diz respeito ao projeto Covilhã Sustentável desenvolvida em parceria, repito, entre a Águas da Covilhã e a Câmara Municipal da Covilhã, traz um novo conceito para a gestão eficiente e sustentável dos recursos que utilizamos no nosso dia-a-dia. Estamos a falar de um projeto desenvolvido em parceria, como disse, que inclui várias ações de sensibilização, capacitação junto da população em geral, em especial para o público-alvo do projeto piloto que envolve, para além do contacto direto com os aderentes ao projeto e distribuição gratuita de contentores de 120 litros para os grandes produtores e de sete litros para o utilizador doméstico, a instalação de um bio composto comunitário que irá ser feito numa das escolas do ensino básico do nosso Concelho. -----

A recolha seletiva de bio resíduos iniciou-se em junho de 2024 junto dos grandes produtores, escolas, IPSS's, hotéis, Universidade, grandes superfícies comerciais... E dar-vos nota que estas recolhas são feitas tendo por base a utilização de baldes de 70 litros e com recurso a uma viatura de recolha dedicada totalmente elétrica. Este projeto piloto está numa fase ainda embrionária. Ainda não está aonde queríamos, daí que diga que temos ainda muito caminho para andar. Abrange cerca de 18% da população do Concelho neste momento, mas o nosso objetivo é alargar faseadamente a rede de recolha de bio resíduos a todo o Concelho até ao final de 2030. É o que está programado e é o que está em termos de estratégia neste domínio. -----

Já agora, as principais dificuldades sentidas na recolha seletiva são as mesmas que sentimos na recolha seletiva em geral, desde a necessidade de maior consciencialização aos consumidores, ao crescente aumento da produção de resíduos. -----

Foram adquiridos para a implementação do projeto piloto de recolha e transporte de bio resíduos na Covilhã, como já disse, uma viatura elétrica, 2600 contentores de 7 litros, 250 contentores de 120 litros, 60 contentores de 770 litros e, para já, encontram-se distribuídos e instalados em cerca de 40% dos baldes e contentores adquiridos para o efeito. -----

Mas, obviamente, não ficamos por aqui. Quando hoje aqui se falou da questão das luminárias, estamos a falar de eficiência energética e só para vos dar nota que o caderno de encargos está pronto para, provavelmente, na próxima sessão de Câmara ser objeto de análise, discussão e votação, para depois vir a este Órgão. Como sabem, é a ENERAREA que está, e bem, a tratar do assunto. O que se lhes pediu, entre várias coisas, foi que houvesse uma poupança de mais de 75%. Isto não é ser amigo do ambiente? Não é proteger o ambiente? Não é diminuir a pegada ambiental? Não é, no fundo, cumprirmos as metas do nosso Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima nos termos da adesão ao Pacto de Autarcas e do Clima com vista à redução de CO2? -----

Já agora, dar-vos uma nota muito importante. Temos das taxas de reciclagem mais altas da Beira Interior, se não for mesmo a mais alta. Estamos muito atentos a tudo. E quando falo nas luminárias, para além da poupança, estamos a falar de várias luminárias, por exemplo, viárias, de alta eficiência energética. Lá estamos nós a proteger o ambiente. Estamos a falar também de um projeto piloto muito importante que está no caderno de encargos que é as luminárias híbridas, solar, eólica e a ligação à rede elétrica. Depois temos unidades de produção de autoconsumo nos edifícios camarários que fazem parte deste projeto. -----

Como veem, estamos muito atentos e estamos atuantes. Isto vai ser uma realidade. Isto não é retórica. Vai ser trazido à reunião de Câmara e depois vem aqui à Assembleia Municipal. Depois quero ver qual é o sentido de voto para implementarmos este importante assunto que é o da intensidade luminosa, do podermos estarmos mais seguros, do podermos circular melhor e termos melhor mobilidade também por via desse efeito. -----

E aquilo que fizemos nos edifícios da habitação social, trabalhámos e de que maneira a eficiência energética. Promovemo-la e isso é sermos amigos do ambiente. -----

Portanto, não aceito que se diga que não está a fazer nada ou que está a fazer pouco. Estamos a fazer o que podemos. Resposta muito simples. É verdade que é preciso fazer mais. Pois é, mas não podemos fazer tudo de uma vez. O caminho faz-se caminhando. -----

Estamos, por exemplo, a trabalhar também na requalificação das zonas verdes e, contrariamente ao que aqui foi dito, a Goldra não é uma miragem, mas depois, quando for no dia em que as obras arranquem, quero ver o que é que vão dizer. Hão de inventar um argumento qualquer para dizer que afinal aquilo foi feito, mas que não tínhamos previsto que fosse feito. -----

Enfim, dar-vos aqui uma perspetiva de que, de facto, as coisas estão a correr, não como desejávamos, mas a fazer aquilo que podemos e conseguimos fazer. -----

Relativamente à questão da Proteção Civil, só quem tiver má vontade é que não reconhece o esforço, o trabalho e os dados que estão aí à vista. Estão à mostra. São visíveis. São palpáveis. Perguntam-me: é perfeito o sistema? Não é. Agora, estamos constantemente a melhorar o nosso modelo de Proteção Civil. E já agora, quando se fala na questão do Plano Municipal de Proteção Civil, o importante não é a data que lá está. É perguntarem se ele está ou não a ser objeto de atualização constante. E está. O nosso Gabinete de Proteção Civil trabalha todos os dias nesta matéria e neste domínio. Estão a atualizar permanentemente esse trabalho. Agora, desmentir aquilo que estamos a fazer nas faixas de gestão de combustível, na rede viária florestal, nas aldeias seguras, nas bocas-de-incêndio de grande capacidade, nos reservatórios, ... só por má vontade, só por desonestidade intelectual é que alguém pode achar que não estamos a fazer esse trabalho. Repito: não estamos a fazer tudo? Não. Estamos a fazer aquilo que podemos e vamos trabalhar e continuar nessa senda por mais contrariados que fiquem a esse nível.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Senhor Presidente, sobre a questão concreta dos painéis fotovoltaicos, o que lhe estou a dizer é o seguinte: os painéis fotovoltaicos instalados com dinheiro público nas casas de habitação pública municipal na Freguesia da Boidobra não estão em funcionamento. Se achar que estou só a chatear, não vai conseguir resolver um problema que existe. Portanto, o Senhor pode não saber e o assunto estar nos técnicos. Eu estou a alertá-lo para que esse problema precisa de ser resolvido. Vir dizer que vêm dizer que não está em funcionamento e que, portanto, misturam tudo, não. É um problema concreto que é preciso resolver. Eu não disse que não se fez. Aliás, já tive a oportunidade de saudar essas obras de eficiência energética e a forma como a Senhora Vereadora conduziu e a equipa que criou para tratar dessa questão das habitações... Há um problema concreto que é preciso resolver.”

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que não se aborrece “com isso. Não disse nada disso. A mim não me aborrecem com facilidade e muito menos o Senhor. Portanto, com todo o respeito que lhe tenho, não estou a dizer que o Senhor não tem razão. Estou-lhe a dizer que colocámos lá. Agora, se não está a funcionar, tem que funcionar. Tem que se arranjar. Tem que se compor. Não sou técnico, mas já dei instruções nesse sentido. Não estou a diminuir aquilo que o Senhor disse, nem me estou a zangar com o que o Senhor disse ou com que os outros senhores deputados municipais dizem. Não me zango com isso. Agradeço que tragam coisas, sugestões,

alternativas. Por exemplo, o tema do ambiente e da agricultura foi tratado como é tratado todos os assuntos que o exponente costuma tratar que é: não trata nada. Depois chega aqui, debita umas ideias e pronto, assim umas coisas no ar, uns bitaites como se fosse uma conversa de café e estamos aqui todos entretidos com essa coisa, quando na verdade estes assuntos são demasiado importantes e saúdo o facto de os trazerem. Agora temos é que prepará-los, temos que os estudar, temos que fazer sugestões, que ser concretos, temos que ser objetivos e não apenas transformar um debate que tem que ser feito com elevação parlamentar numa conversa de café.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Já aqui me tive que defender, não a minha honra que a minha honra está acima disto tudo, mas, de facto, a consideração do CDS e da minha pessoa porque, a propósito das bazófiás e agora de desonestidade intelectual, não sei quem é que desnivela o nível da discussão. Mas a verdade é que, quando se utilizam este tipo de expressões, de atentados e, ainda por cima, quando a desonestidade intelectual vem de quem vem, porque a desonestidade intelectual é exatamente vir aqui apregoar coisas que sabem que não se fazem. Desonestidade intelectual é vir aqui dizer que temos um sistema de proteção de incêndios bom e depois vimos aqui alguém a dizer que não são pagos os sapadores de bombeiros. Desonestidade intelectual é vir dizer aqui que o CDS trouxe este tema como para uma mesa de café. Contou-se 3 ou 4 propostas muito concretas que estão implementadas noutros municípios e que a Covilhã nem sonha em fazê-los. Portanto, esta coisa de querer ofender, ofende, de facto, não é quem quer, é quem quer e quem pode e, de facto, o Senhor Presidente não tem capacidade para ofender quem quer que seja.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:10 horas para almoço, tendo reiniciado pelas 15:20 horas. -----

3.2 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE COVILHÃ E CANHOSO RESULTANDO EM DUAS FREGUESIAS, A FREGUESIA DA COVILHÃ E A FREGUESIA DE CANHOSO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de dezembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, através do ofício n.º 6723 de 10.12.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso):** Fez a intervenção que, a seguir, se transcreve **(Doc.17)** -----

“No ano de 2013, por via da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, o governo do PSD/CDS procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, a pretexto de uma melhor eficiência (que nunca se veio a verificar), criando várias uniões de freguesias, contra a vontade da população e que, em muitos casos, causou transtornos às populações e até alguns conflitos. -----

No caso da nossa União de Freguesias, a mesma agregou 5 freguesias então existentes: Conceição, São Pedro, Santa Maria, São Martinho e Canhoso, numa decisão que foi contra a vontade expressa dos decisores políticos e dos cidadãos. -----

Se no caso das freguesias da cidade essa união até já tinha sido proposta ao governo em 2012, já no caso do Canhoso isso não aconteceu e a população desse território nunca se manifestou a favor da referida união. -----

Em 2021, a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, veio possibilitar a reversão deste processo penalizador de uniões de freguesias e, por isso, os vários partidos concorrentes às eleições da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso foram a votos, nas eleições autárquicas de 2021, com uma proposta concreta: realizar os procedimentos necessários, dentro das competências da Junta e Assembleia de Freguesia, para desagregar a freguesia, com a criação da Freguesia da Covilhã e da Freguesia do Canhoso. -----

Nesse sentido, foi criado um grupo de trabalho, com a participação de todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia que desenvolveu os trabalhos iniciais nesse sentido. Mas o processo não foi tão fácil como os de outras uniões de freguesias do concelho. Porquê? Porque a lei previa um processo simplificado apenas para as uniões de freguesias que pretendiam regressar à situação anterior, ou seja, exatamente à mesma divisão administrativa existente antes de 2013. -----

Como já foi referido, essa não é a vontade dos eleitos, nem sequer da opinião pública em geral, pelo que a da desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso, teve de ser solicitada pelo regime geral previsto na Lei. -----

Tomada a decisão e avançar foi necessário um trabalho de pesquisa, recolha de dados e informações válidas que fomentassem esta escolha, para além de todas as exigências legais, nomeadamente documentos oficiais de várias entidades, que atestem territórios, eleitores, densidades, história, etc ... -----

Com a ajuda de um advogado, especialista nesta área, foi agora possível apresentar um documento, complexo e extenso, que está de acordo com o regime geral de criação de freguesias -----

e que esperamos tenha o voto favorável desta Assembleia Municipal e posteriormente possa ser avaliado e votado na Assembleia de República. -----

Finalizo com um conjunto de agradecimentos a todos quantos tornaram este caminho, que foi árduo, mais fácil. -----

Aos membros do grupo de trabalho, Srs. Carlos Mineiro, José Horta e Miguel Fiadeiro pelo trabalho inicial e disponibilidade mostrada para ajudar sempre ao longo de todo o processo. -----

Aos funcionários da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso que dedicaram algumas horas à recolha de informações, nem sempre fáceis de conseguir. -----

À Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Dra. Joana Petrucci Rocha, pelo acompanhamento e total apoio em cada ato que foi necessário tomar. -----

Ao Dr. Júlio Costa pela elaboração do Relatório de Viabilidade Económico-Financeira, realizado sem qualquer contrapartida financeira e disponibilizando o seu tempo pessoal para esta causa. -----

Finalmente ao Dr. Carlos José Batalhão, especialista nesta área do direito, pela elaboração do documento final, sempre atento aos pormenores e demonstrando sempre preocupação para que o processo seguisse todos os trâmites legais, de modo a que possa ser aprovado, como todos esperamos. -----

Assim, em resumo, a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta à Assembleia Municipal a proposta de desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso, sendo esta a vontade dos eleitos e da população em geral, apelando para que possa ser aqui aprovada por unanimidade e remetida à Assembleia da República com a força necessária para que aí seja também aprovada.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”): (Doc.18** com as alterações introduzidas na leitura do documento) “Em jeito de desabafo, dizer-vos que foi um erro do tamanho do mundo o que a Lei Relvas impôs e que nesta Assembleia Municipal deixámos exarado em intervenção, no ano de 2013, aquando da exigência da sua aplicabilidade e também **olhos nos olhos** com o Secretário de Estado da Administração Interna, na altura, o Dr. Paulo Júlio: -----

Agregar / Fechar Freguesias, o poder mais próximos dos Cidadãos, que contam Euros; -----

Criar Comunidades Intermunicipais para acomodar os boys partidários que gastam milhões. -----

Esta a lógica que presidiu à “ignóbil” Lei Relvas. -----

Porque o Mundo é de mudança, finalmente vai ser corrigido este erro e o Movimento Covilhã Tem Força **vota FAVORAVELMENTE a desagregação da União das Freguesias da COVILHÃ e CANHOSO.** -----

Mas trago hoje também a voz dos CANHOSENSES, que como sabeis são os residentes no Canhoso.

Uma voz que ecoa nas Ruas, de Pessoas que nos interrogam diariamente e que expressam um descontentamento real e palpável com a atual situação. -----

O Poder Local é – e deve ser sempre – um poder de proximidade. Mas que proximidade existe quando os cidadãos se sentem abandonados? -----

Quando, por exemplo, um infantário funciona num edifício onde o teto desabou? -----

Quando ninguém assume responsabilidades? -----

É inadmissível o "ping-pong" de responsabilidades entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. -----

Um infantário num edifício com o teto desabado e ninguém faz nada? -----

Como podemos olhar nos olhos dos Pais e garantir a segurança dos seus filhos? -----

Como é possível que a Junta se tenha alheado do problema, passando a responsabilidade para a Câmara e a Câmara tenha encolhido os ombros lançando o problema para a Junta. -----

Esta "guerra" não sei se é pessoal se é política. Sei que nesta guerra interna do PS, em que o Presidente da União de Freguesias do PS e o Presidente da Câmara do PS, não se falam .- pelo menos é o que se lê na comunicação social – são os Canhosenses que sofrem e não são atendidos nos seus anseios e direitos. -----

Se as pessoas estivessem satisfeitas, estariam caladas. Mas não estão!! E sabem porquê? Porque sentem um corte físico com a cidade. Porque as suas Ruas têm problemas, Porque é preciso mais segurança; Porque alguns idosos estão a ser desprotegidos. -----

*Senhor Presidente da **Assembleia Municipal** -----*

Permita-me uma questão: -----

*Tendo este processo começado há 3 anos atrás, tendo eu próprio, em 2019, constituído um Grupo de Trabalho na Assembleia de Freguesia da Covilhã e Canhoso para tratar desta desagregação, sendo sobejamente conhecida a vontade da população do Canhoso, **por que razão este Processo de Desanexação só agora chega a esta Assembleia Municipal???** É verdade que o Senhor Presidente da Junta fez alguns argumentos aqui, mas a minha questão continua a ser a mesma. Há 3 anos que andamos nisto. -----*

*Quem **vai assumir a responsabilidade política**, perante o povo do Canhoso, se este processo não estiver concluído antes das próximas eleições???* Nada nos garante. -----

*Deixo aqui um lamento: **este processo Não mereceu, desde dezembro de 2021, a devida prioridade dos responsáveis políticos locais.** -----*

*E deixo **um pedido urgente**: Para que, depois da votação de hoje, se providencie para que a Ata desta Assembleia chegue até janeiro à Assembleia da República para que possa todo o Processo ser apreciado e sejam tomadas todas as formalidades para a desanexação da Freguesia do Canhoso, algo que é tão aguardado pelas populações, que se sentem discriminadas em relação ao que está a acontecer no resto do Concelho. -----*

*A população merece respostas. Merece **AÇÃO** e não palavras. Merece um Poder Local que seja verdadeiramente Local e verdadeiramente Poder.! -----*

*O MOVIMENTO **COVILHÃ TEM FORÇA** APROVEITA ESTA OPORTUNIDADE PARA, A TODOS VÓS E VOSSOS FAMILIARES, DESEJAR UM **BOM E FELIZ NATAL**, FORMULANDO **VOTOS DE QUE O ANO DE 2025 SEJA REPLETO DE SAÚDE, PAZ, ALEGRIA, AMOR E EUROS.**” -----*

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “É evidente que estamos de acordo e iremos votar favoravelmente à criação da Freguesia do Canhoso porque é isso que está aqui em causa. É um processo normal de criação de uma freguesia. Possivelmente algum tempo se passou porque eventualmente e de forma legítima se entendeu que talvez integrasse o processo excecional de desagregação de freguesias que depois se veio a verificar que o caminho seria a criação de uma nova freguesia. -----

Também lembrando da história das agregações e do tempo do Ministro Relvas e companhia limitada, dizer que esta Assembleia Municipal da qual eu fazia parte não foi consultada em concreto quanto à agregação das freguesias. Não foi. Houve discussão, é verdade, mas não foi consultado em concreto, nem esta Assembleia alguma vez votou aqui a agregação das freguesias A, B ou C. No entanto, essa agregação concretizou-se e a pergunta que faço, ao longo desses anos, é: quem é que indicou ao Ministério que no Concelho da Covilhã se deveriam agregar este tipo de freguesias que foram agregadas no nosso Concelho? Alguém indicou. A leitura que faço é que foi a Câmara, na época, e o Senhor Presidente da Câmara, na época, que, de acordo com critérios desconhecidos por nós todos, pelos Membros desta Assembleia Municipal, enfim, deve ter indicado as freguesias que indicou. -----

Informar também que ontem foram aprovadas na Assembleia da República, pelo grupo de trabalho que estava a fazer o estudo técnico, digamos assim, da desagregação, as quatro desagregações no Concelho da Covilhã. Portanto, agora o processo decorre e irá transitar para a Assembleia da República. Mas é um passo que foi dado, um passo positivo para que as freguesias, as quatro uniões de freguesia, de facto, regressem à situação anterior, aproximando os órgãos executivos, os eleitos, tendo uma maior proximidade com as suas populações. -----

Já aqui foi referida, digamos, a inexistência de continuidade urbana, ligação física à cidade, no caso do Canhoso, mas podíamos referir os outros casos que estão na desagregação: o caso do Ourondo e Casegas, o caso de Vales do Rio e Peso que são casos, de facto, que a gente verifica que não se justificava o tipo de agregação que foi feita e criou os problemas entre as populações, problemas que não existiam e houve problemas que foram criados face a essa agregação. -----

Portanto, daí o nosso voto favorável e esperar e deixar no ar que outras freguesias podem ser constituídas na base da lei e no caso das desagregações em termos excecionais o tempo já passou e o tempo futuro será o tempo de criação de freguesias e não há, digamos, outra possibilidade.” –

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só para referir que, efetivamente, às vezes a ânsia legislativa tem destas questões e na ânsia legislativa, às vezes, os bons princípios são deturpados pelas más práticas e, portanto, temos que ter a noção que o princípio da lei de criar a união de freguesias seria racionalmente correto e, à luz das contingências e das circunstâncias, na altura poderia fazer sentido. O que nunca fez sentido, e sempre estive de acordo com essa

situação, é que nunca se podia fazer isto à revelia das populações e contra as populações. Por essa razão, aqui sempre votámos favoravelmente todas e quaisquer propostas de desagregação que foram apresentadas na Covilhã e o CDS sempre teve um papel ativo, como teve agora nesta que estamos aqui a votar, em que efetivamente os eleitos pelo CDS fizeram, participaram e colaboraram ativamente para que isto pudesse ser feito. -----

É, de facto, triste que se demore tanto tempo às vezes a repor aquilo que não deveria. Neste caso não é repor porque é uma situação excepcional e, apesar de ser um regime geral, mas é uma situação especial que está prevista na Lei e que cria ainda mais dificuldades e mais complicações a quem legitimamente tem a aspiração de não estar unido legalmente nestas circunstâncias. Mas a verdade é esta: são as contingências legais. Felizmente as coisas estão a andar e estamos que estamos neste ponto e portanto, nós CDS, apenas podemos efetivamente congratular-nos com o excelente trabalho que foi feito na Assembleia de Freguesia e na Junta de Freguesia e, obviamente votar favoravelmente esta desagregação, desejando todas as felicidades às duas futuras novas freguesias do nosso Concelho.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Só para sublinhar as palavras do colega João Bernardo e felicitar também as freguesias que estão agora criadas. Muitas felicidades e muito sucesso agora nesta nova versão.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Antes de mais, quero parabenizar as juntas de freguesia que já viram os seus processos de desagregação aprovados pelo Grupo de Trabalho de Freguesias e ontem pela Comissão de Poder Local e Coesão Territorial. Felicitar todos os envolvidos neste processo, parabenizá-los pelo trabalho desenvolvido e que agora está prestes a ter um desfecho positivo, cumprindo a vontade das populações. -----

Relativamente à freguesia da Covilhã e Canhoso, cujo processo vem aqui hoje, procura fazer justiça, primeiro que tudo ao Canhoso, à Covilhã, à vontade das suas populações, ao serviço de proximidade que estas localidades merecem e, portanto, terá naturalmente, o apoio total do Grupo Municipal do Partido Socialista nesta Assembleia, como os outros processos de desagregação o tiveram há dois anos. -----

Neste caso, a Assembleia de Freguesia da Covilhã e Canhoso optou por seguir uma via diferente, que considero mais complexa, de criar as duas freguesias sem recorrer ao regime transitório simplificado, como aconteceu com as restantes quatro uniões de freguesia agora prestes a agregar. -----

Na minha opinião, por esse regime transitório simplificado, este processo seria mais célere, a tempo das próximas eleições autárquicas e, embora teoricamente e é verdade obrigasse à recuperação das quatro antigas freguesias da cidade, aqui exclusivamente a título pessoal até defendendo por uma questão de política de proximidade, mas reconheço que estarei em minoria. Seria sempre mais fácil no futuro voltar a agregar as quatro freguesias da Covilhã do que desagregar o que quer que seja. -----

Esta via que se optou para este processo obriga à necessidade do cumprimento do n.º 2 do artigo 6.º da Lei da Criação das Freguesias, ou seja, a freguesia a criar deve ter uma participação mínima no Fundo de Financiamento de Freguesias correspondente a 30% do valor daquele fundo atribuído à freguesia ou freguesias que lhe dão de origem. Traduzindo, a Freguesia do Canhoso terá que ter 30% do valor daquele fundo. Infelizmente, se esta alínea tiver de ser cumprida à risca, será muito complicado que a Assembleia da República, que acaba de chumbar 65 pedidos de desagregação por incumprimento de critérios, dê luz verde à criação da freguesia. -----

De qualquer forma, seja qual for a via, estaremos juntos na luta pela criação da freguesia da Covilhã e do Canhoso e propomos inclusive que, na próxima Assembleia Municipal de fevereiro, aprovemos aqui uma moção dirigida à Assembleia da República, tendo em vista exatamente a eliminação dessa alínea que citei da Lei relativamente ao cumprimento da percentagem do FEF, que será fundamental para que as duas freguesias possam ser criadas.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Dizer que aquilo que foi aprovado ontem com a reposição das duas freguesias é uma justiça a uma grande injustiça que foi feita a todas porque ninguém foi ouvido quando elas foram unificadas. -----

O processo foi um processo complicado que durou cerca de dois anos. Ainda não está terminado. Normalmente será votado na Assembleia da República na última quinzena de janeiro. Esperamos que todos os partidos aprovem e votem favoravelmente a reposição dessas freguesias. -----

Em relação à freguesia da Covilhã e Canhoso, desde já mostrar a minha solidariedade, enquanto presidente de junta e também enquanto coordenador distrital da ANAFRE. O Senhor Presidente pode contar connosco para defender os interesses das duas freguesias e para que seja feita a maior pressão possível para que ainda seja possível nas próximas eleições acontecer e ter já as freguesias separadas. -----

Sabemos que é difícil, que não é fácil isso acontecer porque nem sequer há Comissão para poder analisar esse projeto. A Comissão tem que ser criada na Assembleia da República para depois analisar todo o processo, porque só existe a Comissão para a reposição das freguesias e não para a criação de novas freguesias. Mas como disse, estamos disponíveis e a ANAFRE Distrital e Nacional está disponível para ajudar naquilo que for necessário.” -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou associando-se “a todas as manifestações de vontade aqui já expressas. Aliás, já o tinha feito e fizemo-lo no Executivo também por unanimidade. É vontade, interpretando obviamente a vontade dos fregueses da Covilhã e do Canhoso. São os seus legítimos representantes que interpretam essa vontade. Ainda por cima é uma vontade unânime e, por conseguinte, acompanhar exatamente essa mesma vontade, formulando votos para que tudo corra de forma célere e como desejado pelas populações e pelos seus representantes legítimos.” -----

--- Colocado o assunto à votação – *Desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho*, foi o mesmo **aprovado por unanimidade, devendo o processo ser remetido à Assembleia da República para apreciação, nos termos do artigo 13.º da Lei suprarreferida.** -----

3.3 – DISCUSSÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE DO DEBATE TEMÁTICO SOBRE “SAÚDE NO MUNICÍPIO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS. O PRESENTE E O FUTURO” REALIZADO EM 25/11/2024 E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- **Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento (PPD/PSD):** Apresentou uma proposta de deliberação que se transcreve de seguida. -----

“Quero antes de mais dizer que o documento sofreu aqui algumas retificações de última hora pelo que não está exatamente igual ao que foi enviado. -----

No seguimento daquele que foi o debate temático sobre a Saúde no Município, concluímos que é uma preocupação de todos a criação de mais e melhores condições de serviços de saúde às populações. -----

A realidade local é bastante desafiante. -----

Há milhares de pessoas sem médico de família e vagas locais para os mesmos que não são preenchidas. -----

Os espaços físicos estão cada vez mais degradados, sendo as soluções existentes no momento muito insuficientes. -----

A saúde, ao longo dos últimos anos, enfrentou inúmeros desafios e a sua incapacidade de gerar uma resposta foi e é evidente. -----

Este cenário leva a que o Município tenha que criar condições urgentes para reverter, colmatando as lacunas anteriormente referidas, indo mais além, analisando a realidade sociológica e demográfica do concelho, adaptando assim a sua ação de modo a conseguir-se ter uma melhor saúde. -----

Assim sendo, a bancada do PSD Covilhã vem por este meio pedir à Assembleia Municipal a aprovação da moção para que o executivo implemente as seguintes medidas: -----

- 1 - Disponibilizar, com carácter de urgência, novas instalações para a atual e única USF do Concelho no sentido de as tornar mais dignas e adequadas quer para os profissionais de saúde que lá trabalham como para os utentes que recorrem diariamente aos seus serviços;
- 2 - Avaliar, junto da Administração da ULS da Cova da Beira, a necessidade de criação de mais USF no sentido de ir ao encontro de uma rede de cuidados de saúde primários mais reforçada e, por isso, mais eficaz; -----

- 3 - Criação de condições de trabalho, dentro das competências que lhe estão atribuídas, com a perspectiva de atrair e fixar profissionais de saúde para as zonas carenciadas e isoladas do Concelho, bem como a sua adequada divulgação junto dos cidadãos; -----
- 4 - Promover uma mais e melhor mobilidade na área da saúde, disponibilizando soluções ao transporte dos utentes mais necessitados e oriundos de freguesias mais distantes, para a sua deslocação a consultas e/ou exames dentro do Concelho e fora dele; -----
- 5 - Incentivar, junto da rede de cuidados de saúde primários, as Teleconsultas e telemedicina através do uso de novos meios tecnológicos para estes fins, envolvendo as juntas de freguesias mais distantes, garantindo a manutenção das extensões e sub extensões nas mesmas freguesias; -----
- 6 - Garantir a participação e colaboração comunitária, criando e promovendo, com o apoio da Rede Social do concelho, mais rastreios de saúde públicos, promovendo ainda atividades de saúde preventiva no Concelho; -----
- 7 - Informar com regularidade este órgão das conclusões, contributos e sugestões da comissão que acompanha a rede de saúde no Concelho.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Saúdamos a concordância entre os partidos nesta temática da Saúde no Município. O Dr. Vasco Lino, tanto quanto sei, na última Assembleia também deu as suas achegas como homem que esteve muito ligado à Saúde na nossa Covilhã e, portanto, fazemos votos para que tudo seja em prol também dos Covilhanenses, que este também é um grande tema que é necessário efetivamente estar atualizado.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Penso que deveríamos aqui clarificar bem o que é isto das unidades de saúde familiar, as do modelo B e as do modelo C, e ter a noção de como é que são constituídas estas unidades dentro do Serviço Nacional de Saúde. -----

São formadas por grupos de médicos, de enfermeiros e outros técnicos que contratualizam com o Ministério da Saúde um determinado serviço feito a x utentes. No caso da criação das do tipo C, fala-se em 4000 utentes sem médico de família. -----

Mas isto é uma forma privada, digamos assim, dentro do próprio sistema de saúde, em que este grupo de médicos e de enfermeiros contratualiza com o Ministério da Saúde um conjunto de serviços e comprometem-se a prestar serviços de saúde primários a um conjunto de utentes e, por esse facto, recebem uma verba mais acrescida que lhes compensa, penso eu, do que aquela que iriam ganhar se estivessem no serviço normal no Serviço Nacional de Saúde. -----

É isto. As USF's são sempre, de forma encapotada as do tipo B, uma iniciativa, digamos, privada que o Ministério permite dentro do sistema. Estou a falar também da B e depois a C ainda pior.

Agora a proposta de criação da C's é que se privatiza, de facto, com entidades privadas a poder estar no processo. -----

Nas escolas também aconteceu o mesmo tipo de proposta. "Os professores que se organizem e tal e gerem lá a escolinha que o Ministério da Educação paga." Era assim que foi colocada de certa forma. Aqui, os médicos organizam-se, mas não deixam de ser um grupo de prestadores de serviços que contratualizam, tendo em vista ganhar dinheiro e ter lucro com a sua atividade profissional dentro do próprio sistema. Portanto, aquilo que chamamos USF's do tipo B são as chamadas, digamos, externalização do serviço ou privatização encapotada do próprio serviço. As do tipo C é mesmo para privatizar. -----

Face à moção que nos foi aqui apresentada e esta clarificação, aconselhava a leitura dos diplomas que definem as B's e C's do tempo do Governo do PS, portanto, está na Lei de Bases da Saúde, mas que agora o PSD aproveita para introduzir as do modelo C. -----

Portanto, concordando com o diagnóstico que é feito na Moção, concordando com algumas medidas que são propostas, discordamos deste modelo de organização do Serviço Nacional de Saúde. Para nós, o Serviço Nacional de Saúde é público, deverá ser gratuito e deverá estar ao serviço das populações. -----

Como resolver o problema? Tem que se valorizar os profissionais, tem que se valorizar as carreiras, tem que se contratar para os serviços aquilo que o serviço necessita e fazer os investimentos nos edifícios, nos equipamentos, nos meios de diagnóstico, etc. -----

Portanto, o caminho não pode ser este, caso contrário estamos a criar dois modelos de saúde com os privados, as clínicas privadas, os hospitais privados e hoje já existem mais hospitais privados do que públicos no país inteiro (até na Covilhã já existem e daqui pouco temos mais hospitais privados do que públicos). Ou seja, estamos aqui a criar dois sistemas: o sistema para os ricos e o sistema para os pobres porque com certeza que o parente pobre vai ser o Serviço Nacional de Saúde no meio disto tudo. Daí votarmos contra, porque discordamos desta organização, discordamos do caminho que o Governo está a conduzir a Saúde. -----

Aquilo que defendemos é que se regresse, de facto, ao Serviço Nacional de Saúde construído após o 25 de Abril, que deu condições, tratamento e tratamento na inovação, na ciência e que possibilitou, de facto, o bem-estar e o aumento da esperança de vida da nossa população e o mau que existe no Serviço Nacional de Saúde é a falta de investimento nos edifícios, nos equipamentos, no pessoal e aquilo que ainda são os restos da Troika que ainda não foram, digamos, retirados do Ministério da Saúde." -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** "Relativamente a este ponto, vou ser muito sintético no sentido de concordar com a proposta de moção do PSD que sumariza, de grosso modo, aquilo que aqui foi referido no debate e da necessidade da intervenção urgente e rápida do Município nesta matéria. -----

Chamo a atenção que, se calhar, faria mais sentido também que este ponto tivesse pelo menos o feedback da própria Câmara relativamente àquilo que são as indicações e as conclusões dos debates porque pelo que vemos aquilo que temos são duas situações: temos um debate numa

Assembleia temática sobre esta matéria, temos esta situação discutida por todos em que há, de grosso modo, a noção que, de facto, é preciso mais e melhor na saúde do nosso concelho e depois, nesta fase a seguir, não temos nenhum elemento da Câmara que nos diga “estamos a trabalhar nisto desta maneira; estamos a fazer isto desta maneira.” Portanto, continuamos a discutir mais do mesmo que é as nossas preocupações deste lado, e quem tem o poder de decidir continua sentado no seu lugar sem apresentar absolutamente nada. -----

Não deixa de ser mais uma recomendação, não deixa de ser mais uma moção, mas continuamos à espera que a Câmara, de facto, nos diga quando é que reúne o Conselho Municipal de Saúde, se existe uma solução ou se pode existir uma solução provisória para a USF da Covilhã neste momento que está a rebentar pelas costuras e que não consegue, de facto, fazer mais desta maneira e não posso deixar de discordar totalmente com a posição do PCP nesta matéria das USF por uma razão muito simples é que é as USF's vieram provar uma coisa: é que o Sistema Nacional de Saúde gerido pelos próprios médicos, feito pelos próprios que lá estão dentro do Serviço Nacional de Saúde, não estamos a falar de pessoas de fora do SNS, por muitos fantasmas que se queiram criar, a verdade é que são médicos no Sistema Nacional de Saúde que se tiram dos seus cuidados e isso é possível fazer melhor, fazer mais e os rácios estão aí a prová-los de maneira total. Como é que os rácios de desempenho das USF's são três, quatro ou cinco vezes melhores do que os rácios dos antigos ACES que havia? Alguma coisa não está bem e acho que devíamos era, de facto, premiar o mérito, premiar as pessoas que são bons profissionais e premiar as pessoas que querem fazer mais e melhor. -----

Acho que esta Câmara tem esse dever de promover esta questão dos USF e colaborar com elas, nomeadamente na parte que lhe compete que é dar condições físicas, dar condições de trabalho aos médicos e ajudar ainda mais. Que venham os médicos para a nossa cidade que, até ao momento, continuamos impávidos e serenos à espera de que discutamos isto eternamente na Assembleia, mas que a Câmara continua fechada em copas naquilo que tem para fazer nisto.” ----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Permita-me saudar a disponibilidade da bancada do PSD para receber as propostas de alteração à proposta que foi inicialmente apresentada pelo PSD e que, de facto, vêm melhorar e vêm dar aquilo que é a ênfase que devemos estar sempre todos unidos em matérias como esta questão da Saúde e naquilo que é a melhoria dos serviços prestados a nível de saúde do município. -----

É verdade que, do ponto de vista de matriz ideológica, teremos certamente visões muito distantes e esta questão da USF modelo C, que é algo que somos plenamente concordantes do ponto de vista ideológico que vem degradar o SNS, vem tirar aquilo que é a capacidade e a qualidade de médica e de profissionais médicos e a atratividade do SNS em termos de médicos no Serviço Nacional de Saúde. É, de facto, um risco grande que este modelo traz e que certamente terá as suas consequências a médio prazo. -----

No que toca àquilo que é a Assembleia em que estivemos em discussão, não posso resistir porque, de facto, nessa mesma Assembleia fiz essa referência e o PSD, tendo ainda tempo de intervenção, penso que é uma oportunidade, e é justo que assim o faça, de se retratar de uma inverdade que foi dita nessa mesma Assembleia ao dizer que em maio de 2022 o Serviço de Obstetrícia fechou

no Hospital Cova da Beira. Isso não aconteceu e acho que o PSD, da mesma forma que o fez na última Assembleia ordinária em que teve a humildade de se retratar sobre algo que não disse que era verdade e que depois acabou por corrigir, devia vir também nesta Assembleia fazer essa correção sobre aquilo que não aconteceu e que foi dito publicamente. -----

Em relação a dois pilares e às alterações que foram pedidas e que foram feitas à moção do PSD, assentou em dois pilares principais que o PS extrai da última Assembleia. O primeiro é que foi importante compreendermos aquilo que é responsabilidade da ULS e aquilo que é a responsabilidade da Câmara Municipal. Parece-me que continuam a existir algumas dúvidas, mas a verdade é que, por exemplo, a questão da existência de uma USF não é responsabilidade da Câmara decidir se existe ou não existe. Quanto muito, é aquilo que são os serviços de saúde, é a ULS, é o Ministério da Saúde que tem essa responsabilidade de avaliar se deve ou não deve existir mais USF's dentro da cidade. Aquilo que compete à Câmara é exatamente aquilo que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, que é, depois de 2023 ter assinado um contrato de delegação de competências em que alguns de nós estiveram presentes nessa mesma cerimónia, vem a terreno dizer que temos um investimento previsto de 1.5 milhões € naquilo que são as unidades mais críticas já identificadas em conjunto com o ULS, que é um investimento fundamental e são necessidades que não existem só desde 2023. E é verdade, como eu disse também nessa mesma Assembleia, que com esta delegação de competências existe a possibilidade de que muitos problemas que se andavam a arrastar ao longo do tempo finalmente possam vir a ser resolvidos de uma forma mais célere. É esse o objetivo daquilo que é a delegação de competências e é certamente essa a realidade que vamos ter com este compromisso do Executivo municipal. -----

No entanto, estes 1.5 milhões €, apesar de serem realmente importantes para o serviço prestado às populações e aos profissionais de saúde e garantir melhores condições de trabalho aos profissionais de saúde, é também uma condição de atratividade aos profissionais de saúde para o serviço prestado nas nossas unidades e extensões de saúde. Merece também por parte do Executivo, recomendação que acrescentamos à que foi feita por parte do PSD, é que de facto se diligencie junto da Administração da ULS da Cova da Beira, tudo o que são as outras extensões e sub extensões existentes no Concelho da Covilhã, mas em todas as outras freguesias de realmente qual é que são as outras pequenas intervenções que eventualmente são necessárias. -----

É-nos reportado e sabemos que existem coisas que são muito mais simples de resolução nessas mesmas extensões e que é importante que a ULS traga e reporte ao próprio Município para que essas mesmas necessidades sejam resolvidas tão breve quanto possível. -----

Um outro ponto fundamental que também foi abordado e que somos plenamente concordantes, é que, de facto, há um problema do ponto de vista de mobilidade e de acessibilidade aos serviços e isso é uma rede que realmente acreditamos que deve ser melhorada através de serviços de transporte a pedido, articulados com as próprias juntas de freguesia e com aquilo que são os centros de saúde, onde são prestados esses serviços e que, de facto, é um caminho que devemos percorrer para um futuro breve. -----

Em relação à proposta, e portanto isto consubstanciando, iremos votar favoravelmente a proposta do PSD com as alterações feitas pelo próprio Partido Socialista. -----

Em relação à proposta do PCP, como referi, a questão do modelo das USF's modelo C., ideologicamente estamos concordantes. É, de facto como disse há pouco, um risco tremendo para aquilo que é a captação e fixação de profissionais de saúde este modelo, que de híbrido tem pouco, tem muito aquilo que é um modelo encapotado de introdução do privado naquilo que é um serviço que tem que ser público e nós - Partido Socialista - seremos sempre a favor e defensores de um Serviço Nacional de Saúde público e tendencialmente gratuito a todos os portugueses. -----

No caso da moção do Partido Comunista Português há de facto o ponto 2, e já foi alvo aqui de algumas conversas bilaterais digamos assim, em que é apresentado que a Câmara Municipal deverá reavaliar o investimento na USF prevista, nomeadamente a concordância entre o seu interesse público e o carácter privado da sua gestão por profissionais que contratualizam um serviço ao Serviço Nacional de Saúde. É para nós um ponto que não está em discussão porque aquilo que está previsto é uma transferência da atual Unidade de Saúde Familiar para aquilo que é a infraestrutura, portanto não há uma alteração do modelo de gestão e de funcionamento dessa mesma USF e, portanto, aquilo que propomos ao Partido Comunista é que, de facto, retire este ponto 2 da sua proposta para que possamos votar favoravelmente. Caso contrário, iremos abster-nos sobre a mesma proposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou dando “nota de que as USF's são vitais para que consigamos enfrentar e debelar a maior parte dos problemas que existem, no nosso caso concreto, no Concelho, na cidade da Covilhã, na zona urbana designadamente, sem prejuízo obviamente de as outras unidades que estão disseminadas por todo o Concelho... E dizer que elas são um braço armado da saúde no terreno. -----

A USF Hermínios (e para quem é rigorista com os nomes, agora chama-se Hermínios, mas na candidatura é “Estrela”, portanto que ninguém fique apoquentado com os nomes ou a existência dos dois nomes em paralelo), é fundamental que prossigamos este trabalho. -----

Aconselho a quem fala sobre estas matérias que deve ler muito bem qual é a competência do Município nestes domínios e, desde logo, no que diz respeito às questões de natureza financeira. A Câmara tem, obviamente, delegação de competências, mas tem que ter o respetivo envelope financeiro. Isso convém não ser olvidado. -----

Não obstante, esforçamo-nos, como já fizemos com a aquisição de vários veículos e já vamos quase em meia dúzia de veículos que não estavam sequer contratualizados com ninguém... Já fizemos obras, sabendo que é preciso fazer mais obras no edifício do Centro de Saúde. Como vamos fazer? O valor já é muito superior a 1.5 milhões € nas várias extensões de saúde do Concelho, mas cá estamos para dar o nosso melhor, acompanhar e densificar esse trabalho. -----

Termino dando uma boa notícia que para alguns é má porque politicamente para eles é uma chatice que é: temos três propostas para a USF que foram rececionadas e, por conseguinte, dar esta boa nova de que não ficou deserto o concurso e, desta feita, vamos ter USF e o mais breve possível.” -----

--- Colocado o assunto à votação – **Moção “A Saúde no Concelho”**, foi o mesmo **aprovado por maioria, com 33 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s), 1 abstenção (Dr. João José Casteleiro Alves – PS) e 3 votos contra (CDU – PCP/PEV).** --

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**: “A minha declaração de voto vai no sentido de salientar aquilo que foi a abertura democrática por parte da bancada do PSD e da bancada do PCP para receber aquilo que foram as nossas propostas de melhoria às suas propostas iniciais. Acreditamos que, de facto, com as alterações que foram feitas, saem daqui recomendações reforçadas e aquilo que é um entendimento mais generalizado, aquilo que deve ser a ação a nível da saúde para os próximos tempos.” -----

- **Dr. João José Casteleiro Alves (PS)**: “Sou suspeito para estar a falar obviamente porque tive responsabilidades e custa-me sempre muito estar a falar de Saúde porque estive implicado nisso.

Obviamente, todos queremos sempre mais e melhor saúde. Não temos dúvidas nenhuma sobre isso. Agora temos que ter a noção de que, quando estamos a falar de Saúde, não podemos fazer disto um “muro de lamentações” e dizer que estamos pior do que há não sei quantos anos, que está sempre tudo pior ou que está tudo muito melhor. Temos que fazer aqui uma separação entre o que são cuidados de saúde primários e o que são cuidados de saúde hospitalares porque é da nossa região que estamos a falar. Uma coisa é falarmos no país em geral, outra coisa é falarmos na nossa região. E a mim custa-me muito ouvir falar mal quando estou a falar de uma instituição, nomeadamente o Centro Hospitalar, e como digo sou suspeito porque tive responsabilidades nestes últimos 25 anos, e dizer que temos de trazer mais médicos, temos de trazer mais isto, temos de trazer mais enfermeiros, temos que trazer... -----

É preciso termos a noção de uma coisa. Nunca na nossa região tivemos tão boa Saúde. E posso afirmar isto até a nível do país. Nunca tivemos tão boas instalações como temos neste momento. Há muitas degradadas? Há. Nunca houve tão boas instalações como neste momento. Tive a oportunidade de visitar tudo o que são extensões de saúde ultimamente. -----

Nunca tivemos tantos e tão bons equipamentos como temos neste momento. Nunca tivemos tão boas equipas de saúde como temos neste momento e com tanta formação. Nunca tivemos tantos e tão diversificados medicamentos como temos neste momento. Tratamos e operamos muito melhor hoje do que comprávamos há 20, há dez, há cinco ou até menos anos. -----

Portanto, não podemos fazer disto um “muro de lamentações” até porque temos grandes responsabilidades sobre as nossas populações, nós todos como Assembleia, os senhores

presidentes até dentro das próprias freguesias e vimos quão importante é o seu papel, nomeadamente durante o Covid. -----

É fundamental transmitirmos confiança às pessoas. Não é escamotear o que está mal. Recebi todas as reclamações que foram feitas no Centro Hospitalar nos últimos anos e há muita coisa mal. Agora, uma reclamação num dia foi acompanhada de milhares de outros atos que foram bem-feitos e, portanto, não podemos estar só a dizer o que está mal, escamoteando e esquecendo aquilo que está bem e a nossa própria população demonstra-nos que se sente bem servida. O Centro Hospitalar faz, desde há muitos anos, o inquérito de satisfação de todas as pessoas que foram internadas. Esse inquérito, a todos os serviços, dá sempre um grau de satisfação elevado - há mais de 95% das pessoas que lá entraram. Não há melhor reflexo daquilo que pensam as populações do que isto. Obviamente que, se formos ouvir só os outros 5%, está tudo mal. -----

É preciso termos a noção que, quando estamos a transmitir este sentimento, uma coisa é reivindicarmos perante o Poder Central, isso sim estou de acordo, mais e melhores condições, mas não é dizermos que aqui tratamos mal as nossas pessoas, as nossas populações. Podemos tratar melhor? Podemos. -----

Quando ia falar com o Ministério da Saúde, não ia para lá de joelhos ou só com queixinhas. Ia apresentar projetos. Íamos apresentar trabalho para poder reivindicar, mas tínhamos que fazer o trabalho de casa. -----

Entre 2016 e 2023, os nossos projetos realizados foram de 12.900.000 €. De 2024 até 2030 há projetos para cerca de 30 milhões €. Portanto, as coisas não estão paradas. Não podemos é estar sempre a dizer: é pior, é pior, é pior. Estou a falar em relação ao Centro Hospitalar. -----

ULS é uma coisa diferente. Cuidados de saúde primários são coisas diferentes e, quando falamos de cuidados de saúde primários, é muito diversa a realidade. Atenção, não vamos dizer que Lisboa e Vale do Tejo é melhor. Sabemos que isso não é verdade. -----

Tendo um centro hospitalar e um hospital, ouvi n pessoas aqui falarem sem saberem exatamente o que é que se passava. “Não temos médicos.” Querem saber quantos médicos tínhamos no ano de 2000? Tínhamos 70 médicos e tínhamos 5 internos. Sabem quantos médicos temos neste momento a trabalhar ou a dar o seu contributo ao Centro Hospitalar? Entre 320 a 350. Então, como qualquer outra região, dizemos “não conseguimos cativar médicos.” Não. É que as realidades hoje são completamente diferentes que eram há 20 anos em que tínhamos para aí 15 ou 20 especialidades e hoje temos 40 especialidades. E não temos 70 médicos, temos mais de 300. Só para a imagiologia tivemos, anos e anos, 1 e contratámos 20 e tal só de uma vez. Ao otorrino, estivemos três anos sem otorrino e, de uma vez, contratámos 12 otorrinos. A cardiologia de intervenção que tanto falamos, a equipe que constitui a cardiologia de intervenção são à volta de 100 profissionais. Então, como é que a gente os motivou para vir para cá? Temos capacidade para os ir buscar ou não? Temos é que trabalhar para isso. -----

Custa-me estar sempre a ouvir “não temos médicos, não temos médicos” e que devíamos ter mais. De acordo, mas há muitas regiões que têm muito mais razão de queixa do que nós. “A Faculdade de Medicina não faz nada.” Faz. Aliás, o Centro Hospitalar é que mantém a Faculdade de Medicina. Não é ao contrário. -----

Portanto, é preciso termos a noção do que é que andamos sempre a dizer. Temos, para além disso, especialidades que não existem na maior parte dos hospitais do Interior. Não existem sequer. Então alguém tem razão de queixa. Obviamente, agora nós também temos. Ao melhorar os nossos serviços, aumentamos muita vez a carga sobre eles. Por exemplo, o Serviço de Ortopedia. O Serviço de Ortopedia funciona muito melhor do que funcionava há 20, 10, 15, até há 5 anos. Só que, ao funcionar muito melhor, também se torna muito mais atrativo para os doentes. E vou-lhes dizer só: temos 1000 e tal doentes para operar de ortopedia, doentes para operarem cirurgia programada. Só que 400 e tal são da região da Guarda. É preciso termos a noção disto e ter o cuidado de fazer uma análise objetiva. Também gosto de dizer mal quando tenho que dizer mal, mas também tenho que dizer bem quando tenho que dizer bem e pelo menos ter a noção de que as nossas afirmações e aquilo que dizemos aqui é muito importante para a nossa população. Estamos aqui para defender as populações e, muitas vezes, ao denegrir os nossos serviços estamos a criar instabilidade e estamos, de facto, a tratar mal as nossas populações. -----

Também sou pelo SNS. Toda a gente que me conhece sabe isso perfeitamente. E chamo a atenção em relação ao privado. Não é o contestar o privado. O privado tem uma função, para mim, complementar. Nunca pode ser a coluna dorsal. Complementar, sim. Não faço privada, mas tenho todo o respeito pelos meus colegas que fazem privada e quando são complementares. Não podem é competir e parasitar o serviço público porque não é só uma questão de serviço público, é uma questão de diretrizes. Hoje é um hospital ou é um centro de saúde privado ou é isto, mas daqui a amanhã é uma empresa chinesa, é uma empresa americana que controla a nossa saúde. Este é que é o problema fundamental e nisto é que temos de ter cuidado. -----

Aproximo-me muito das propostas que faz o PCP pela defesa do SNS, mas os outros também defendem o SNS. Ainda não vi nenhum partido aqui ser contra o SNS. Agora, se estamos unidos nisto, também temos que ter o cuidado de quando transmitimos aqui para fora dizermos isto “somos a favor do SNS. Não somos contra o privado.” Pelo contrário, a iniciativa privada sabemos que é muito importante, muitas vezes até para o estímulo do serviço público e para o desenvolvimento na área da investigação e de outras áreas. -----

Vamos sair daqui e dizer “somos pelo SNS.”” -----

--- O Grupo Municipal da **CDU – PCP/PEV** apresentou uma proposta de deliberação, tendo o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** dito que “foi colocada pelo PS uma condição de que votariam favoravelmente se retirássemos da nossa proposta o ponto 2. E o que é que diz o ponto 2? “*Que a Câmara Municipal deverá reavaliar o investimento na USF prevista, nomeadamente a concordância entre o seu interesse público e o carácter privado da sua gestão por um grupo de profissionais que contratualizam os serviços ao SNS.*” Estou aqui a dizer “reavaliar” face ao tipo de como ela é constituída dentro do serviço. Portanto, é uma coisa que penso que não é simples de entender. -----

Quais são as vantagens dos profissionais que estão lá ou não? Que dividendos é que retiram daquilo ou não? E se a Câmara deve estar a investir dinheiro ali ou não? Pronto, é só isso. Não quer

dizer que a reavaliação possa vir concluir que estamos a gastar dinheiro numa coisa híbrida que é aquilo que me parece que é. -----

Levando em conta que não é fundamental para o conteúdo e o fundamental da deliberação, retiramos o ponto 2 para que possa reunir o maior consenso possível.” -----

Transcreve-se a proposta de deliberação com a devida alteração: -----

“A atual situação vivida no Concelho da Covilhã ao nível dos cuidados de saúde primários exige de todos nós uma atitude proactiva no sentido de se assegurar no Concelho da Covilhã o acesso à saúde e, desde logo, o acesso aos cuidados primários de saúde. -----

As políticas implementadas a nível nacional na área da saúde têm criado problemas ao funcionamento eficaz e eficiente do Serviço Nacional de Saúde. -----

Os últimos anos são caracterizados na área da saúde pelo agudizar da luta entre quem defende, que cabe ao Estado assegurar o pleno direito à saúde, através de um Serviço Nacional de Saúde universal (acessível a todos e que todos sirva), Geral (atuante de forma eficaz em todos os domínios da área da saúde) e Gratuito (sem custo direto para quem dele necessita), e aqueles que, a partir do Governo do País e de outras importantes posições de poder, têm visto na Saúde uma promissora, altamente rentável e cobiçada área de negócio para as mais diversas entidades de natureza privada. -----

Atribui-se ao Estado a função de regulador e financiador, e aos grandes grupos económicos com intervenção na área da saúde, o fundamental da prestação de cuidados, no essencial, pagos pelo Estado. -----

Já há mais hospitais privados do que públicos e à medida que o número de hospitais públicos diminui, o número de hospitais privados aumenta. -----

O diagnóstico feito no SNS aponta como causas: -----

O subfinanciamento e o encerramento de centros e extensões de saúde; -----

A redução de horários de funcionamento das unidades de cuidados de saúde; -----

O encerramento, fusão e concentração de serviços e valências em especial nas unidades hospitalares; -----

A degradação de instalações; -----

A obsolescência de equipamentos; -----

O funcionamento em situação de rutura de vários serviços e valências; -----

A desvalorização das carreiras dos profissionais; -----

A carência de profissionais de saúde; -----

O elevado número de utentes sem médico de família. -----

Perante as dificuldades existentes, em vez de o Estado investir no SNS para reforçar a sua intervenção e capacidade, e reduzir progressivamente o encaminhamento de utentes para entidades privadas com acordos, protocolos ou convenções, como a emissão de cheque-cirurgia no

âmbito do SIGIC ou a prescrição de exames, **há um incremento na entrega de serviços públicos à gestão privada:** -----

*Está-se a fazer o caminho para uma saúde a duas velocidades, por um lado um SNS desqualificado para os mais pobres com um conjunto mínimo de prestação de cuidados e por outro lado uma resposta qualificada, privada para quem tem elevados rendimentos. **Este caminho não serve e distancia-se do princípio constitucional do direito à saúde.*** -----

O objetivo de degradar o SNS pode também ser avaliado no “encolhimento” da rede de proximidade dos cuidados primários, com encerramento de unidades e extensões e dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP), e na divisão e concorrência criadas entre os Centros de Saúde tradicionais e as Unidades de Saúde Familiar (USF), diminuindo a coerência estrutural de todo o sistema. -----

*A adesão de muitos profissionais a estas formas híbridas de empresarialização, e as pontuais melhorias com elas conseguidas, **não devem fazer esquecer que as USF representam uma forma encapotada e embrionária de externalização dos cuidados de saúde primários do âmbito serviço público estatal, apontando para a sua total privatização já contemplada nas USF tipo C.*** -----

É preciso romper com estas opções e retomar os valores de abril, na defesa do direito à saúde, universal, geral e gratuito, que só o SNS tem condições de assegurar, com qualidade, e sem qualquer discriminação em função das condições económicas e sociais. -----

Na Covilhã, que não é nenhum oásis, também se verificam as causas mais gerais das dificuldades diagnosticadas no SNS. -----

Temos perto de 6000 covilhanenses sem médico de família. -----

Temos uma população envelhecida, para 1 jovem temos três idosos. -----

Temos extensões de saúde que não funcionam ou que têm deficiente funcionamento. -----

Temos uma rede de transportes intraconcelhia deficiente e cara. -----

A UCSP da Covilhã é a que tem mais utentes sem médico de família (4 065) – Incidindo nas freguesias da Boidobra, Ferro, Peraboa e na UCSP do Tortosendo (1612) – Que abrange as freguesias do Sul do Concelho. -----

O artigo nº 2 do DL nº 23/2019, de 30 de Janeiro, define as obrigações do Município no âmbito do processo da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde. Participação no Planeamento, Gestão e realização de investimentos; Gestão e Conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários; Gestão dos Assistentes Operacionais; Gestão de serviços de apoio logístico e Parcerias Estratégicas nos programas de prevenção da doença. -----

*Para além destas competências temos a Câmara Municipal a gastar verbas públicas numa USF, que não é mais do que acima se afirmou, **uma forma híbrida de empresa e uma forma encapotada de colocar os cuidados de saúde fora do âmbito do serviço público estatal, apontando para a sua total privatização já contemplada nas USF tipo C.*** -----

Assim, face ao exposto, e para o bom funcionamento dos serviços de saúde ao serviço da população do Concelho a Assembleia Municipal da Covilhã da Covilhã, reunida em 18 de Dezembro de 2024, delibera: -----

1 – Que a Câmara Municipal, face às competências atribuídas, deverá assegurar a requalificação, modernização, manutenção e conservação das instalações afetas aos cuidados de saúde primários em todas as freguesias do concelho, assegurar os recursos humanos necessários ao nível dos assistentes operacionais e assegurar os serviços logísticos de apoio; -----

2 – Que a Câmara Municipal deverá assegurar e exigir da ULS da Cova da Beira e do Ministério da Saúde a colocação dos profissionais médicos necessários ao bom funcionamento das Unidades de Saúde de Cuidados Primários no Concelho da Covilhã.” -----

--- Colocada a proposta de deliberação apresentada pela **CDU – PCP/PEV**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 27 votos a favor (PS, Movimento “Covilhã Tem Força” CDU – PCP/PEV e DMI’s), 4 abstenções (Dr. João José Casteleiro Alves – PS, Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)) e 6 votos contra (PPD/PSD e CDS-PP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os Deputados Municipais: Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP) e Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso). -----

--- Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)**: Fez a mesma declaração de voto da moção anterior.

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Justificar a votação contra a proposta do PCP porque, de facto, é óbvio que o CDS não está contra, nem poderá estar contra a exigência de mais médicos, de mais condições, como é sinalizado nesta moção. Porém, não podemos efetivamente subscrever todo o preâmbulo que está definido, que está inquinado por uma visão que claramente é incompatível e é perfeitamente para nós desajustada da realidade do que tem que ser um Serviço Nacional de Saúde moderno, eficaz e, sobretudo, que sirva os utentes e não apenas os profissionais de saúde.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD)**: “O PSD votou contra a proposta do PCP única e exclusivamente pela visão que não é a nossa visão sobre o futuro, o desenvolvimento e o crescimento do nosso Serviço Nacional de Saúde e, portanto, só por esse facto votámos contra. --

Referir que a nossa postura de abertura e de chegarmos a consensos com o Partido Socialista sobre esta matéria vem no mesmo sentido que foi o objetivo de debatermos a questão da saúde no debate temático. Foi mesmo estarmos todos juntos na avaliação de um problema que é de

todos, que mexe com a vida das pessoas e que só assim, pondo um bocadinho as ideologias de lado e os partidarismos de lado, podemos ter uma visão mais limpa daquilo que é realmente os interesses de todos nós.” -----

- **Dr. João José Casteleiro Alves (PS):** Fez a mesma declaração de voto da moção anterior. -----

3.4 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** “Em relação às obras da EB1 de Vales do Rio, pela segunda vez foi lançado o concurso e continua sem propostas. Queria saber o que é que pensam fazer sobre o assunto. Sei que o serviço tem estado a trabalhar sobre isso, mas o aumento que fizeram de 4% não fez com que qualquer empresa concorresse. Portanto, se calhar o valor base tem que ser devidamente ajustado, mas sabemos as dificuldades que decorrem de todos os empreiteiros que não concorrem. As obras estão aí. Há muitas e, por isso, também estas obras mais pequenas têm ficado desertas. No entanto, é urgente resolver o problema, nem que seja o do telhado porque, cada vez que chove, chove dentro das salas e isso não pode acontecer. -----

Sobre a situação do apoio às freguesias com a transferência daquele valor que nos é transferido pela transferência de competências, em que tínhamos falado num reforço, ele não está revertido no Orçamento. Queria saber como é que isso se vai resolver no próximo ano.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “Fui eleito para defender os interesses da Freguesia que aqui represento e lamento, mas de facto, nos últimos meses, a relação com a Câmara Municipal tem sido de um desgaste imenso. Venho aqui, Senhor Presidente, manifestar a minha preocupação pelo menos em três assuntos: -----

1.º Enviámos em outubro a esta parte um pedido de protocolo, no âmbito daquele acordo de cavalheiros que a Câmara tem com as Juntas de Freguesia para apoio das atividades culturais, e até ao dia de hoje nem uma palavra. Sei que vai passar o ano para o ano de 2025. Os serviços, quando lá aparecer a fatura de 24 já ardeu, Senhor Presidente, como já arderam outros protocolos em que a Junta é que fica prejudicada. Já não vou discutir aqui as juntas que recebem 40 em vez de receberem 2,5. Eu já não vou discutir isso, mas pelo menos os 2,5. A Senhora Vereadora esteve presente num evento do 1.º Encontro de

Bandas com 300 músicos que dignificou a Freguesia e o Concelho e lamento que estamos a chegar ao fim e nem uma palavra. Numa entidade onde trabalha tanta gente, tantos assessores, tantos adjuntos, não há uma pessoa que responda à Junta de Freguesia. “Recebemos o email; estamos a tratar; vamos aguardar.” Se é assim para uma Junta de Freguesia, como será para o comum cidadão! Esta é a minha primeira preocupação, Senhor Presidente; -----

2.º Depois, a Câmara Municipal está a inaugurar, e muito bem, os parques infantis por todo o Concelho. Senhor Presidente, relembro que a Junta de Freguesia em agosto de 2019 requalificou o primeiro parque infantil. Em plena pandemia, requalificou o segundo e inaugurou-o. Foram nos dois, em conjunto, 40.000 €. Não acharia justo, do ponto de vista da justiça e da equidade para todas as freguesias, que a Junta de Freguesia fosse recompensada por esse investimento que já fez, sobrepondo-se à Câmara Municipal nessa competência? Acho que era de elementar justiça e nem seria necessário a Junta de Freguesia fazer esse pedido. Acho que era de elementar justiça. Estamos a falar em 40.000 €; -----

3.º Para terminar, Senhor Presidente, trazer aqui outra situação que demonstra bem qual é que tem sido a relação da Junta de Freguesia das Cortes com o Município. Não sei qual é que é o problema com a Junta das Cortes, mas vamos tentar perceber. No certame dos pastores pedimos sinais de trânsito. Foram furtados dois. A minha boa vontade foi devolver os sinais e foi isso que comuniquei ao Município. Há um despacho do Senhor Presidente que diz “sim senhor, devolvam-se.” Mas depois acrescenta mais e que diz que “é de grande prejuízo para o Município esses dois sinais furtados, que é de facto uma despesa indesejada”. -----

Pergunto-lhe, Senhor Presidente, se posso elencar nos últimos quase oito anos todas as despesas que a Junta de Freguesia fez que eram do título do Município, asfaltamento, os buracos que entretanto há na Freguesia que teve ser a Junta a tapar, iluminação pública, obras na escola que são de várias dezenas de milhares de euros, se também posso fazer um despacho, Senhor Presidente, e pedir à Câmara para que a Junta seja ressarcida desses valores?” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** “Aquilo que se pretende com uma informação escrita é que o Senhor Presidente nos traga efetivamente aquilo que é a atividade estratégica do Município e depois as questões legais naturalmente têm que aí estar contempladas. Isto prende-se também com aquilo que é o plano, e já vou fazer a intervenção depois no ponto a seguir, e o que demonstra esta informação escrita é que, efetivamente, não havendo objetivos delineados, depois não há o devido acompanhamento. Ou seja, neste momento temos uma informação escrita que nos leva ao ponto dos Deputados Municipais saberem da substituição do autoclismo, de uma torneira, do tapar um buraco ou de um gabinete da Câmara Municipal, para o determinado evento, elaborou um cartaz, ... -----

Penso que não é isso que se pretende numa informação escrita. São 140 páginas, mas com muito pouca uva. -----

Mas ainda assim, atento aqui a algumas informações que aí aparecem, queria colocar-lhe aqui o projeto da rotunda do eixo TCT e a 507, que aparecem como pendente. Como é que efetivamente está este processo? -----

Depois uma outra questão que tem a ver com. Eh. Apresentámos - segundo o que nos foi dito pelo Vereador das Freguesias é até 30 de junho -, uma atualização dos nossos espaços verdes, da área de cedência ao domínio público, enquadrado naquilo que é a transferência do acordo de transferência de competências. Continuamos sem resposta e sabemos que o Orçamento de Estado de 2025 aquilo que contempla é exatamente o mesmo valor que vinha dos outros anos. Não há o incremento dos 5% ou da atualização ao nível da inflação que as juntas de freguesia solicitaram, mas para a freguesia do Boidobra não tenho ainda informação sobre as áreas que fizemos a proposta de aumento. Vão ou não ser contempladas para o ano de 2025? Na perspetiva que o colega Jorge Viegas colocava, esses terrenos municipais que não estão ainda nesse acordo, três vezes por ano a Junta de Freguesia tem que despender de verbas para os manter limpos de acordo com aquilo que são as competências da Câmara Municipal, mas que naturalmente é à Junta de Freguesia que chegam as reclamações.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Confesso, Senhor Presidente de Câmara, que não li o extenso documento sobre a atividade que foi desenvolvida pela Câmara. No entanto, tenho cinco questões que gostava de lhe colocar. -----

Senhor Presidente, em 2010 eu era Presidente da Junta da Freguesia de São Martinho e entreguei na Câmara um projeto feito por um Engenheiro da Universidade para a intervenção na Rua Marquês de Pombal e Calçada do Lameiro. Estamos a falar há 15 anos atrás. Não sei onde é que anda esse projeto, mas era sustentável a forma como esse Engenheiro da Universidade fez o projeto para a Junta gratuitamente e que eu, pessoalmente, entreguei na Câmara Municipal. Era só alertar que, efetivamente, estamos com um problema gravíssimo ali naquela Rua Marquês de Pombal. Os homens da *Glovo* já é o terceiro que lá cai porque aquilo anda ali tudo aos abanões e a Calçada do Lameiro também, ali junto às Engenharias da Universidade, há ali um problema. -----

Depois, Senhor Presidente, a rua que liga o Largo de São José à Rua da Saudade, a Rua Comendador Gomes Correia... é um problema aquele alcatroamento. Aquilo é qualquer coisa que tem que rapidamente o Senhor Presidente lá passar e decidir. Além disso, outra coisa que vi agora quando vinha para aqui: as pessoas colocam os carros em frente às residências dos moradores. Estava lá uma senhora, e com razão, a querer sair da casa e acho que até chamou a polícia. Na altura era uma rua da minha freguesia, a Freguesia de São Martinho. Estamos a falar de há muitos anos e nunca houve ali uma intervenção. Seria bom, Senhor Presidente, que anotasse e que passasse por lá. -----

Outra questão que lhe queria colocar, Senhor Presidente, é, digamos, o alvitre de uma solução. A Ribeira da Goldra – já falámos aqui várias vezes no Parque da Goldra. Não concordo com muitas informações que aqui foram dadas. O Parque da Goldra teve sempre pessoas e tem pessoas. E tem uma coisa que é o melhor: tem a ribeira. O Compete 2030 tem programas, tem candidaturas para se fazer ali, na minha ótica e procurei fazer isso na altura, um passadiço em madeira. Acho que era

uma forma de revitalizar toda aquela zona, que é uma zona que está bastante degradada e bastante suja e que seria mais atrativa para quem nos visita sobretudo aos fins-de-semana. -----

Parque Verde no Canhoso, em frente ao Bom Dia Covilhã – Junta: mando emails, mandam para a Câmara; a Câmara manda-me para a AdC. Foi feita uma pequena intervenção, mas acho que a degradação é tal e, estamos à entrada da cidade ali na zona do Canhoso, aqueles plátanos são um perigo. Têm mais de 50 metros de altura, portanto, seria bom que se pensasse na reorganização daqueles plátanos, no arrolamento e na limpeza. -----

Finalmente, Senhor Presidente, sei que as obras estão a andar, mas tem havido algum constrangimento ali na zona da Escola do Refúgio. As obras estão efetivamente a andar, um pouco mais lentas do que era desejável, mas está a causar ali grandes problemas às pessoas, sobretudo aos pais que vão ali pôr os meninos ali à escola. Aquilo tem sido um pandemónio, quer às 09h00, quer às 18h00.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV):** “Dizer que, em relação à temática da saúde, na nossa perspetiva, cuidamos da saúde mais na perspetiva dos serviços primários e penso que, em relação ao Centro Hospitalar, não se sinalizaram grandes dificuldades. Agora, na saúde de cuidados primários existem, de facto, carências. Temos freguesias que não têm médico; temos freguesias que têm um médico uma vez por mês; há freguesias que estiveram três meses sem médico. Portanto, há nesse sector, de facto, a necessidade de fazer-se investimento e exigir à Administração Central que dê resposta porque compete-lhe dar resposta e é evidente que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal têm esse dever na defesa das suas populações que representam. -----

Apesar do investimento nos contentores com pedal, possa ser de facto um investimento maior, mas Senhor Presidente a recomendação foi aprovada e espero que a Câmara Municipal leve em conta a recomendação feita. A questão dos contentores em pedal é uma questão também de saúde pública e uma questão de facilitar a vida aos mais idosos, às pessoas que já tem dificuldades a andar a puxar aquelas tampas que muitas vezes ficam presas e existe muita dificuldade. -----

A questão dos sanitários públicos na cidade, quer para os residentes, quer para aqueles que nos visitam, é uma vergonha. Só nos envergonha a todos. Alguém me dizia na semana passada que ir à Caixa Geral de Depósitos é um castigo porque o cheiro é nauseabundo. -----

Agora falar em limpezas, feriados e domingos. Chegámos a esse nível de vir para a Assembleia Municipal e dizer que é necessário reforçar a limpeza porque se vê muitos resíduos urbanos espalhados por aí, nas ruas e principalmente nos feriados e domingos. -----

Colocar a questão se a Câmara pretende ou não, e também é uma questão de mobilidade que há pouco discutíamos, mas parece que o PS não está muito de acordo, a requalificação da Avenida 25 de Abril que é das tais avenidas onde não se pode andar a pé, nem de carro, nem se pode passear porque para se movimentar naquela via só mesmo na parte da via dos veículos. -----

Depois a questão das caixas de multibanco. Dizer à Câmara Municipal que, em relação ao multibanco na zona da Estação e à outra solução que encontrou para a Central de Camionagem da Caixa Geral de Depósitos, é sempre positivo. Existe um multibanco da Caixa Geral de Depósitos

na Central de Camionagem e poderá haver aí algum, digamos, exagero. Talvez mudar essa aí para os Penedos Altos e talvez se resolvesse o problema do grupo. Mas dizer que a falta ou o não funcionamento do multibanco nas freguesias acontece com frequência, daí as freguesias e as juntas de freguesia, muitas vezes, terem que fazer o esforço para pagar. Também não entendo por que é que se tem que pagar por um serviço onde os bancos ganham dinheiro. Não se percebe isto! O PCP tem uma proposta a nível da Assembleia da República que é: o banco 100% público que agarre na questão dos multibancos e cri uma rede nacional de multibancos para servir as populações porque hoje o multibanco é, de facto, um equipamento essencial e fundamental para a vida das pessoas nas freguesias, na cidade e nos concelhos. -----

Tinha aqui o apontamento da Rua Gomes Correia que já tinha aqui falado. Há lá um buraco que já foi tapado esta semana, mas a rua continua num estado geral degradado. Não sei se vamos estar à espera da construção dos edifícios para, digamos, requalificar aquela rua que, de facto, necessita de manutenção e é uma rua de acesso até ao serviço da Câmara, em que se utiliza muito para se chegar à Câmara Municipal. -----

Colocar a questão se, de facto, a Câmara Municipal refletiu sobre aquela recomendação da criação do Espaço Verde no Rodrigo e da utilização daquele espaço entre as calçadas por baixo da Garagem de São João. Criar ali um espaço verde transitável que possa ser utilizado. No fundo, seria mais um pulmão na cidade. É um espaço que é difícil ali construir. A construção fica cara e penso que se poderia encontrar ali uma solução de espaço verde da cidade.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Começo com três pontos muito pragmáticos em que gostaria de ouvir a sua opinião. -----

Hoje temos um Diretor de uma associação do Concelho a pedir a demissão do Diretor do Teatro Municipal da Covilhã. Há muito que a sociedade civil reclama. As coletividades e associações reivindicam calendário para os seus eventos. A comunidade estudantil brinca com o caricato da situação com vídeos satíricos por uma situação que, na verdade, não é culpa do Diretor do Teatro. E não é culpa do Diretor porquê? Relembro o Senhor Presidente que, na Assembleia da aprovação do Regulamento do Teatro, que foi a primeira Assembleia Municipal deste nosso mandato para todos nós, o PSD alertou para o facto de o documento colocar todos os poderes na alçada do Presidente da Câmara. Avisámos que não se estava a dar autonomia de decisão e execução à direção do teatro. Ou seja, as principais responsabilidades e competências são do Presidente da Câmara pelo que o Senhor seria sempre o principal responsável pelos êxitos e pelos fracassos da gestão daquele espaço. -----

E é responsável pelo quê afinal, no nosso entender? Pelo atual modelo continuar sem servir os interesses dos munícipes, pela atividade efetiva do Teatro ao analisarmos, pelo menos, o último ano. -----

Desde essa primeira Assembleia Municipal que o PSD alertou para o facto. Já lá vão três anos e dezenas de intervenções feitas neste Órgão pela oposição nesta matéria. -----

Voltamos a esta questão, Senhor Presidente, porque estamos, de facto, convictos que esta situação pode e deve ser resolvida. Tendo em conta as justificações do Senhor Presidente neste

Órgão para nos tentar convencer que não era possível de forma nenhuma resolver a situação é no mínimo, para não dizer outra palavra mais forte, preocupante... Ver a atividade mensal do Teatro e tentar perceber por que raio de razão não se consegue arranjar aqui uma alternativa. Vejamos e volto a falar de meses que já falei na última Assembleia ordinária! Junho: 7 eventos; julho: 2; agosto: 0; setembro: 2. E vamos agora continuar, que na altura não tínhamos estes meses de Inverno: outubro: 6; novembro: 8; e dezembro, neste momento e na informação escrita só temos ainda 2 porque, suponho eu, que haverá mais para a frente, com certeza. -----

Será que as coletividades/associações do Concelho não aceitariam a proposta de fazer algumas das suas atividades nestes meses menos concorridos? Claro que aceitariam, Senhor Presidente. --

É inadmissível que um investimento desta natureza esteja literalmente às moscas durante estes meses e, por outro lado, temos as nossas associações a reivindicar o espaço que tanto merecem!

Segundo ponto – O Município continua, e bem, repito, e bem, a fazer protocolos que visam a atribuição de apoios com as associações do município para ajudar as mesmas em eventos sociais ou culturais. O último que veio ao nosso conhecimento foi o protocolo de 24.000 € para a Queiró. Está tudo muito certo. A única coisa que questionamos aqui é, e prometo que não foi nada articulado nem alinhado com o Senhor Presidente das Cortes, que critério está a ser utilizado com estes novos protocolos que comprometem, obviamente, mais despesa nova quando os assinados, e falo agora especificamente dos 2.500 € para eventos nas freguesias, continuam por liquidar. 2.500 € e fomos assinar protocolos novos. Não ponho aqui em causa o protocolo, pelo contrário, de 24.000 €. Portanto, gostaria de o ouvir sobre isto. -----

Terceiro ponto – Como na última Assembleia Municipal ordinária o PSD trouxe o tema da segurança e o Senhor Presidente não nos respondeu à pergunta do Conselho Municipal de Segurança, voltamos a questionar: como têm corrido os trabalhos do Conselho Municipal de Segurança? Sendo este um Conselho Consultivo do Executivo Camarário, gostaríamos de saber como têm sido os contributos deste Conselho nesta matéria. O Conselho Municipal de Segurança está criado desde 2019 e nunca nos foi dado conhecimento do seu trabalho, os contributos emanados. O que é que se passa com este Conselho? Existe, não existe, trabalha ou não trabalha?"

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou agradecendo "todas as questões que foram aqui suscitadas. -----

Começo exatamente por uma das primeiras questões que tinha a ver com a Escola EB1 do Canhosô. Dar nota que a abertura do concurso para a contratação de empreitada está na calha, ou seja, é só abrir o concurso. Havia o problema do projeto e, neste momento, estamos em condições de lançar a empreitada, assim ela não fique deserta, lamentando pelas razões que já me escuso a massacrar-vos com as explicações porque são conhecidas de todos. -----

Dar aqui uma nota relativamente à iluminação. Já falei de manhã, mas aprofundaram um pouco mais a questão. Em primeiro lugar, dar nota de que, em determinada altura, a propósito de uma questão suscitada já não sei por qual dos senhores deputados ou deputadas municipais, disse que iria dar instruções aos serviços para aumentarem até 100% a potência instalada, digamos assim, da luminosidade das armaduras led, o que está a ser confirmado pela Comissão de

Acompanhamento do contrato que é formada por três elementos que são trabalhadores da Câmara e uma empresa adjudicatária do contrato de eficiência energética. Portanto, é um técnico do Município, um técnico independente e outro da empresa. São três técnicos. De forma a quê? A garantir a luminosidade no máximo da sua potência. Fomos dos primeiros municípios de Portugal a avançar com este sistema de eficiência energética. Claro que agora já temos outro de outra geração e é por isso que vamos lançar o concurso com vista à celebração de contrato de eficiência energética para a iluminação pública. A ideia é, na primeira reunião, porventura de janeiro, da Câmara Municipal, levar o assunto e vindo cá quem elaborou o caderno de encargos, dando as necessárias explicações técnicas com todos os elementos relativos a esse mesmo caderno de encargos para que depois tragamos aqui à Assembleia Municipal, façamos o debate e votemos aquilo que se propõe. É algo que está para urgente e para breve. -----

O novo procedimento, como já referi, inclui todo o Concelho. Estamos a falar da substituição de armaduras LED's já instaladas na cidade por outras tecnologicamente mais recentes e mais potentes nos locais onde a luminosidade é reduzida e é notoriamente reduzida em muitos casos, independentemente de ter havido ou não substituição dessas armaduras. As que forem retiradas são depois aplicadas em sítios onde não é necessário tanta luminosidade. É uma questão de racionalizar a sua aplicação e distribuição. -----

O novo contrato vai abrir para a restante área do Concelho. Portanto, não é só na cidade. Vamos alargar a todo o Concelho da Covilhã e prevê medidas de substituição das luminárias equipadas com lâmpadas de tecnologia convencional por novas luminárias LED. São 19533 luminárias. Dar nota que, a par disso, será instalado um sistema de gestão dessas mesmas luminárias e a instalação de o Pax. O que é isto? Unidades de produção de autoconsumo em edifícios municipais, como aqui também referi a propósito das questões ambientais para tornar mais eficientes e mais sustentáveis os edifícios municipais. -----

Serão ainda implementados os projetos piloto das luminárias híbridas que já aqui falei (solar, eólica e ligação à rede elétrica) e um sistema de CCTV integrado, portanto com um controlo remoto e com imagens dos sítios. Também vamos ter luminárias viárias, portanto nas vias, de alta eficiência energética. -----

A questão será mais aprofundada quando no Executivo a debatermos e depois os respetivos técnicos vierem lá e aqui explicar ainda melhor e com conhecimento profundo desta matéria. ----

Falava-se aqui no Pelourinho, mas sei que já está esclarecida. Se há zona da cidade que está bem servida de acesso para cidadãos com mobilidade reduzida, é exatamente o Pelourinho porque tem rampas. Os jovens têm a tendência para não olhar para essas coisas porque felizmente ainda não precisam, o que é natural, felizmente para eles. Mas olhem que os mais idosos têm a possibilidade de circular com mais facilidade. Foram obras que já foram feitas há mais de quatro anos e lá estão, quer para acesso às paragens dos autocarros ou os abrigos de passageiros, quer para os edifícios da área envolvente de toda a Praça do Município. -----

Entretanto, ao Senhor Presidente do Peso e Vales do Rio, o que há a dizer nesta matéria são desertos. Se alguém tem experiência disso é mesmo o Senhor Presidente que já na qualidade de Presidente de uma IPSS, ficou-lhe a obra deserta. Na qualidade de Presidente da Junta, ficou-lhe deserta a obra do Centro Interpretativo do Brulhão. Portanto, tem muita experiência e pode dizer-

nos quais são as dificuldades que todos sentimos. Se à sua escala tem essa dificuldade, veja também a nossa. Aliás, eu já aqui referi por diversas vezes que há empresários da construção civil que já dizem, e estão no direito de o dizer obviamente, que só concorrem a obras de não sei quantos milhões ou de centenas de milhares de euros e que não vão as obras pequenas. Mas isso, como digo, são efeitos colaterais da guerra, estamos a falar de inflação da guerra e da pandemia, dificuldade de mão-de-obra, execução do PRR em simultâneo em todo o território nacional, estamos em ano de eleições, onde há sempre, comprovadamente, mais obras em todos os sítios do país... Para além disso, em cima da inflação e destas dificuldades, também há especulação. Vamos rever; vamos subir mais um pouco. É claro que também não podemos ser exagerados nisso porque temos que defender as finanças públicas, a saúde das nossas finanças e o interesse público.

O reforço das Juntas de Freguesia será obviamente alvo de uma adenda ao contrato interadministrativo e será submetida à aprovação, primeiro na Câmara e depois virá aqui também à Assembleia Municipal. Sublinhar esta nota que é importante: a atualização do contrato interadministrativo com as Juntas terá como base o incremento ou aumento, como quisermos chamar, de 5% para todos, não havendo revisão de áreas ou outros parâmetros. Portanto, é essa orientação que temos.-----

Construção da rotunda no cruzamento do TCT com via de acesso a Boidobra – Encontra-se a ser elaborado o respetivo projeto e a ser feita a aquisição de terrenos particulares necessários à sua construção, estando prevista a sua conclusão e abertura de concurso para a obra no início do segundo trimestre de 2025. É a previsão dos serviços. -----

Desconhecemos a existência do projeto aqui referido pelo Senhor Deputado Vítor Tomás Ferreira. Não estou a pôr em causa que o tenha entregue, mas não temos nota dele. -----

Rua Comendador Gomes Correia – Passo lá todos os dias e o meu carro também lá dá uns saltos, sobretudo quando aparecem uns buracos. Qual é que é o problema desta rua? Não está na questão da pavimentação. Se fosse só pavimentação estava resolvido o problema há muito tempo. É que esta rua tem que ser toda esventrada. Ela e todas as outras que o Senhor Deputado Vítor Tomás Ferreira aqui referiu. Ou seja, é uma obra conjunta com a AdC, temos que remover toda a tubaria, todas as infraestruturas de saneamento e de água que ali existem, para além de outras entidades, naturalmente, e isso vai levar uma eternidade. Podemos fazer uma opção. Aliás, já uma vez em conversa com o Senhor Eng.º Jorge Vieira, nas reuniões frequentes que temos relativamente a questões de obras, cheguei a alvitrar e não está afastada a possibilidade (porque pode demorar muito ainda a concretização dessa obra mais profunda nessas ruas), que é alcatroarmos. Mas mais tarde é removido o alcatrão e acho que é um contrassenso porque depois estamos a remover o alcatrão para fazer novamente obras. Se elas forem feitas só daqui por muito tempo, vale a pena, se calhar. Isso é uma questão que ainda estamos a refletir. Não é coisa que demore muito, embora aqui tenhamos de ter em atenção uma coisa: é que o esventramento da rua faz com que tenhamos ali dificuldade nas alternativas. As pessoas que ali residem e muitas delas são maioritariamente pessoas idosas vão ter graves dificuldades a entrar em casa, a sair de casa, na alternativa,... O estacionamento hoje é o que é. Imagine-se com as obras. Mas as obras têm que se fazer e aí já respondo também à questão do parque de estacionamento da escola. Ela é para servir a Escola em primeiro lugar, os Refugienses, o Rancho do refúgio, o restaurante que também existe nas imediações e qualquer concidadão nosso que ali queira e precise de estacionar

o veículo. Portanto, não há obras sem incómodos e, de facto, é mais uma onde isso também acontece. -----

Falou-se aqui em protocolos dos 2.500 €. Acho que foi a Senhora Deputada Vanda. Dar nota que as Juntas de Freguesia que apresentaram comprovativos da despesa estão todos liquidados. É preciso é que tenham entregue os comprovativos da despesa. -----

E, já agora, uma nota importante relativamente às compensações de eventos que não foram apoiados, eventualmente, por qualquer circunstância ou obras que não terão sido apoiadas: não podemos compensar retroativamente essas obras. Seria ilegal. Seria um crime de prevaricação, responsabilidade criminal, responsabilidade civil e responsabilidade reintegratória, ou seja, o Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores que votassem uma compensação dessa natureza íamos todos sentarmo-nos lá em baixo naquele banco duro de madeira e o nosso bolso, o nosso património respondia por isso. Podemos olhar para o futuro, nunca para o passado. Compensações nesse aspeto não é possível porque seria violar flagrantemente a lei e ainda por cima neste caso, com dolo, ou seja, com intenção e, portanto, nem pouco mais ou menos o podemos fazer. -----

O Senhor Dr. Vítor Tomás Ferreira referiu aqui que caiu o teto em cima de uns meninos. Não caiu em cima de ninguém e não foi no infantário. No infantário oportunamente foram realizadas obras. No mesmo edifício há, digamos assim, uma “separação”. Foi mais urgente avançar-se, na altura, só e apenas com o jardim-de-infância e agora vamos intervir na antiga sede da Junta de Freguesia ou que estava destinado a ser Junta de Freguesia do Canhoso e aí é que caiu um pedaço do teto e já foi há mais de um ano. Não foi agora. -----

O Senhor Deputado e Presidente da Junta Marco Gabriel fala da informação escrita como se ela tivesse que conter estratégias futuras. A informação é informação, não é nenhum documento de planeamento. Os documentos de planeamento é que contêm estratégias e uma visão prospetiva daquilo que se pretende fazer. A informação é relatar o que já se fez. Não é o que se vai fazer, caso contrário, não fazia sentido trazer aqui a informação. A informação, no fundo, é carrear para os vossos computadores e para os vossos meios de receção de informação essa mesma informação daquilo que a Câmara fez durante desde a última Assembleia Municipal até agora. Não é um documento virado para o futuro. Virado para o futuro são as Grandes Opções do Plano e é o Orçamento. -----

Teatro Municipal – Contrariamente àquilo que é percecionado, tenho o número de acolhimentos e o número de espetáculos. Não o trouxe, mas posso fazê-lo chegar a todos e não só ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Vão ter uma surpresa. É que o número de acolhimentos é deveras significativo. -----

O que é que acontece connosco? É simplesmente isto. Nós temos, felizmente para nós Covilhanenses e reporto-me a todo o Concelho, um fortíssimo e numeroso movimento associativo. Temos muitas associações. O ano tem, no ano bissexto, 366 dias e, portanto, só de associações quase que dava para ocupar um dia por cada associação. Há que equilibrar as coisas. Há que ser parcimonioso. -----

Tem havido um problema. Tenho-o acompanhado e estou a ajudar a resolver o assunto conjuntamente com o Senhor Diretor: temos monitorizado o assunto. Passa pelo reforço de mais meios técnicos. Convém não esquecer que há muitos eventos em dias não úteis, estou a falar de sábados, domingos, feriados, e isso implica, para cumprirmos as leis laborais, que os trabalhadores não possam no dia seguinte estar disponíveis para trabalhar naquela importante infraestrutura que é o Teatro Municipal. E, portanto, temos que arranjar outra equipa. Estamos a trabalhar noutra equipa para reforçar o trabalho do Teatro Municipal. Não estou a dizer que é a solução mirífica, nem é a panaceia, mas vamos de certeza atenuar as dificuldades existentes e alguns descontentamentos que entendo que são legítimos e compreensíveis, mas acreditem que sei que não é má vontade do Senhor Diretor porque ele é programador. Ele tem um programa do Teatro e temos que compaginar a utilização do Teatro em termos da programação que ele elabora com aquilo que são os acolhimentos relativamente a iniciativas das nossas entidades, sejam elas culturais, desportivas, educativas, recreativas. Portanto, dizer que o assunto está a ser acompanhado com preocupação no sentido de ir ao encontro das pretensões de todos. -----

O Conselho Municipal de Segurança reúne com frequência. Há um Conselho Municipal de Segurança Alargado e um Restrito. Obviamente que o Restrito é aquele que reúne mais vezes, que é com os responsáveis das forças de segurança, e é feita sempre uma análise detalhada e rigorosa de tudo o que está a acontecer em termos de segurança na Covilhã. Por razões óbvias, não se fazem atas e não se publicita o que se discute nesse Conselho. Como hão de compreender, se estamos lá a tratar de coisas de segurança que implica sigilo, segredo de justiça e coisas do género, não podemos vir publicitar o que lá é tratado e feito. Sei que não questionam e não põem em causa a competência e o rigor com que os Senhores Comandantes das forças de segurança ali reportam, trabalham, analisam e “deliberam”. Há decisões que se vão ali tomando e que nos orientam em muitas políticas que temos de adotar nesse domínio. Ele funciona e felizmente funciona bem. Infelizmente também, não pode evitar a existência de alguns focos ou de alguma criminalidade que possa existir ou de outro tipo de insegurança que não só e apenas no domínio do direito criminal ao direito penal. Uma coisa estranha: sabem que quem fez a lei, e é-me indiferente quem foi, esqueceu-se que o Comandante dos bombeiros devia lá ter assento. Como se o Comandante dos bombeiros não fosse importantíssimo em termos de segurança. Estão sempre mais preocupados, sejam quais forem os partidos ou os governos, em alterar o nome das coisas, alterar as siglas e costume dar o exemplo paradigmático da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Então a Autoridade Nacional de Proteção Civil não é para as emergências? Mas alguém se lembrou que tinha que lá pôr “emergência”. Não é mais bonita?! É um acrónimo mais comprido, em vez de estarem preocupados com o conteúdo. -----

Não fujo à questão dos sanitários. Confesso que tem sido uma coisa muito difícil. Já tive equacionadas várias hipóteses. Umas não são práticas. Outras são profundamente inestéticas, não se adequam e não se compaginam com o nosso meio urbano ainda por cima sendo nós Cidade Criativa da UNESCO na área do Design. Não podemos ter qualquer tipo de equipamento ou de infraestruturas, designadamente na zona histórica ou no centro da cidade, que fira esteticamente aquilo que deve ser harmonioso. Duas das soluções já encontradas eram altamente eficientes do ponto de vista da solução desse problema, mas eram profundamente inestéticos e, até que se

encontre melhor solução, não tenho nada contra a reabertura dos atuais sanitários existentes com pequenas obras de requalificação. -----

Contentores com pedal – Falei aqui de manhã na questão dos bio resíduos e dos resíduos têxteis e obviamente que essa matéria é da maior importância. Todos vamos com frequência junto desse equipamento urbano para lançar o lixo fora e sabemos que colocar lá as mãos não é coisa agradável ao comum do cidadão, isto em termos higiénicos, mas também sobretudo a quem tiver dificuldade em puxar a tampa que é pesada. É uma boa achega se bem que, como digo, a AdC tem esse assunto já em andamento. -----

O reforço da limpeza é sempre muito importante na nossa cidade. Somos uma cidade universitária com muitos jovens, com os compreensíveis excessos (nem todos, mas há muitos que são compreensíveis). Todos já fomos estudantes. Fui estudante universitário e era na alta da cidade de Coimbra que estava na época para Coimbra como hoje esta está para a Covilhã e bem sabemos das pequenas tropelias que a gente fazia. De facto, não há dúvida que o reforço de limpeza é efetivamente muito importante porque juntam-se 200, 300 jovens, são bebidas, são depois os desmandos nas arcadas, etc. e isso obviamente causa constrangimento, mas temos a AdC no dia seguinte sempre a limpar. Claro que enquanto não limpa naquele íterim, naquele intervalo, obviamente que os cheiros ou os resíduos ali existentes não são agradáveis para ninguém. -----

Requalificação da Avenida 25 de Abril – É uma via muito estruturante da cidade. É a principal ligação entre a zona baixa e a zona alta da cidade que merece uma abordagem muito delicada. Sou daqueles que entende que deve ser consultada a população para as soluções que devem ser ali implementadas. Aliás, já fui explícito em dizer que não está no nosso horizonte, muito menos até ao final do mandato, abalançarmos essa obra. A minha opinião é que o próximo executivo deve abalançar-se a ela, não sem antes, obviamente, ouvir os nossos concidadãos para as soluções, desde logo a começar pelo piso, se eliminamos o estacionamento ou se alargamos os passeios, se substituímos as árvores cortando as que lá estão (para as manter temos que eliminar os estacionamentos). Enfim, há aqui uma série de problemas que têm que ser equacionados. -----

E já agora, se a Rua Comendador Gomes Correia for objeto de alcatroamento também vai precisar de umas lombas para que os utentes mais atrevidos se lembrem que o carro pode ficar danificado, quando não se pensa nas pessoas. -----

Multibanco – Em primeiro lugar, desmistificar uma coisa: a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia não têm a obrigação de instalar, subsidiar ou apoiar multibancos. Não é obrigação legal das juntas de freguesia ou das câmaras municipais instalar equipamentos ATM. Isto que fique muito bem claro para todos. Não está nas atribuições e competências da Câmara. Claro que, no âmbito daquilo que é o serviço de proximidade, o apoio sobretudo à população mais idosa nos sítios onde é mais difícil aceder a um serviço destes, deve, em meu entendimento, haver um apoio. Agora não podemos andar aí a semear multibancos por tudo quanto é sítio senão em cada bairro, em cada rua havia um multibanco. Em sítio estratégico, sim senhor, como ali nos Penedos Altos e aliás, a solução está em marcha. -----

Já agora, dar uma nota: o da Central de Camionagem não custa nada ao Município. Porquê? Porque a SIBS assume as despesas relacionadas com isso, exceto, claro, a eletricidade. Estamos a falar de uma despesa que é praticamente simbólica no custo de uma infraestrutura como aquela. O facto

de existir um multibanco ali perto não invalida a existência daquele porque há muitos concidadãos que não são da Covilhã, chegam à Central de Camionagem, querem levantar dinheiro, fazer uma transferência ou querem fazer uma operação que se faz nessas máquinas ATM e desconhecem se existe alguma perto. Os Covilhanenses sabem, mas quem vem de fora não sabe. E, portanto, se somos uma cidade de turismo, de acolhimento, uma cidade do conhecimento, universitária, se chega muita gente por autocarro, quer utilizar um multibanco, está ali à mão de semear. Está sinalizado e vão lá. Portanto, dar nota de que este não custa nada, tal como o da Estação, ou seja, custa apenas o espaço. Pagamos 200 € por mês de renda ao dono da loja onde ele é incrustado na parede. -----

Claro que também convém fazer outra distinção: os aparelhos desta natureza, que são propriedade dos bancos, e os da SIBS. A SIBS é uma entidade diferente do normal operador bancário, chamemos-lhe assim, daí talvez a diferença de custos nalguns sítios. Claro, quanto mais distante, normalmente mais caro é. -----

Ainda relativamente aos médicos e o caso de Vale Formoso, a informação que tenho é que o médico vai lá. Não está lá todos os dias, mas vai lá. Depois Vale Formoso, felizmente, está perto de Belmonte, onde está outro Centro de Saúde e aqui que não há fronteiras na saúde. Tal como há pouco referiu, e bem, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua veste de clínico e ex-responsável pelo Centro Hospitalar, dos 900 pacientes que aguardavam cirurgia, 400 são da Guarda. Portanto, não há fronteiras na saúde, daí a virtude do SNS, que é universal, tendencialmente gratuito e que não destriça ninguém, seja quem for. Claro que o ideal seria que estivesse lá um médico o dia todo. Estamos de acordo. Mas o ótimo é inimigo do bom. -----

Julgo, no essencial, ter respondido às questões dos senhores deputados municipais.” -----

- Solicitou o uso da palavra o Senhor **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)** para dizer que “ficaram duas questões por responder. -----

Se calhar no mesmo tom que o senhor me respondeu, vou fazê-lo de forma alegre e dizer-lhe que, no que respeita ao protocolo da Rota das Pontes, o Senhor já tinha cortado a fita quando se propôs o protocolo à reunião de Câmara, ou seja, foi elaborado pelos técnicos, foi aprovado pelos senhores políticos e eu pergunto se andamos a brincar à política. Se já tínhamos cortado a fita e a Câmara já sabia que não podia pagar uma despesa já realizada, o que é que os senhores em reunião de Câmara andaram todos a fazer? -----

Segunda questão: relativamente ao protocolo dos sapadores ainda não me respondeu. De abril a dezembro não foram pagos os 12.000 €. Há um problema de natureza jurídico-financeira. O Senhor ainda não me respondeu à questão porque é que ainda não foi pago. -----

Voltando só um bocadinho atrás e já que não se podem fazer estas compensações à Junta de Freguesia, foram 40.000 € nos parques infantis, 10.000 € na Rota das Pontes que os senhores ainda não pagaram, tenho o projeto feito e orçamentado para o Complexo da Bouça. Podemos avançar, Senhor Presidente. Com o protocolo, fazemos a obra durante o próximo ano. -----

Quando citou os protocolos, fê-lo num tom jocoso que eu bem percebi e quem está prejudicada é a Freguesia de Cortes do Meio, não é Jorge Viegas. É a freguesia de Cortes do Meio, a qual represento. E muito investimento se tem feito! -----

O que lamento é que os presidentes da Junta ainda tenham que vir à Câmara Municipal com uma cesta na mão a pedir. Isso é que eu ainda lamento.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “não há aqui nenhuma nem acrimónia nem discriminação. Está a ser injusto e mais não digo.” -----

3.5 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2025; MAPA DE PESSOAL PARA 2025; LISTAGEM DE PRÉDIOS MUNICIPAIS, POR FREGUESIA, PARA ALIENAÇÃO; TABELA GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS; TABELA GERAL DE PREÇOS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 de novembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas *a)* e *o)* do n.º 1 do artigo 25.º, conjugado com as alíneas *c)* e *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º todas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, através do ofício n.º 6544 de 02.12.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- **Ausentou-se da sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, o Senhor Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, não participando na apreciação e na votação do assunto.** -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “É o último Orçamento que estamos a discutir, pelo menos deste mandato. É conhecida a nossa reivindicação relativamente à estrada de ligação entre Cortes do Meio e Penhas da Saúde, que apelidamos “Estrela Sul” porque, de facto, vem servir o Sul do Concelho, e estamos no último ano de mandato, no último Orçamento, e não

vislumbramos nenhuma decisão. Infelizmente estou aqui com a minha colega de Unhais da Serra e a bola sempre foi para um lado e para o outro. Ouvi com atenção as últimas declarações do Senhor Presidente da Câmara relativamente à estrada de Unhais da Serra. Diz que há dinheiro, que há vontade e que não há pareceres. Relativamente à Estrada das Cortes, há pareceres todos positivos. Pelos vistos há dinheiro. Eu pergunto-lhe se há vontade ou não há vontade de fazer a estrada. Esta sua resposta condicionará o meu voto relativamente ao Orçamento.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** (**Doc.19** com as alterações feitas na leitura do documento) **“Orçamento para 2025, as previsões apontam:** -----

Para um montante global de 64 milhões de euros, repartidos por 48 milhões de euros de receitas correntes (75%) e 15 milhões de euros de receitas de capital (25%). -----

Quanto à Despesa é apresentado um montante de 40 milhões de euros (63%) em despesa corrente e 23 milhões de euros (36%) em despesa de capital. -----

Esta estrutura de Receitas e Despesas proposta para 2025 representa o maior orçamento apresentado desde 2022 (46, 47, 57 e agora 64 milhões de euros, respetivamente), coincidente com o último ano de mandato. -----

Se era de esperar que esta evolução se transformasse no aumento da percentagem das despesas de capital por forma a concretizar obras e projetos que se arrastam desde o início do mandato, aquilo que a realidade dos números nos demonstra é o seguinte: -----

Percentagem das Despesas de Capital sobre as Despesas Totais -----

2022 - 18,1 / 46,2 M€ - 39%; -----

2023 - 16,4 / 47,3 M€ - 35%; -----

2024 - 22 / 57, M€ - 38%; -----

2025 - 23,5 / 64, 1 M€ - 36%; -----

Significa que, entre 2022 e 2025, enquanto as despesas de capital aumentaram 5,4 M€ (cerca de 30%) as despesas correntes aumentaram 12,5 M€ (cerca de 45%). -----

Deixamos a pergunta: esta evolução do aumento de despesas correntes está hoje a significar maior capacidade operacional interna para melhorar a qualidade de vida das pessoas? Ou significa um aumento do peso da estrutura nas verbas disponíveis, quer seja através da cobrança de impostos e taxas municipais, da participação do município nos impostos do estado ou a venda de bens e serviços, para investimento municipal em todo o concelho? -----

É que apesar deste aumento das despesas correntes, que poderia significar mais operacionalidade na resposta e decisão, aquilo a que vamos assistindo é que a estrutura interna se tomou uma máquina pesada, burocrata, ciosa de despachos e decretos, de normas e regulamentos, mas que não funciona por si, precisa bastas vezes da ordem de quem lá está em cima. -----

Veja-se o caso do Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias aqui aprovado nesta Assembleia. Afinal não basta existir regulamento, não basta a freguesia se candidatar, não basta o vereador dar despacho a propor a atribuição de verbas. É preciso o senhor presidente decidir. Significa que

uma candidatura submetida por uma freguesia à câmara municipal, em setembro de 2023, aguarda em dezembro de 2024 por uma etapa que efetiva a decisão de atribuição de apoio submetido em sede de Regulamento Municipal. Não são acordos que se fazem quando se está a cortar a fita! É um regulamento municipal. Ninguém contratou nada quando se estava a cortar a fita. 15 meses para decidir! -----

Uma máquina que não consegue apresentar com clarividência as obras e projetos novos que se propõe realizar. Quando dizemos clarividência, falamos da necessidade de a Câmara Municipal prestar informação em que defina claramente os objetivos para o ano e que se comprometa com metas. E sei muito bem a diferença entre informação escrita e planeamento. -----

O que fomos assistindo ao longo dos orçamentos destes últimos mandatos é que há obras que se arrastam nos planos e nunca foram concretizadas, obras que diminuem orçamento em contraciclo com as afirmações e compromissos do executivo camarário. Obras que saem do plano e orçamento sem se saber muito bem porquê. Obras que entram e rapidamente são executadas. Obras que não estavam nos planos e são realizadas. Houve de tudo, há vários exemplos e todos sabemos que isso aconteceu. -----

Vejamos o caso do Desporto para percebermos que o Orçamento não bate com o plano estratégico:

Refere o Orçamento -----

*"O Município da Covilhã continuará a promover uma política desportiva sustentada na prática de atividades desportivas e de lazer. Ao nível do desporto os investimentos mais significativos será a **construção da piscina municipal, a reabilitação do campo nº 2 do Complexo Desportivo, a reabilitação da pista de atletismo, o pavilhão municipal e a empreitada para a conservação e manutenção da piscina praia.**" -----*

Vejamos o Plano estratégico de desenvolvimento desportivo municipal Covilhã 2021-2030, aprovado nesta Assembleia Municipal. -----

- **Construir uma piscina ao ar livre (Covilhã/Canhoso); -----***
- Construir uma piscina coberta (Covilhã / Canhoso); -----*
- Desenvolver uma rede de percursos de BTT, Downhill e Trai! em estreita ligação ao conceito de "Serra"; -----*
- Desenvolver ciclovias na cidade; -----*
- Construir um pavilhão desportivo na Boidobra; -----*
- Construir um pavilhão municipal multiusos na cidade com capacidade para receber eventos de maiores dimensões de âmbito nacional e internacional; -----*
- Construir/Requalificar 5 Grandes Campos nas freguesias: Boidobra, UF Covilhã/Canhoso, Cantar Galo/Vila do Carvalho, Teixoso/Sarzedo, Tortosendo; -----*
- Construir/Requalificar 11 pequenos campos do tipo polidesportivo descoberto, explorados por entidades públicas e uso livre nas freguesias: Cantar Galo/Vila do Carvalho (1), Dominguiso (1), Paul (1), UF Peso/Vales do Rio (1), Ferro (1), Tortosendo (4) e UF Covilhã/Canhoso (2); -----*

- **Requalificar a pista de atletismo do Complexo Desportivo;** -----
- *Reconstruir/Requalificar a Piscina Municipal ou sua transformação para piscina descoberta;* ----
- *Requalificar os circuitos de manutenção nomeadamente na Freguesia do Tortosendo, na Pousadinha em UF Vila do Carvalho/Cantar Galo, e na Floresta em UF Covilhã/Canhoso;* -----
- *Recuperar a cobertura do pavilhão da UBI;* -----
- *Instalação Desportiva especializada para a prática de judo;* -----
- *Circuitos alternativos e seguros à pista de Atletismo para o cidadão comum;* -----
- *Desenvolver um Centro de Alto Rendimento a Altitude;* -----
- *Construir um centro de acolhimento e apoio à prática de desportos de natureza (Desporto e Turismo) como Pedestrianismo, BTT, Trail, entre outros. Infraestrutura situada em local estratégico de confluência da rede de percursos que poderá possuir: área informativa, wcs, zona de balneários, zona de lavagem e reparação de bicicletas.* -----

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 ficam muito aquém do Plano Estratégico. Nenhuma obra nas freguesias é realizada diretamente pelo orçamento municipal. -----

Mapa de Pessoal -----

O Município da Covilhã tem neste momento 719 trabalhadores, prevendo-se a contratação de novos 307 trabalhadores, entre os quais 119 assistentes operacionais (39 para o Departamento de Obras e 72 para a Educação, Cultura, Ação Social e Desporto), 65 assistentes técnicos, 80 técnicos superiores. Resta-nos esperar que o aumento de 42% do quadro de pessoal sirva para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, da eficácia na resposta aos municípios e freguesias, do aumento da capacidade de decidir e executar, a bem do Concelho da Covilhã. -----

Listagem de prédios municipais, por freguesia, passíveis de alienação -----

Esta é uma listagem incompleta por não contemplar o valor patrimonial atual dos prédios municipais. Para que serve afinal esta listagem? Todos os prédios urbanos ao serviço da habitação pública municipal são passíveis de alienação? Não deveria existir uma seriação, critérios para a alienação, a sua valorização? -----

Entenderíamos esta listagem se ela fosse acompanhada de um programa de alienação de habitação pública municipal aos inquilinos atuais, com condições vantajosas para os seus moradores. -----

Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e outras Receitas Municipais -----

A mesma devia ser acompanhada da evolução e estudo comparativo com municípios vizinhos por forma a enquadrar os valores estabelecidos. -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre o Orçamento para 2025, como já aqui referi várias e inúmeras vezes, irei ser coerente até final da minha participação nestas assembleias. O Orçamento como instrumento provisional obviamente é um instrumento da apresentação do

que é que se pretende fazer e, portanto, nunca votarei contra um orçamento porque esse Orçamento é da exclusiva responsabilidade do Executivo Municipal, que tem que demonstrar que tem capacidade de o executar. -----

É óbvio que não é o Orçamento do CDS. Não é o Orçamento da Coligação a que o CDS pertence. Não contém as prioridades que, em nosso entender, deviam ser priorizadas e podiam ser executadas no próximo ano. Mas é o Orçamento da Câmara. -----

Não posso deixar, de facto, de aqui dizer duas ou três notas muito breves. A primeira tem a ver com a forma como chegámos ao Orçamento e à forma como, mais uma vez, não é exercido o direito de audição prévia no âmbito do Orçamento. Cumpre-se a formalidade, mas de facto não se tem o cuidado de ouvir efetivamente nem de respeitar as propostas que são apresentadas. Este ano tivemos uma novidade: não está cá o Vereador com o qual reuni, que foi o Senhor Vereador José Miguel Oliveira, mas foi-me dito que “este ano, o Direito de Oposição vai ser feito de uma maneira diferente. Vamos fazer primeiro uma apreciação global e depois vamos já a afinar com as propostas que vocês já puseram. Vamos ver o que é que conseguimos fazer, o que é que vai estar incluído no Orçamento para discutirmos e para sabermos o que é que se consegue fazer.” -----

Infelizmente ficámo-nos pela primeira reunião. Obviamente que dissemos aquilo que dissemos ao longo dos últimos anos que foi reiterado propostas atrás de propostas, ano após ano, que nunca foram incluídos no Orçamento e reiterámos nestas propostas, mas incluímos uma nova por escrito que é uma proposta que deve ser ou que deveria ser atendida o mais depressa possível por este Executivo no concelho da Covilhã que se chama um Centro de Apoio Social onde se consiga dar um espaço para que as associações condignamente prestem apoio social aos cidadãos que necessitam da Covilhã. Demos inclusivamente a solução. Propusemos, em cima da mesa, o edifício do Bolinha de Neve que não tem condições para mais nada, mas tem condições para isto. É um local central com acessibilidades, onde as pessoas carenciadas podem aceder facilmente em transportes públicos, podem ser atendidas e podem ser acompanhadas. Onde é que isso está? Não está mais uma vez! Mais uma vez vemos um PS autista a governar e a governar-se para si próprio e é este, de facto, o instrumento que temos hoje aqui para aprovar. -----

Numa das últimas assembleias fui aqui quase criticado por ter falado, naquilo que tinha na informação escrita do Senhor Presidente, da questão do Turismo que se limitava a comprar bonés para oferecer bonés e a fazer almoços e jantares com entidades. E eu preocupado porque, quando vejo este Orçamento, vejo que o valor que está nas Grandes Opções do Plano para 2025, em termos de comércio e turismo, é um valor de 12.000 €. É para continuar a comprar bonés e canetas porque não dá para mais nada! Não dá para fazer investimento, nem campanhas de turismo ou promoção do nosso turismo da nossa cidade. Não dá! -----

Temos que ser honestos, realistas e, de facto, honestos intelectualmente com as pessoas e dizer que, afinal de contas, aquilo que andamos aqui a dizer são bazófias às pessoas para as pessoas comerem com batatinhas porque, na prática, não se vai fazer absolutamente nada. -----

Por último, relativamente às questões técnicas e às questões dos números em concreto, dou aqui por reproduzido os argumentos que constam da declaração de voto dos Vereadores na Câmara Municipal e que já aqui foram levantadas algumas questões e obviamente com as quais me identifico. Não posso deixar aqui de referir uma questão que eu acho que é preocupante para o

Concelho da Covilhã. O Concelho da Covilhã tem, como sabemos, 45, 46, 47.000 habitantes e tem este Orçamento para 2025 de 64 milhões €, com um aumento extraordinário e não é por acaso que será ano eleitoral e, portanto, seria natural. O que me preocupa não é isso. É que temos que ver o que é que está à volta e vemos que, por exemplo, no Fundão, um Concelho com cerca de 8000 e poucos habitantes apresenta um orçamento para 2025 de 69 milhões €. Ou seja, pela primeira vez na história da municipalidade em Portugal desde o 25 de Abril, o Concelho do Fundão, com 8000 habitantes, apresenta um orçamento superior ao da Covilhã e não vou discutir a exequibilidade dos orçamentos porque a exequibilidade dos orçamentos também sabemos o que é que a nossa casa gasta mais do que ninguém e sabemos que aquilo que tem que ser gasto em despesa corrente, mas fazer obra, a taxa de execução é baixíssima e sabemos disso. -----

Mas aquilo que tenho aqui para dizer é uma coisa muito simples e não critico o excesso de ambição do Município do Fundão, agora obviamente que tenho que aqui criticar a falta de ambição da Covilhã e a falta de ambição deste PS que se contenta com pouco. “Vamos aqui a fazer alguma coisita, mas sem definir prioridades.” -----

Quem se dá ao trabalho de não estudar as coisas, quem não vê as coisas efetivamente vê que o Orçamento do Fundão, a maior parte deste aumento de valor, tem uma finalidade concreta que se chama construção de habitação. A Câmara do Fundão tem previsto executar cerca de 30 milhões € em habitação. A de Covilhã quanto é que tem? Seis? Sete? É uma chatice, não é?! Se calhar temos que pensar que não é por acaso que as pessoas vão começar a viver para o Fundão. Não é por acaso. Não é, senhor Presidente? É isso é que eu tenho para lhe dizer.” -----

Mais adiante retificou o número de habitantes do Concelho do Fundão para cerca de 26000. -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Começo por uma questão que o Senhor Presidente colocou como honestidade intelectual e vou-me pôr exatamente no mesmo patamar. Relativamente a um ponto que também faz parte do Orçamento e também o podemos analisar aqui neste ponto da ordem de trabalhos que é o Concelho da Covilhã aparece sistematicamente nas estatísticas como um dos concelhos com menor investimento na área do ambiente e então o Senhor Presidente vem esclarecer “calma porque grande parte do investimento é feito através das empresas municipais”. Agora pergunto eu: todos os concelhos usam bitola. O da Covilhã usa uma bitola diferente que é mais ou menos como irmos na autoestrada em sentido contrário e acharmos que todos os outros é que vão errados. Como é que conseguimos aferir aquilo que é uma estatística, que é usada para estudo, para avaliação e para tudo isso? A Câmara da Covilhã resolve andar na faixa contrária ou então o Senhor Presidente acha que, se a temperatura em Portugal se medir em *Celsius*, o melhor é a Câmara da Covilhã continuar a usar *Fahrenheit* e que a desonestidade intelectual é nossa? -----

O Orçamento Municipal de 2025 é de 64 milhões €, mais 6 milhões do que em 2024. Da análise do documento saltam à vista várias incongruências, das quais deixo algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara: -----

- Como justifica mais 22% nas despesas com pessoal, que agora se situa nos 20 milhões, ultrapassando os 1000 funcionários no final de 2025, levando esta rubrica a mais de 40% do Orçamento? -----

- As despesas com empréstimos aumentam 20%, mais de meio milhão de euros. Não está feita nenhuma menção à dívida à AdC, que é mais de 10 milhões €, e pergunto também a razão. -----
- A venda de bens e serviços aumentará mais de 75% para 2 milhões €. Em que baseia tal previsão? -----
- Os imóveis passíveis de alienação em 2020 valiam 240.000 €. Em 2024, falam em 660.000 €. Quem os avaliou? -----
- Outro ponto já recorrente da nossa chamada de atenção nesta Assembleia: as empresas municipais não estão a cumprir com as suas obrigações legais, não apresentando contas nem orçamento para o ano seguinte até 31 de outubro. Deste facto pode decorrer a exoneração dos órgãos sociais. A que se devem estes constantes e sucessivos incumprimentos, Senhor Presidente? -----
- Nas Grandes Opções do Plano verificamos a inscrição de obras com verbas insignificantes e enumeramos: -----
 - Parque da Goldra - 50.000 €; -----
 - Pista de Atletismo do Complexo Desportivo - 50.000 €; -----
 - Reabilitação do Campo n.º 2 - 50.000 €; -----
 - Piscina Praia - 100.000 €; -----
 - Pavilhão Multiusos - 100.000 €; -----
 - Estrada Montes Hermínios / Estrada do Casal da Serra - 75.000 €; -----
 - Estrada da Ponte de Alvares 100.000 €; -----
 - Pavimentação Canhoso-Covilhã - 50.000 €; -----

Obras antigas e de promessas eleitorais continuam a ser isso mesmo, promessas. Não há qualquer base orçamental para concluir nenhuma destas obras. -----

Está previsto algum aumento para as Juntas de Freguesia no âmbito da delegação de competências? -----

O nosso voto não pode ser mais do que a abstenção, dado que o Orçamento revela novamente insuficiência de informação, superdimensionamento das rubricas sem controlo orçamental para encaixe de obras de última hora, truques que já verificámos em anteriores edições de anos eleitorais.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Estamos hoje perante o maior Orçamento dos três mandatos deste Executivo Municipal. Um Orçamento que, para além de demonstrar ambição, reflete o reforço do posicionamento da Covilhã como uma cidade pujante e dinâmica, que se mantém como o principal motor de desenvolvimento da nossa região. E embora tenhamos aqui

alguns colegas Deputados Municipais que tenham algum fascínio pelo Fundão, esta é uma realidade. -----

Este é também sobretudo um Orçamento edificado numa estratégia clara de desenvolvimento e crescimento territorial que responde aos desafios do presente e projeta um futuro da nossa cidade e do nosso Concelho. De acordo com o Quadro Resumo 2, na página 32 do documento, constatamos mais uma vez que a despesa de capital é superior à receita de capital e este dado revela que a parte da receita corrente está a ser canalizada para investimentos estruturantes, ou seja, para o futuro dos Covilhanenses. -----

Particularmente, já tive a oportunidade de me manifestar nestes pontos em assembleias anteriores, é um motivo de enorme satisfação poder reiterar mais uma vez que este equilíbrio é uma constante. Este facto, por si só, é um indicador fundamental na avaliação da boa gestão financeira da Autarquia. -----

Destaca-se igualmente, da análise à evolução da receita no quadro 4 da evolução da receita orçamentada, o aumento superior a 5 milhões € nas receitas correntes mesmo num contexto em que os impostos, taxas e multas apresentam uma ligeira redução e este é um sinal claro de que o Município está a captar receitas de outras formas sem onerar cegamente os seus munícipes, inclusive mais à frente iremos votar uma dessas deliberações. Com este aumento de receitas correntes, conseguimos pagar ao pessoal, assumir novas competências transferidas pela Administração Central e, ainda assim, aumentar a nossa capacidade de realização e concretização de obra. É importante sublinhar: a obra está feita, continua a ser feita e está à vista de todos. É notório que o Pelourinho não é o mesmo Pelourinho de há 10 anos atrás, de há 15 anos atrás. A zona baixa da cidade não é a mesma de há 10 anos, de há 15 anos atrás. As próprias freguesias têm tido um investimento sem precedentes. É verdade: é preciso mais, mas esse investimento tem sido feito. Não se pode chegar aqui e dizer que não se fez nada porque tem sido feito e obras estruturantes para a vida daquelas pessoas que estão longe do centro do Concelho. -----

Ainda no mesmo quadro, nas receitas de capital, prevê-se um acréscimo de 1.5 milhões € em relação ao ano transato. Isto demonstra também a capacidade contínua do Município para captar investimento através de fundos comunitários, aproveitando de forma inteligente estas oportunidades de financiamento. -----

Já no quadro 6, que diz respeito à evolução da despesa, as despesas com pessoal registam um aumento de 3.7 milhões € e este é um elemento importante. Contudo, é essencial desmontar a narrativa que a oposição tenta constantemente impor, associando este aumento à criação dos *jobs for the boys* e este incremento está em linha com o aumento das transferências correntes, evidenciando que se deve às novas competências de transferências transferidas para o Município em cumprimento do princípio da subsidiariedade e esta lógica é semelhante à aplicada na União Europeia. Os recursos são transferidos para os territórios para que as necessidades sejam tratadas mais próximo das populações e está igualmente comprovado que a eficiência destes investimentos de proximidade é bastante maior quando assim são feitos. -----

Analisando o investimento em bens de capital, está previsto um aumento de 1.4 milhões € na aquisição de bens de capital relativamente ao Orçamento anterior e este reforço é mais uma prova de que continuamos a apostar no futuro dos Covilhanenses com um compromisso claro para um

investimento sustentável; um futuro na área da educação também, onde já existem provas dadas com a requalificação da Escola Secundária Frei Heitor Pinto que não tinha obra há dezenas de anos, e destaca-se agora o projeto da requalificação da Escola Secundária Campos Melo. Se alguém já deu provas que pode efetivamente investir no ensino no Concelho da Covilhã é o Executivo do Partido Socialista. Um futuro na Ação Social e na Saúde, onde se evidenciam a construção do Centro de Atividades, a instalação da Unidade de Saúde Familiar da Estrela, a melhoria do Centro de Saúde da Covilhã e a criação da Unidade de Saúde do Tortosendo. Um futuro para a rede rodoviária com a previsão de intervenções que visam melhorar a circulação e a segurança, dando continuidade aos trabalhos que têm vindo a dignificar a nossa cidade e o Concelho. Refiro-me à ampliação das infraestruturas no Loteamento da Quinta da Grila, à pavimentação da área urbana da Grande Covilhã, às obras na Avenida Montes Hermínios, à Ponte de Alvares, à ligação rotunda - Ponte do Ferro - Peraboa, à Ponte Pedrinha e os acessos Casegas - Sobral de São Miguel. -----

Mais uma vez, o Executivo do Partido Socialista tem provas dadas nesta matéria. Veja-se o caminho que vai até Cantar-Galo, Vila do Carvalho ou agora, recentemente, a avenida que liga ali o Jardim Público também à Universidade. Investimentos concretos que se realizam. E, por fim, também um futuro na área do ambiente. Este projeto é particularmente importante com a requalificação da Goldra. Já aqui foi dito que o Jardim da Degoldra era frequentado. Não é frequentado. É um parque que foi concebido sem o devido enquadramento e que se encontra entregue a si próprio e ao abandono expectável e difícil de combater sem a devida requalificação consubstanciada em estratégias e objetivos concretos para a sua realização. -----

Por último porque também há aqui a área do turismo. Não é possível que se diga que este Executivo não tem investido no turismo com uma presença na FITUR, com uma campanha de audiovisual sem precedentes que já deu provas dadas em todo o país, com números cada vez maiores. A melhor demonstração de que o Senhor Deputado está enganado são mesmo estes aumentos de dormidas e já não falo na questão dos caminhos pedestres, nas redes de miradouro porque inclusivamente no ponto que vem a seguir podemos perceber que o número de dormidas já aumentou 11% em 2023 e a época do Natal e do Fim de Ano ainda não está sequer contabilizada e estes números ainda vão aumentar. -----

Senhor Presidente, neste que será o seu último Orçamento apresentado, é importante dizê-lo: que caminho! Começámos em 2013 com contas desastrosas (e podem-se rir, que as contas eram mesmo desastrosas). Davam para rir, para não chorar. E hoje apresentamos um Orçamento robusto e bem estruturado. -----

Recuperámos a saúde financeira, o saneamento político, executámos bem os fundos europeus, pagámos a dívida e, ainda assim, continuamos a investir no futuro da Covilhã e dos Covilhanenses.

A boa gestão e a visão estratégica deste Executivo são um exemplo a seguir. Continuamos a investir, a pagar as dívidas herdadas e a tecer o futuro. E não há melhor exemplo de compromisso com a nossa população e com o desenvolvimento sustentável do nosso território do que este. ----

Nem tudo está feito. É verdade. Hoje foram aqui elencados alguns problemas que têm que ser resolvidos. Também é uma verdade. Agora, o importante é perceber que há muita estrada para andar, mas que o caminho, já dizia o poeta António Machado, faz-se caminhando. E eu acrescento

no rumo certo. Porquê? Por que precisamos de uma piscina municipal? Precisamos de uma piscina municipal. Precisamos de um complexo desportivo? Precisamos de um complexo desportivo. Mas nem o anterior responsável pelo projeto o conseguiu terminar, que culminou, aliás, na necessidade de se encontrarem soluções alternativas para espaços que eram para ser pavilhões e tiveram de se encontrar soluções alternativas com custos de manutenção absurdos. Podia-se ter construído uma piscina municipal. O que é que a Covilhã precisava? De uma piscina com ondas. Construiu-se uma piscina com ondas e hipotecou-se mais uma vez o futuro. E quem é que veio para o resolver? O Executivo do Partido Socialista. E esta é a verdade.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu “duas ou três notas prévias relativamente a questões aqui suscitadas, debatidas e controvertidas desde manhã. -----

Alguns dos que estão aqui se calhar não sabem o que é honestidade intelectual. Pensam que a gente está a dizer que são desonestos na sua integridade, que são pessoas desonestas. Não é nada disso. Honestidade intelectual é um método de resolução de problemas imparcial. As pessoas têm que saber o que é que significa honestidade intelectual. Ninguém está a afrontar as pessoas na sua integridade como pessoas. -----

Por falar em honestidade intelectual, já ficou aqui uma retificação que também seria uma desonestidade intelectual dizer que os nossos ilustres vizinhos têm 8000 habitantes quando tem 26.000 e não sei quantos. -----

Já agora, uma nota prévia: o Presidente da Câmara da Covilhã, seja eu e no futuro seja quem for, de que partido for e em que horizontes forem, nunca deve ter inveja de ninguém. Eu, como ser humano, não tenho inveja de ninguém e como político também. Gostamos que os nossos vizinhos estejam tão bem como nós. Infelizmente não estão e desde logo falando de habitação. É que tocam e falam sem saber do que falam. Se calhar quem aqui falou sobre habitação no Fundão não sabe que não existe habitação social no Fundão. Nós temos quase 900 fogos na Covilhã. No Fundão não existe uma casa de habitação social. Uns fazem, outros mantêm e aprofundam, conservam e ampliam e estamos a ampliar com a Estratégia Local de Habitação. Vocês sabem qual é o orçamento que nós temos para a Estratégia Local de habitação? Mais de 20 milhões €. Depois deste arrazoado que já é conhecido, ficam muito aborrecidos neste domínio. -----

Depois dar-vos aqui uma nota em primeira mão. Se andassem atentos, sobretudo aqueles que se arvoram em sábios, se estudassem um bocadinho, teriam ido ver o que é que diz o PROT. Esta sigla significa Plano Regional de Ordenamento do Território. Está em curso e em elaboração. Sabem o que é que está lá no PROT em termos de projeção feito por cientistas que nada têm a ver com partidos e com facções? Está lá a dizer que o único concelho da Beira Interior que vai aumentar a população é a Covilhã. Todos os outros descem. Não estou a dizer isto com contentamento. Não estou a dizer isto com satisfação, nem com regozijo porque lá volto ao princípio: nós não queremos o mal dos nossos vizinhos. Mas significa que se os nossos vizinhos estiverem mal, nós também não estaremos muito bem. Isto para dizer o seguinte: leiam, vão ver o PROT e vejam as projeções demográficas em que é o único concelho da Beira Interior que vai subir. Nem a Guarda, nem Castelo Branco, descida do Fundão... Não estou a dizer isto com regozijo, mas por uma questão

de honestidade intelectual estou a relatar-lhes aqui coisas que estão no PROT que está em elaboração. -----

Indo às questões do Orçamento, algumas questões que já aqui foram salientadas. A CDU falou no aumento das despesas correntes com a descentralização administrativa. As despesas correntes aumentaram também devido, como é óbvio, à descentralização. Por que é que duplicamos o número de funcionários e por que é que vêm lá mais funcionários ainda? Porque temos descentralização nos domínios da Saúde, como já hoje aqui falámos, nos domínios da Educação que é o grosso da coluna, nos domínios da Segurança social e, por conseguinte, temos a obrigação de manter os postos de trabalho, aqueles assistentes operacionais designadamente nessas valências e nessas frentes de descentralização. É preciso não esquecer que isso custa dinheiro. Parte significativa vem do Orçamento de Estado. É-nos transferido. Mas não chega. Já temos constatado que, infelizmente, não chega. -----

Depois há aqui um fator que muita gente também não pensa quando vem aqui a este púlpito falar. Só vêm dizer aquilo que lhes convém para apoucar, denegrir ou dizer mal. Por exemplo, com o pessoal. Estamos no final de um ciclo de avaliação do SIADAP. Ora, o que é que isso significa? Significa que isso vai ter um impacto significativo nas nossas finanças no próximo ano, como é natural. Quem está minimamente informado do que é o funcionamento de uma autarquia sabe que isso acontece. -----

Depois, porque somos contra a precariedade, vamos continuar na senda de pôr fim à precariedade e vamos internalizar umas dezenas largas de funcionários que estão com CEI e CEI+. Isso custa dinheiro! Não queremos que haja pessoas a trabalhar nas escolas, assistentes operacionais a título precário como estão. Não vamos resolvê-los todos de uma vez, mas uma parte muito significativa vamos já no próximo ano resolver. -----

Depois as pessoas esquecem-se de outro fator: há aposentações. As pessoas que se aposentam têm que ser substituídas. Portanto, tem que se levar em conta esta circunstância objetiva. -----

Esquecem-se que há aumentos que os governos da República, sejam eles quais forem, aumentam e bem os nossos funcionários. Deviam até aumentar mais, mas é o que existe e esses aumentos custam dinheiro. -----

A mobilidade intercarreiras custa dinheiro. As pessoas investem na sua qualificação, investem no seu saber, no seu conhecimento, estão numa organização como é a Câmara Municipal, a Câmara Municipal é obrigada quer ética, quer moral, quer juridicamente, a reconhecer essas pessoas e a valorizá-las, considerá-las, integrá-las e tirar partido delas, no bom sentido do termo, a favor da causa pública para melhor servirem os nossos concidadãos. -----

Quando vocês falam no domínio das despesas com o pessoal, têm que levar tudo isto em linha de conta e, depois, até há acertos que temos que fazer. Por exemplo, no ano passado o Governo fez um aumento extraordinário que não tínhamos previsto no nosso Orçamento e não podíamos prever que o Governo ia fazer um aumento extraordinário. O que é que acontece? Temos que acomodar isso orçamentalmente. Custa dinheiro. -----

Qualquer pessoa bem informada e conhecedora do funcionamento de uma câmara municipal ou de um organismo público sabe que aquilo que estou a dizer é rigorosamente verdade e isto custa dinheiro como é óbvio. -----

Outra questão muito importante: é efetivamente o maior Orçamento dos meus três mandatos. Mas não é para meu gáudio, não é para minha glorificação, não é por razões eleitorais, até porque não vou a votos. Estamos agora melhor do que estávamos há uns anos atrás para investir, para melhorar dentro destes condicionalismos dos concursos desertos, de toda a dificuldade, das entropias que são criadas por via do cumprimento de regras. As regras levam tempo a cumprir-se. O trajeto, desde o dia em que se toma uma decisão até ao dia em que ela começa a ser executada, passa por n entidades, sobretudo se tiverem valores elevados e, para cumprir a lei, obviamente leva tempo. As coisas não se podem fazer nem todas ao mesmo tempo, nem de supetão, por conseguinte, vamos fazendo aquilo que podemos fazer com o dinheiro que temos. -----

No que diz respeito ao Orçamento, podia cá por 100 milhões e toda a gente batia palmas a dizer “grande o orçamento de 100 milhões. Depois executávamos 33% ou 30% e os Senhores o que é que diziam depois? “Andou para aqui a prometer e não cumpriu.” Não. É que temos tido taxas de execução orçamental superiores a 90%. É preciso não esquecer isso. E é mais. Vou-vos dizer, mais para desagrado daqueles que vêm aqui denegrir: é que não vamos ficar por 64 milhões. Isto vai para muito mais. Em fevereiro, quando houver a incorporação do saldo de gerência do ano em curso, ou seja, do dinheiro que transita deste ano para o próximo ano, vamos ter um Orçamento ainda maior do que este. Se este já é o maior dos três mandatos, esse aí vai ser enorme e vai-se executar, para vosso desagrado. Há muitas obras que não vão estar prontas como vocês pensavam que estariam ou muitos desejariam, a começar por mim, mas estarão em curso, estarão em andamento e as que não estão em andamento têm projeto e as que não tiverem projeto estão os concursos abertos. Quem vier a seguir vai ter muito que pedalar que ficam com projetos, obras em andamento e muita coisa já concretizada. É uma chatice, mas é verdade. -----

Sei que isto vos desagrada porque queriam que isto fosse uma desgraça, mas não é. Daí o aumento relativamente aos outros orçamentos anteriores. -----

Sei que alguns objetam “não está especificadamente mencionada aí a obra A, B ou C.” Existem rubricas. “Mas também a obra A, B ou C custa 500.000 € e só lá estão 50.000 €.” Não se preocupem. Só lá estão 50.000 €, mas quando for incorporado o saldo de gerência o dinheiro vai para lá. -----

Para vosso desgosto, a Goldra vai começar em obras e são 700.000 €. A Casa do Povo do Teixoso vai lá ter 300 e tal mil euros. Para desgosto de alguns e não estou a dizer que é de todos, a ligação entre a estrada que dá acesso às Penhas da Saúde e o Alto dos Livros...Já tinha dito aqui em julho que ia fazer essa obra e vou fazê-la e para dizer ao Senhor Presidente que não estou a dizer isto para o Senhor votar a favor. Se quiser, vote contra. Deixo isso à sua consciência. -----

Os compromissos que se assumem cumprem-se e lamento não poder cumprir outros que queria cumprir e não é possível. -----

Falávamos de Unhais da Serra, disse e repito: existe vontade política, existe dinheiro, mas há pareceres pendentes de vária índole e natureza que estão a impedir e a emperrar a solução que

queria e desejava para a estrada de Unhais. Estamos a falar de um troço pequeno, mas não é a questão do dinheiro, nem é a má vontade. É exatamente a dificuldade que temos com as múltiplas entidades que nos colocam muitos entraves à concretização daquilo que pretendemos fazer. -----

Relembro-vos, só a título de exemplo, no que diz respeito por exemplo a vias estruturantes, claro que antes de agosto desejo percorrer de carro e convido depois os Senhores Deputados Municipais irmos lá ao T, como lhe costumo chamar, que é Peraboa – Ferro – Ponte Pedrinha, rotunda que está entre o Ferro e Peraboa em direção ao antigo aeródromo. É uma via muito importante que está prometida, além daquela que terminou há poucos dias. -----

Já agora, também dar uma nota a propósito das observações do Senhor Presidente Marco Gabriel: o passeio em frente ao cruzamento da palmatória é estreito, temos que levar isso em linha de conta. E confina, ainda por cima, com terreno particular que está a uma cota muito inferior à do arruamento público. Precisava de ser alargada, é verdade. Precisava de um muro de suporte. Ou seja, daqui por meio ano ainda lá andávamos com expropriações, se não chegássemos a acordo com o proprietário, ainda andávamos a construir muros e depois os Senhores vinham aqui a dizer “olha, começaram aquela obra e nunca mais acabam.” Não. Obviamente que o que é possível, faz-se; o que não é possível, não se faz. Vontade há e concretização também. O alargamento do passeio implicaria, como digo, a construção de um muro. Quanto ao rebaixamento também dos passeios nas passadeiras, recordo que as passadeiras se mantêm nos locais onde já existiam. Não inventámos passadeira nenhuma. Está lá tal e qual. Confirma-se que as passadeiras não têm rebaixamento. É verdade, mas naquele sítio o que melhor se adapta é exatamente isso. Os técnicos olharam para isso. Não inventei a roda e o Senhor também não por isso é que uns são engenheiros, outros são gestores, outros são advogados e cada um sabe do seu ofício. -----

Temos aqui previstas obras. Posso-vos aqui enumerar muitas. Acabei de falar do T. Requalificação do Caminho Municipal 1374. Só aqui há uma ou duas pessoas que sabem qual é que é o Caminho Municipal 1374. É aquele que fica entre a Barroca Grande e o limite do Concelho da Pampilhosa da Serra. Há lá um quilómetro que precisa urgentemente de uma requalificação. Também vai ser objeto de intervenção e quero ver se consigo também que na ligação entre São Jorge da Beira e este sítio também seja repostado o pavimento. Estamos a falar de uma carga de alcatrão que facilite a vida às pessoas que ali circulem de forma cómoda, segura e mais rápida. Depois estou a falar também numa empreitada importante da pavimentação do caminho de ligação da Rua da Calva à Escola Básica Integrada de São Domingos, há muito aspirada ali pelos nossos concidadãos daquela zona do nosso Concelho. Também podemos falar na requalificação de rede de águas pluviais e construção de passeios entre o Eixo TCT e a Rotunda da Zona industrial do Tortosendo. E a Avenida Montes Hermínios. Vamos começá-la. Claro que vamos ter lá chatices, porque vai causar incómodos, mas vamos fazê-la. Eliminação do estrangulamento na Boidobra da passagem de nível que muito bem o Senhor Presidente da Junta reivindica. A requalificação da Praceta Conde José Calheiros... -----

O problema todo é que, quem vem aqui denegrir, apoucar e rebaixar, depois é confrontado com a realidade quando as obras lá estiverem, como as outras que já realizei. Lembro-me do que é que diziam aqui do Teatro: “o Teatro? Nunca vão fazer isso.” E agora está lá. Como a PSP, o antigo liceu, a Frei Heitor Pinto. Uma chatice e depois nós desmenti-los. E como é que os desmentimos? Da melhor forma, que é fazendo as coisas... E nós fazemos e concretizamos. Claro, repito, não

podemos fazer tudo de uma vez. Nem podíamos ter feito ao longo deste tempo todo, todas as obras do Concelho, atentas as circunstâncias que já nem vou falar mais vez nenhuma nisso. Por razões que todos conhecem, não era possível ter feito mais do que se fez. Claro, se me perguntarem se foi tudo perfeito, não. Vontade de fazer mais, tínhamos também. -----

Vamos continuar a trabalhar em prol dos Covilhanenses como se impõe e como é nossa obrigação”

--- Foram ainda intervenientes os Senhores Deputados Municipais: -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Senhor Presidente, eu queria lembrá-lo que não falou em honestidade intelectual e terá ido ver o conceito, mas de desonestidade intelectual que é uma coisa bastante diferente. Não é bem o contrário. O preto não é o contrário do branco. São coisas bastante distintas. Portanto, a desonestidade intelectual é precisamente citar dados errados ou inverdades de uma maneira deliberada e, portanto, quando o fez colocando intenção aqui nalguns Membros da Assembleia e como apresentou como sendo um método, aconselhava-lhe também a alterar o método, provavelmente para depois alterar o conceito. -----

Relativamente às obras que o Senhor Presidente nos vem aqui enumerar que vão ser todas feitas, tal como a previsão que nos veio dizer de um cientista, mas que não deixa de ser uma previsão. --

Ficaram respostas por dar. Parque da Goldra - 50.000 €. Se está a dar um número que já sabe que, para a concretizar, vai ter que trazer verbas do ano anterior, a isto chamaria desonestidade intelectual. Da pista de atletismo do Complexo Desportivo - 50.000 €. Se apresentamos um dado no Orçamento que depois sabemos que vão ser cumpridas com as verbas do ano anterior, talvez seja desonestidade intelectual. A reabilitação do Campo n.º 2 - 50.000 €. Então, aquilo que metemos no Orçamento não é aquilo que se vai verificar com as verbas transferidas do ano anterior. Desonestidade intelectual. E, assim, continuaríamos por várias e várias verbas porque realmente aquilo que temos no Orçamento são as verbas que o Senhor Presidente lá colocou. Não fomos nós que pusemos a pavimentação do Canhoso-Covilhã em 50.000 €. Se a verba não está correta, então os dados foram dados erradamente e deliberadamente errados. Então aqui há desonestidade intelectual. -----

Portanto, deixava-lhe apenas estas questões e provavelmente a alteração do conceito para nos perguntar como é que fazemos um orçamento que, de facto, afinal não é para ser cumprido, é para ser mais cumprido, mas com dados que nós não temos porque não são apresentados a esta Assembleia. Talvez seja desonestidade intelectual!” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só para dizer duas coisas muito simples e muito básicas. Se calhar aconselhava e pedia ao Senhor Presidente da Câmara para dar uma aula de formação aos Senhores Deputados Municipais. Estivemos aqui a discutir a inscrição de uma verba no Orçamento de Estado de 1.500.000 € para o Plano de Revitalização que o Senhor Presidente já deu as explicações todas e não podemos dizer aqui o que foi dito e, afinal de contas, nós, na Câmara, fazemos exatamente a mesma coisa. Há uma inscrição de uma verba numa rubrica. O Senhor Presidente veio dizer que isto é perfeitamente legítimo e é assim que se faz. E

afinal de contas, o Governo faz a mesma coisa e é aqui crucificado pelo PS. Sejam honestos intelectualmente. -----

Em termos de execução orçamental, Senhor Presidente, a sua fama precede-o e vou-lhe só dar os dados do último ano. Nas contas aprovadas de 2023, que foram aprovadas este ano em 2024, a sua execução orçamental, no que diz respeito às Grandes Opções do Plano, foi de um terço: 30 e poucos por cento. O que é investimento na Covilhã é esta execução que temos porque não podemos atirar para o ar o que é o pagamento de salários, que é a execução da despesa corrente. Isso é adulterar os números. Vir dizer que tenho uma execução de 90% porque paga os salários a tempo e horas, ora bolas, vamos lá ver se a gente se entende. De execução de obra, daquilo que as pessoas precisam para ver no dia-a-dia, é um terço, Senhor Presidente. A sua fama precede-o ao longo de 12 anos e já ninguém consegue acreditar em si.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, “às vezes, a infelicidade de um argumento faz-me lembrar dessa coisa malfadada que é o Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Tenho por princípio nunca revelar em público conversas que tenho em privado com os governantes. Dizer-vos que esta promessa está em suspenso e não é só minha. Sabem que no Parque Natural da Serra da Estrela somos seis presidentes de câmara: são dois independentes, dois do PSD e dois do PS. Então não é que estamos todos de acordo e temos todos a mesma perspetiva sobre este assunto! É uma chatice e incomoda muita gente que tenhamos a mesma visão! E sabem qual é a visão que temos? No relatório do Orçamento do Estado, na página 339, está lá inscrito 1.500.000,00 € para, vejam bem e atentem bem no seguinte, o Plano de Revitalização da Serra da Estrela e todas as medidas de valorização do interior de Portugal. Está lá inscrito. Agora vai dizer que é desonestidade intelectual! Vá lá ver. Está lá a dizer exatamente isso. Foi isso também que o Senhor Deputado Nuno Fazenda, na Assembleia da República, questionou o Governo e disse a todos “os senhores não se envergonham de ter um compromisso com os municípios do Parque Natural da Serra da Estrela e apenas inscreverem 1.500.000,00 €?” Já era pouco só para o Plano de Revitalização, mas é para todo o interior de Portugal! Medidas de valorização para todo o interior de Portugal! -----

Portanto, quem assim procede, isso é o quê? Quero-vos dizer que isso não é desonestidade intelectual do Governo. Confundem a beira da estrada com a estrada da Beira. Já percebi. A questão é muito simples. O Governo, no afã e na ânsia de resolver o problema do Orçamento, não cuidou de inscrever verbas suficientes no Plano de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Agora vou estabelecer o paralelismo para demonstrar que as situações são incomparáveis. Sabem porquê? Porque a Lei das Finanças Locais prevê que todos os municípios, tendo um saldo, podem-no incorporar no próximo ano. Portanto, tenho uma ideia muito aproximada do valor que vai transitar de um ano para o outro e, se a Lei das Finanças Locais me permite incorporá-lo em fevereiro, significa que estou a ser intelectualmente honesto a seguir a lei. A menos que seguir a lei seja uma desonestidade intelectual. Estou a seguir e a acompanhar a lei e, na previsão, porque o Orçamento é uma previsão, já estou a prever que vou meter esses milhões todos em fevereiro para reforçar essas verbas dessas rubricas. Portanto, é uma coisa que não é comparável com a situação do Governo. O Governo negligenciou-nos, esqueceu-nos, voltou-nos ao abandono, que é uma coisa diferente. Uma coisa é esquecer-se de nós, outra coisa é subavaliar ou estar desfasado.

O problema é muito diferente. É diametralmente oposto. Enquanto vou incorporar o saldo que transita deste ano para o próximo e é nessa previsão que digo que vou reforçar, estou a ser correto e estou a cumprir a lei. Neste caso concreto, não é um incumprimento da lei. O Governo até incumpe a lei. Sabem por quê? Porque o Plano de Revitalização da Serra da Estrela é uma Resolução do Conselho de Ministros. A Resolução do Conselho de Ministros tem força de lei e em Portugal, como em qualquer país decente do mundo, aquilo a que um Governo se compromete os outros têm que cumprir, a menos que sejam questões fraturantes, que não é o caso. Toda a gente está de acordo que os 150 milhões € ou os 155 milhões € do Plano de Revitalização são necessários. Mas também não estamos a pedir ao Governo que nos dê de uma só vez 155 milhões. Só estamos a pedir, vejam bem, dinheiro para fazermos projetos, por exemplo. Olhem o nosso caso: o estudo e o projeto da Barragem das Cortes custa cerca de 2,2 ou 2,3 milhões €. Só para nós não davam esses 1,5 milhões €! Então e os outros municípios são filhos de quem? São filhos de um Deus menor? E a Escola da Lageosa, já agora, que tem lá inscrito 1.690.000 € para reconstruir, para a manter à tona de água, para lá estar aberta para servir a comunidade? Já tem os projetos prontos a andar. Não dava para as obras da Escola da Lageosa! Isto é honrar a palavra do Governo? Isto é cumprir a lei? Isto é que não é cumprir a lei. -----

E, portanto, muito estranho e muito me contrista ver que os meus concidadãos e conterrâneos, em vez de se preocuparem com o desenvolvimento da sua terra e da sua região, estão preocupados com a partidarite aguda, que é o caso. -----

Temos que ser muito cuidadosos na análise destas coisas. Sei que isto custa a ouvir. Sei que isto é profundamente desagradável, mas é a verdade. E preparem-se que eu não antevejo que esta solução... Não vou dizer mais nada. Prefiro a surpresa do que outra coisa.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Orçamento para 2025; Mapa de Pessoal para 2025; Listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação; Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e Outras Receitas Municipais e Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal**, foi a mesma aprovada por maioria, com 24 votos a favor (PS e DMI's) e 11 abstenções (PPD-PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio)). -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e ainda o Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- **Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “O Movimento “Covilhã Tem Força” deu o benefício da dúvida, através da abstenção, ao Executivo Municipal para o Orçamento para o ano de 2025. -----

O documento é muito extenso e não tivemos tempo de analisar com alguma profundidade e assim nos pronunciarmos em consciência. -----

A política também é confiança e acredito no trabalho desenvolvido pelos responsáveis pela elaboração deste Orçamento. -----

Em nota de rodapé ao Senhor Presidente, muitos sábios, muitos gestores, muitos poetas, muitos escritores, muitos oradores, mas acho que são muitas palavras. É a minha interpretação. Acho que são muitas palavras e pouca ação e a ação há de ser o mote principal da política e dos políticos, mas não o discurso. Não se atiram pedras a quem tem telhados de vidro. Já alguém disse isto. O juízo final será dos Covilhanenses.” -----

- **Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio):** “Dizer só que me absteve e quero dizer o seguinte: se, de facto, o Senhor Presidente cumprir a sua promessa de iniciar as obras nesta estrada, sou o primeiro a chegar aqui a esta Assembleia e retratar-me daquilo que disse hoje. Mas confesso que o relacionamento último com a Câmara Municipal e também a faltar 9 meses das eleições me causam algumas dúvidas que possa ser possível lançar-se essa obra. Sei que é incómodo para o Senhor Presidente, mas a verdade é esta. Eu próprio me retratarei aqui, se estiver enganado. Oxalá que esteja.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Obviamente que vou reproduzir os argumentos que constam das declarações de voto já da Câmara e que já referi aqui. Mas não posso deixar de contribuir aqui com mais uma ou duas razões pelas quais não nunca poderia votar favoravelmente este Orçamento. -----

Uma delas tem a ver exatamente com estas últimas questões do Plano de Revitalização da Serra da Estrela. Continuo a dizer, e venham-me dizer que as despesas vão ser feitas pelo AdC e pela ICOVI ou coisa que o valha, onde é que está o investimento no Município da Covilhã para a Revitalização da Serra da Estrela? Podemos apregoar e exigir aos outros quando não cumprimos? Não vale a pena estarmos a discutir aqui as coisas. Isto é “Bem prega Frei Tomás” e, portanto, obviamente que o CDS não pode pactuar com isto porque não existem as verbas essenciais neste Orçamento tão maravilhoso para aquilo que é tão necessário para a Covilhã.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Dizer que a nossa abstenção vai no sentido de que acreditamos que é possível. Vamos ter esperança que é possível executar tudo aquilo que se encontra no Plano, o que seria bom para as populações, sendo certo que vamos entrar num período de ano de eleições autárquicas e, portanto, normalmente nesses anos, convém inscrever muita coisa para se dizer às populações que, se está inscrito em Plano, existe intenção de fazer. Mas depois a realidade com certeza será outra e sendo certo que o Senhor Presidente da Câmara vai ter dificuldades em arranjar as empresas para as obras que tem em carteira e que tem previstas. Se levarmos em conta o exemplo da obra de Vales do Rio, que não há empresas a concorrer, que existe dificuldades, as empresas não têm trabalhadores, que o Governo também

limitou agora a emigração de trabalhadores e, portanto, não irão estar no mercado... Utilizando os argumentos que o Senhor Presidente da Câmara utilizou para as obras em Vales do Rio, será verdade que a Câmara irá ter as mesmas dificuldades. -----

Incluir ainda o Plano de Revitalização e as obras previstas, mais dificuldades acrescidas iria ter para arranjar empresas para a sua execução. -----

Sendo certo também uma outra realidade: é que a avaliação da execução da concretização desse Plano já vai ser feito por uma outra Assembleia Municipal. Portanto, é sempre útil. Muitas vezes nem o Senhor Presidente da Câmara cá estar, com certeza, mas eventualmente, a maioria dos que estão hoje aqui não estarão em 2026 para fazer a avaliação da execução deste Plano.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “A nossa declaração de voto vai precisamente no sentido de justificar a nossa abstenção precisamente por esta maneira de apresentar contas, esta maneira de trazer orçamentos em que justificamos as obras que vamos fazer com os saldos que transitam dos anos anteriores, precisamente as obras que não se fizeram. -----

O Senhor Presidente acabava mesmo de dizer que cumpria tudo aquilo que prometia. Pois se as verbas neste momento a transitar em saldos de contas de gerência estão a transitar, não cumpriu nos anos anteriores e, portanto, as taxas de execução não são nada daquilo que o Senhor Presidente vem depois aqui a dizer que, em ano de eleições, aí sim vamos ter uma boa taxa de execução. -----

Portanto, o nosso sentido de voto foi a abstenção, obviamente para não ser o voto contra.” -----

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO NO ANO DE 2025 DA TAXA MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DE SUBSOLO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 de novembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 6545 de 02.12.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação, sendo intervenientes os Deputados Municipais:

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Senhor Presidente, neste ponto temos aqui uma proposta de suspensão da TOS e quero-lhe perguntar: e o IRS? Esqueceu-se do IRS? É que a Câmara Municipal arrecada todos os anos 5% de todo o IRS que os Covilhanenses pagam. A lei permite que os municípios possam reduzir até zero esta percentagem. No distrito só a Covilhã e Vila de Rei não reduziram esta taxa aos seus munícipes. Temos aqui, por exemplo, em Castelo Branco 1,5%; Belmonte mesmo ao lado 2,5%. -----

Senhor Presidente, esta é uma medida de atração de pessoas ao Concelho que toda a gente já percebeu que é muito eficaz. Pergunto-lhe por que é que não o faz.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Saudar naturalmente o Município pela taxa de ocupação do subsolo de zero porque ela representa o potencial de receita para os cofres municipais que estamos a abdicar. Saudar essa isenção que vem desde 2020 e sobretudo para sinalizar que finalmente, no decorrer deste ano, nos libertámos da canga da dívida que nos acompanhava desde 2012. Se bem nos recordamos, em 2012, o Tribunal transitou em julgado uma sentença que deu o direito à empresa concessionária do gás natural de cobrar aos Covilhanenses mais de 3 milhões € que a empresa entregou à Câmara Municipal da Covilhã da altura e que, após a decisão do Tribunal, lhe permitiu cobrar diretamente aos Covilhanenses desde 2012 até agora, meados de 2024. Na altura eram 3.171.722,22 €. Este é o valor da decisão do Tribunal. De lá para cá, os Covilhanenses pagaram este valor mais a taxa de juros que foi diretamente para os cofres da empresa. -----

Esta taxa desde 2020 que está isenta. Claro, a taxa de ocupação do subsolo foi sendo já agora também reduzida paulatinamente ao longo destes anos. -----

Portanto, queria apenas dar esta informação a todos os Covilhanenses de que, finalmente, libertamo-nos desta dívida que todos nós, de forma absolutamente injusta e incompreensível, andávamos a pagar há mais de uma década.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu nota à Deputada Municipal Vanda Ferreira que o seu “conceito relativamente aos impostos é de que eles têm uma função redistributiva. É algo que os licenciados em Direito aprendem no segundo ano. Claro que isto não é uma questão ideológica. É uma questão mecânica. Ou seja, na prática, os impostos são cobrados para fazer face às necessidades do Estado. -----

O que vou dizer tem que ser muito bem entendido. Já o disse várias vezes, mas vou repetir. Quem é que paga mais IRS? São pessoas que, felizmente, têm mais possibilidades económicas. Não estou a dizer que são todas as pessoas. Há algumas que, embora auferindo rendimentos um pouco mais significativos, feito o balanço e o saldo das suas vidas, não têm, digamos assim, um desaforo nesse sentido. Mas são uma pequena minoria. E entendo que conceder-lhes ou devolver, às pessoas que mais possibilidades têm, essa benesse estaria a prejudicar os nossos concidadãos que mais precisam. Se agarrarmos nesse dinheiro, que é o que fazemos, e o distribuirmos pelas IPSS’s, pelo apoio social que concedemos aos nossos concidadãos e para outras várias finalidades, aquelas famílias que podiam ter este desconto abdicam dele em favor das pessoas mais necessitadas.

Chama-se isto também de solidariedade. Esta interpretação também tem um bocadinho de carga ideológica, confesso. Confesso que tem a minha carga ideológica, mas é por isso que eu sou socialista.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Suspensão da Aplicação no Ano de 2025 da Taxa Municipal de Ocupação do Subsolo** – foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2024/2025/2026”

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, através do ofício n.º 6498 de 29.11.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo interveniente o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU - PCP/PEV)** que iniciou dizendo que, “da análise do documento da proposta de adjudicação, somos informados que o procedimento foi de consulta prévia com convite a pelo menos três entidades, portanto, as condições do procedimento concursal. -----

Só que depois na ata aquilo que verifico é que só há referência a uma empresa. Não há referência se, de facto, o convite foi feito a três entidades. -----

A questão é se, de facto, houve consulta a três entidades e só uma é que deu resposta.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “foram convidados três revisores oficiais de contas, sendo que dois são da Covilhã e foi um dos da Covilhã que, aliás é revisor oficial da Câmara desde 2010 ainda do tempo do meu antecessor. Portanto, o revisor que foi adjudicado é o mesmo de há 14 anos e é um Covilhanense ligado à Covilhã com reconhecida competência.” -

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adjudicação da “Aquisição de Serviços de Certificação Legal de Contas – 2024/2025/2026** – foi a mesma **aprovada por unanimidade**. --

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A VERSÃO FINAL DO RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT COVILHÃ 2020-2023)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 28 de novembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h) e r) do n.º 1 e k) do n.º 2 ambas do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, e nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 189.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, que aprova o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, através do ofício n.º 6542 de 02.12.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes os Deputados Municipais:

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Feita a leitura atenta do documento, salientar aqui duas notas prévias. Na página 18 afirma-se que a floresta no nosso Concelho ocupa 47% do território, na sua maioria de pinheiro manso. É um lapso, de certeza. -----

No mesmo parágrafo da página 45, conseguem-se utilizar quatro conceitos na caracterização das empresas e do número de trabalhadores que cada empresa tem: utilizam-se trabalhadores, colaboradores, elementos e funcionários. A constatação é que existe um Código do Trabalho e não existe códigos de colaboração ou de elementos. -----

Agora, na caracterização há dados de facto interessantes. Há logo o dado relativo à perda de população – uma redução de 10% - e também é indicado que, nos últimos dois anos, há uma redução de 2% ao contrário daquilo que são as projeções de que vamos crescer em população. Mas o REOT diz que estamos a decrescer. -----

Temos: um crescimento natural negativo (- 9%); uma economia na base do serviço cada vez com mais peso; o índice de envelhecimento dos edifícios muito elevado e acima da região e mesmo

dos índices do país; estamos a construir menos do que se constrói em média no país; existem carências habitacionais e aqui esta dicotomia, que se encontra em vários documentos que os técnicos têm referido, que é esta concorrência que existe no alojamento na Covilhã, no arrendamento da Covilhã, entre a pessoa que não reside, ou melhor, residindo na Covilhã não consegue encontrar casa muitas vezes a preços acessíveis aos seus rendimentos, conjugando-se aqui um pouco também com uma certa competição com o arrendamento do alojamento estudantil. -----

Este indicador penso que deveria levar a Câmara a refletir se não deveríamos apostar mais na questão da recuperação e da requalificação de edifícios para o arrendamento e colocar esse arrendamento no mercado face às carências e à falta que é constatada nestes estudos e a questão da habitação social em que há pessoas com salários reduzidos... E o Concelho da Covilhã tem os salários mais reduzidos da região. É aquilo que os estudos demonstram. O Radar diz lá e, acreditando nos documentos, é a constatação que é feita para além de ter em média mensal as reformas e as pensões à volta de 421 €, portanto, também não é nenhuma fortuna. Encontra-se abaixo do limiar de pobreza e são à volta de 40 e tal por cento da população do Concelho. -----

Portanto, há aqui indicadores que nos levam a refletir se a Câmara Municipal não pode influenciar, como é evidente, no rendimento ao nível das reformas e pensões e mesmo a nível dos salários. Não sei se ao nível dos salários não era possível introduzir algo que estimulasse, de certa forma, os empregadores do nosso Concelho a elevar o nível salarial também da nossa população. Não sei como é que estão a fazê-lo e o Senhor Presidente da Câmara poderá dizê-lo, mas a isenção da derrama não tem lá a condicionante e há concelhos que a têm, que condicionam a isenção da derrama a uma certa percentagem de trabalhadores num determinado nível salarial. -----

Senhor Presidente da Câmara, penso que é possível fazer mais alguma coisa pelos nossos concidadãos. Portanto, a Câmara deve utilizar, como é evidente, todos os instrumentos possíveis para melhorar as condições de vida. Portanto, melhores rendimentos, melhor salário, melhor reforma, mais tarde melhor pensão e, como é evidente, com melhor salário a economia local poderá funcionar. Se funcionam melhor também as empresas terão, enfim, a oportunidade de produzir mais e de vender mais. -----

Quanto aos planos ao estado do ordenamento, àquilo que se verifica é alguns ajustamentos nos planos de pormenor. Há planos de pormenor que já vêm de anos anteriores e que não estão executados. Aquele Plano de Pormenor do Parque Industrial do Tortosendo demora, de facto, a ser concretizado e depois o Plano Diretor Municipal, apesar de alguns ajustamentos legais porque a legislação alterou-se e enfim houve pequenas alterações, a grande questão é a revisão do Plano Diretor Municipal que já tem os anos que tem (24 ou 25 anos), é o nosso primeiro Plano Diretor Municipal, quando existem concelhos que já vão na terceira ou quarta geração de Planos Diretores Municipais. -----

Como é evidente, a realidade muda e, como a realidade muda, as condições também mudam. Penso que também as intenções e aquilo que a Câmara pretende também vai mudando ao longo do tempo, de acordo também com as oportunidades e as possibilidades que existem. -----

Portanto, colocava aqui a questão: foi feito algo? Não sei quantificar se muito, pouco ou o suficiente, mas aquilo que sei e aquilo que se verifica é que existem documentos, planos

estruturantes para o nosso território que penso que a Câmara deveria dar mais gás, digamos assim, se ainda é possível no último ano de mandato acelerar nestas coisas porque sei que os planos diretores municipais implicam, de facto, uma estrutura, uma comissão de acompanhamento com várias entidades que intervêm e que é necessário negociar com elas e, desde logo, também com os senhores presidentes de junta, etc., que é necessário também influenciar ou pelo menos encontrar as melhores soluções para o Concelho.” -----

- **Eng.^a Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Confesso que estava à espera de mais intervenções neste ponto até porque faz aqui um balanço e uma avaliação do período de 2020 a 2023 relativamente ao planeamento e à concretização nestes três anos, daquilo que está planeado numa série de sectores económico-sociais e nomeadamente neste documento conseguimos verificar que algumas questões aqui afloradas durante a Assembleia até estão aqui respondidas, nomeadamente numa questão que foi falada na parte da manhã da qualidade do ar. Vem aqui descrita essa avaliação que é feita pela iAP e que até estamos entre o muito bom e o bom e, portanto, estaria respondida essa questão ou até mesmo na questão do setor primário, em termos de atividade económica, que refere que houve um crescimento nestes três últimos anos. -----

Tendo em conta que aqui temos um retrato desta evolução destes últimos três anos, estava à espera efetivamente que houvesse mais intervenções por parte da restante oposição, até porque conseguimos avaliar aqui, numa série de fatores, que o Município da Covilhã está acima dos restantes municípios em termos de CIMBSE e, na maioria dos parâmetros aqui avaliados, está nivelado aos parâmetros ou às percentagens que são apuradas em termos nacionais. -----

A única coisa que queria aqui aflorar e que o anterior interveniente já referiu aqui é que obviamente que há problemas que são comuns em termos nacionais e não fugimos deles: esta questão do crescimento natural da população ser negativo, mas isso acontece em basicamente todo o território nacional. Temos aqui também, ao nível desta dinâmica demográfica, uma coisa que é interessante também avaliarmos que é a questão do saldo migratório. Temos vindo a ganhar, no nosso território, bastantes imigrantes, sobretudo nestes dois últimos anos, no pós-pandemia, e estamos, neste momento, a aproximar-nos da neutralidade, ou seja, a quantidade de emigrantes do nosso Concelho e de imigrantes que acolhemos está praticamente a ficar equiparada. -----

Isso lança-nos também outros desafios em termos de integração, em termos de acolhimento que possamos estar a fazer bem ou mal neste nosso Concelho e quais é que são os desafios para o futuro. -----

Este instrumento e este relatório parece-me extremamente interessante porque conseguimos avaliar uma série de fatores e parece-me que, precisamente também por estas dinâmicas demográficas, é importante no próximo relatório se calhar termos aqui alguns dados mais esmiuçados. No que toca ao relatório, por aquilo que vi, há dois sectores que não estão muito sucintos e que dois ou três eventualmente interessaria ver um bocadinho mais esmiuçado, nomeadamente na questão da Educação, que nos dá aqui a identificação de todas as escolas presentes no Concelho, mas todos ouvimos se calhar alguma escola com alguma dificuldade na integração devido a este fator demográfico de maior quantidade de imigrantes e que veem

também os seus filhos na integração desses filhos nas respetivas escolas, qual é que é a capacidade de cada uma, qual é que é a capacidade máxima, se temos ou não tido a capacidade para responder a essas solicitações e nomeadamente essa avaliação por freguesia, que não vem mencionado. -----

Também outra questão que gostaria de referir aqui, que também não vi e que me parece pertinente eventualmente evoluirmos no próximo relatório, é na questão do Desporto. Temos aqui uma informação muito sucinta. Só quantifica o tipo de instalações desportivas. Não é perceptível neste documento de que forma é que se distribuem no território do Concelho, nem são apresentadas, por exemplo, taxas de utilização de infraestruturas. -----

Tendo em conta que a fonte é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal que lança alguns desafios e que faz também alguma avaliação relativamente às carências e àquilo que deve ser planificado, acho que futuramente devemos também fazer esta avaliação. -----

Em termos sociais e até porque temos uma população idosa crescente, neste relatório vem mencionado o número de utentes que esta resposta social tem previstos, mas não sabemos, por exemplo, qual é que é a taxa de utilização, ou seja, se está completamente lotado ou se efetivamente ainda tem capacidade de resposta para essa mesma população. -----

São eventualmente sugestões de melhoria para o próximo relatório.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, “concordando ou não com alguns dos aspetos, o que é natural e saudável, mas do acelerar, do fazer, do concretizar e do estimular a nossa comunidade, a nossa sociedade, os nossos empresários, as nossas instituições, dar nota que para que tudo influencie este nosso desenvolvimento e designadamente com reflexo nos salários, ao isentarmos da derrama, como isentamos, a quem tem sede social no nosso Município, termos a taxa de IMI no mínimo, a TOS suspensa, metade do valor das taxas e licenças (coisa que os tais municípios modelo não têm): a verdade é que isto são incentivos para que as coisas melhorem. --

Passámos o Cabo das Tormentas e conseguimos chegar a este patamar e isto vai ter reflexos. Tenho a certeza que o próximo relatório há de refletir muito mais positivamente esta realidade. -

Os planos e o PDM, designadamente, está na reta final e com toda a probabilidade no final do primeiro semestre do próximo ano, pelo menos é essa a expectativa, estará em condições de ser aqui discutido, analisado e votado. -----

Os planos em Portugal são um drama. Ainda há pouco tempo, numa mesa redonda em Lisboa com responsáveis quer de autarquias, quer de outras instâncias nacionais, referia o seguinte, e julgo estar correto nesta minha análise: por haver tantas entidades a pronunciarem-se sobre os planos e por fazermos tantos diagnósticos em cima de diagnósticos, depois cada entidade exige o seu diagnóstico, repetindo o que o outro já fez, mas é só trocar mais uns quantos e depois acrescentar aquilo e aqueloutro, quando damos conta os planos já estão desfasados da realidade. Quando, no fundo, eles estão em condições de ser aprovados já a realidade é diferente daquela que queremos alterar e mudar. -----

Depois, a Covilhã e as cidades de montanha têm uma dificuldade acrescida. Temos a riqueza e o privilégio de vivermos e termos uma cidade e um concelho com muitos declives, com uma orografia terrível, isso significa que existem muitas linhas de água, que existe muita reserva ecológica, para além do mais temos um Parque Natural, temos um conjunto de circunstâncias que nos levam a dificultar ainda mais a vida em termos de planeamento, seja ele de que natureza for, mas a verdade é que este planeamento, em termos de ordenamento do território, é terrível também por causa disso. -----

Mas enfim, esperemos por melhores dias e que também os investimentos que fazemos na Educação, que é outro fator muito importante para os nossos jovens e estou a falar de investimento não só tangível mas também o intangível naquilo em que investimos também nesse sentido, possa no futuro vir a melhorar ainda mais a nossa realidade e a nossa situação.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Versão Final do Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT COVILHÃ 2020-2023)***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***.

--- Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**. -----

3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DE AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS (AGRUPAMENTO DE ESCOLAS A LÃ E A NEVE, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PÊRO DA COVILHÃ, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO TEIXOSO, AGRUPAMENTO DE ESCOLAS FREI HEITOR PINTO, ESCOLA SECUNDÁRIA CAMPOS MELO E ESCOLA SECUNDÁRIA QUINTA DAS PALMEIRAS)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 09 de dezembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, através do ofício n.º 6727 de 10.12.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal da Covilhã** iniciou fazendo “só uma breve introdução. Estamos a falar de delegações de competências nos senhores diretores. Temos, felizmente, diretores de escolas e de agrupamentos de elevada qualidade e formação para além

de serem excelentes seres humanos em quem depositamos total confiança para prosseguirem os objetivos das escolas e agrupamentos que têm sob a sua alçada. -----

Portanto, no fundo, não nos queremos imiscuir no seu trabalho. Entendemos que eles estão nas escolas e são as pessoas mais indicadas para conduzir os destinos das mesmas e devemos distanciar-nos disso o mais possível. “A César o que é de César” e, portanto, é essa a ideia.” -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que, “em relação a esses contratos interadministrativos com os agrupamentos, a informação e feedback que tenho é que, com os valores existentes e com a relação com a Câmara, as coisas têm funcionado. Se tem funcionado, está bem. -----

Trazendo para aqui um pouco a experiência pessoal nesta área, penso que as escolas ou pelo menos algumas escolas ou alguns agrupamentos têm dificuldade e necessitavam de algum apoio técnico de alguém ligado ao sector das engenharias que ajudasse, porque identificar os problemas as escolas identificam porque os vivem e os senhores diretores também, mas bastas vezes a complexidade da direção das escola e das tarefas levam-nos um pouco a adiar a intervenção necessária no sentido de pedir orçamentos para depois executar as obras e, se calhar, também têm falta de empreiteiros e trabalhadores para a execução dessas obras de reparação. -----

Penso que a dificuldade muitas vezes da utilização daquele montante de 20.000 € por escola para a conservação e manutenção, penso que eles têm alguma dificuldade por aí. Se calhar uns mais do que outros, mas penso que era importante intervir por aí e dar uma ajuda às escolas. -----

Por outro lado, estamos a falar em contratos administrativos, mas queria sublinhar novamente a necessidade de intervenção urgente na escola EB 2-3 do Tortosendo, no Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e das escolas que, na minha opinião, se encontram mais carenciadas e mais necessitadas de intervenção, nalguns casos até de intervenção de fundo. -----

Depois colocam-nos duas ou três situações que não têm tanto a ver com as escolas, mas mais com a intervenção da Câmara no pré-escolar e no 1.º ciclo. Há necessidade de uma resposta urgente às necessidades que são sinalizadas e aqui penso que seria útil que a Câmara constituísse equipas multidisciplinares, de multifunções, uma equipa que tivesse alguém de carpintaria, de eletricidade que se pudesse deslocar a uma escola e, de facto, resolver um conjunto de problemas existentes no pré-escolar e no 1.º ciclo, isto com execução por administração direta, por falta de empresas e de trabalhadores no privado para executar estes trabalhos. Muitas vezes também são pequenas intervenções que não justificam qualquer tipo de adjudicação e penso que a administração direta é uma forma adequada da resolução de problemas. -----

A questão dos auxílios económicos: continuo a dizê-lo, e nas contas de gerência vamos encontrar os números escandalosos de 2000 crianças de escalão A e de escalão B e depois beneficiaram cinco ou seis! Ou seja, o circuito de como fazer chegar os auxílios económicos às crianças do escalão A e B de São Jorge da Beira, de Verdelhos... os pais não se vão deslocar, como é evidente, ao Balcão Único para requerer os auxílios económicos. Ninguém vem de São Jorge da Beira, se é do escalão A são 12 €, do escalão B são 50%. A Câmara tem que encontrar, na minha opinião, uma forma simples e rápida para fazer chegar, de facto, o apoio. Através das Juntas de Freguesia seria

possível, mas se calhar depois as juntas de freguesia começam a adiantar o dinheiro e depois não recebem ou tardam em recebê-lo! Estamos a falar em material escolar, canetas, lápis, ... e a Câmara podia organizar kits para o aluno do escalão A, para o aluno do escalão B e, através do agrupamento, os professores faziam chegar a essas crianças. -----

Penso que tem que haver um esforço no sentido em que elas têm o direito e a Câmara deve encontrar os meios simples e eficazes para que as crianças possam usufruir desse direito.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Celebração de Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas (Agrupamento de Escolas a Lã e a Neve, Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, Agrupamento de Escolas do Teixoso, Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, Escola Secundária Campos Melo e Escola Secundária Quinta das Palmeiras)***, foi a mesma ***autorizada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.10 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ À INOV@TERMAS – CENTRO DE INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO – TERMALISMO, SAÚDE E BEM-ESTAR

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas n), in fine, do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, conjugadas com o disposto no n.º 1 do artigo 53.º e no n.º 2 do artigo 56.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, através do ofício n.º 6490 de 29.11.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo interveniente o Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que lembrou que “já aqui foi referido várias vezes, até por várias bancadas, em relação a estas participações em várias empresas e em adesões. Será que

não é possível, periodicamente, a Câmara Municipal apresentar um relatório sintético da participação, de reuniões, do que é que se decidiu? -----

A participação nessas organizações, penso que a Assembleia Municipal se autoriza a Câmara a participar também deveria existir um feedback da Câmara à Assembleia Municipal em relação à participação nestas estruturas.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Adesão do Município da Covilhã à INOV@TERMAS – Centro de Inovação e Qualificação – Termalismo, Saúde e Bem-Estar** foi a mesma **autorizada por unanimidade.** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD), António Maria Proença Petrucci do Lago Saraiva (PPD/PSD), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.11 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL DE E PARA A JUVENTUDE DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de outubro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 1 e k) do n.º 2 ambas do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, através do ofício n.º 5375 de 16.10.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Mafalda Lourenço Nunes (PPD/PSD):** “A finalidade deste documento pode ser descrito em dois tópicos: promover a participação da juventude na definição de políticas sectoriais e alcançar objetivos comuns com maior eficácia e eficiência. -----

A análise revela pontos fortes, boa qualidade de vida e ambiente com acesso a recursos naturais como serras, florestas e rios, o que também favorece a promoção do turismo. A oferta

diversificada de serviços públicos, incluindo escolas e equipamentos culturais, a dinâmica associativa concelhia, juntamente com a colaboração das escolas e associações locais, é uma grande força para a nossa comunidade. -----

Pontos fracos – A oferta limitada de cursos do ensino superior e a falta de empregos qualificados são questões a serem abordadas. -----

Problemas de habitação degradada, falta de estacionamento, insuficiência de transportes públicos exigem uma solução urgente. -----

A programação cultural não está alinhada com os interesses dos jovens e a baixa divulgação de atividades culturais também é uma falha a superar. -----

Oportunidades – Mudança de paradigma nas expectativas culturais com o potencial de internacionalizar as redes de ensino superior e promover o turismo, focando nas atividades económicas locais. A legislação em matéria de mobilidade, de transportes e a estratégia energética e ambiental podem ser grandes aliadas na fixação de jovens na região. -----

Ameaças – A concorrência de outras cidades turísticas, falta de apoio à fixação de empresas nos parques industriais e a escassa diversidade nos sectores económicos locais. O baixo dinamismo do comércio local, a migração da população jovem e o envelhecimento demográfico também representam sérios desafios. Além disso, há um desequilíbrio na oferta de serviços públicos com a falta de emprego e os salários baixos, o que continua a afetar a nossa juventude. Apesar disto, o Plano é um exemplo de inovação, inclusão e progresso. Assim, garante aos jovens uma voz própria e um papel central no seu futuro. Por esta razão, votamos favoravelmente o documento.”

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “O documento pareceu-me bem elaborado e bem estruturado. É um documento que honra quem o elaborou e quem nele participou. Com esta qualidade, se o documento foi feito pelos jovens, de facto, temos jovens de grande qualidade, o que significa que a Covilhã tem futuro. -----

Temos um bom documento. Interessa é executá-lo, avaliá-lo periodicamente e verificar se, de facto, aquilo que foi definido como estratégias e como ações são concretizadas no sentido de colmatar as dificuldades, os problemas existentes e as ameaças que foram aqui referidas.” -----

- **Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes (PS):** “Antes de analisar o documento, vou começar com umas notas introdutórias. -----

Em primeiro lugar, associar-me às menções feitas aos jovens Deputados da bancada do Partido Social Democrata e dar-lhes os meus parabéns também pela qualidade e pela elevação das vossas intervenções. Acrescentaram valor a esta discussão e isso é muito importante. -----

Enaltecer também o trabalho que o CMJ tem desenvolvido. Sendo representante da bancada do Partido Socialista no Conselho Municipal da Juventude, posso acompanhar e não queria deixar passar este momento sem deixar uma palavra de reconhecimento ao Diogo Domingos – o Presidente cessante do Conselho Municipal da Juventude – e também aqui uma palavra de

coragem ao João Cristóvão que é o novo Presidente eleito do Órgão, em nome da bancada municipal do Partido Socialista. -----

Aproveito também para mencionar que, no âmbito de uma dessas mesmas reuniões e no âmbito também da minha atividade profissional, fui desafiado pela Senhora Vereadora a desenvolver atividades com o Conselho Municipal da Juventude e, assim que fui convidado pela Universidade para dinamizar uma sessão do Parlamento dos Jovens com os nossos jovens da Escola Secundária Quinta das Palmeiras, cujo tema foi “A violência no Namoro” que teve uma colaboração fundamental da Associação Colabora e também das técnicas da Divisão de Educação, nomeadamente a Dra. Sónia Reis e sobretudo a Dra. Janine Batista. Portanto, enaltecer aqui todo o trabalho que foi desenvolvido de onde sairá um documento com recomendações concretas aos grupos na Assembleia da República. Portanto, também é uma evidência de que os jovens estão preocupados, que os jovens trabalham e que acrescentam valor também à nossa comunidade. ---

Relativamente ao Plano Municipal, está em linha com o trabalho de valorização e reconhecimento do papel importante que a juventude tem na vida das nossas comunidades e também na transformação social, porque os jovens são os verdadeiros agentes de mudança do futuro. -----

Portanto, o voto será favorável.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Plano Municipal de e Para a Juventude da Covilhã***, foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.12 – CONHECIMENTO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL, PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PLANO DE AÇÃO 2025, ELABORADO NO ÂMBITO DO PROJETO RADAR SOCIAL, ENQUADRADO NA COMPONENTE 03 – RESPOSTAS SOCIAIS, INVESTIMENTO RE-C03-I01, NOVA GERAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS, DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 15 de novembro de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para conhecimento, através do ofício n.º 6511 de 29.11.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal prescindido do seu tempo para apresentação do assunto, o mesmo foi submetido à apreciação sendo intervenientes os Deputados Municipais:

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Numa nota muito telegráfica, não queria deixar de me pronunciar sobre este ponto. No seguimento de estarmos a falar em documentos muito bem elaborados e é com muito orgulho que vejo os nossos jovens covilhanenses a elaborar documentos com esta qualidade. -----

Senhor Presidente, relativamente a este documento, o quão surpreendida fiquei pela qualidade do documento. Rapidamente percebi que tinha sido elaborado por uma entidade externa que pelos vistos foi muito bem escolhida. -----

Damos os parabéns pelo documento que faz um levantamento exaustivo das características do Concelho, da sua população, bem como das suas necessidades. Acho inclusivamente, e permitam-me esta achega, que todos os Membros desta Assembleia Municipal deviam ler com tempo o documento porque ele pode ser uma excelente ferramenta de trabalho até para as nossas intervenções aqui na Assembleia Municipal. -----

No entanto, esperamos que este projeto não se traduza em mais uma Comissão de Trabalho no meio de tantas que já existem nesta temática da Ação Social porque no final do dia, Senhor Presidente, o que realmente interessa e importa é que os apoios a quem precisa sejam cada vez mais efetivos e com um pormenor que não é pormenor, é um por maior, que tem de ser sobretudo apoios com muita qualidade técnica porque, no meu entender, só assim se tornam efetivamente esses apoios eficazes. -----

É pena que outros apoios e agora tenho que voltar a este ponto porque fiquei um bocadinho não diria incomodada, mas um bocadinho triste aqui com uma situação que levantámos na última Assembleia temática que é relativamente a um projeto que acho que o Senhor Presidente tem que ainda equacionar. Compreendo o seu ponto de vista, mas deixe-me explicar-lhe novamente o meu. Relativamente ao projeto “A BEM” que apoia aos medicamentos: o nosso Município continua a ser o município a nível distrital que não aderiu a este projeto. -----

Senhor Presidente, os argumentos que utilizou, e tenho que os respeitar, é que é um projeto mais adequado a municípios grandes. Se olharmos para os nossos parceiros em termos de distrito, vemos municípios muito mais pequenos que o nosso a aderirem. Outro argumento que utilizou é que o Município já dava esse apoio, nomeadamente às Conferências de São Vicente de Paulo, mas realmente esse apoio que o Município dá às Conferências também é um valor que, se pudessem ter um acréscimo e as pessoas pudessem ter esse apoio, porque eles não utilizam só para os medicamentos, acho que era uma mais-valia. -----

Portanto, deixo lhe este desafio.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Não tinha a noção e não tive, de facto, essa perspicácia de que tinha sido um documento feito por uma entidade externa, mas aconselhava toda a gente a ler este documento porque ficamos a conhecer melhor a Covilhã, ficamos a

conhecer, de facto, as dificuldades que temos, mas também as potencialidades que existem para o nosso desenvolvimento. -----

Neste documento encontramos a caracterização da população, sua demografia, mas há aqui algumas referências que já fiz até na minha intervenção inicial. Esta afirmação de que o mercado de trabalho no Concelho apresenta uma reduzida atratividade tem a ver um pouco possivelmente com aquilo que estávamos a conversar há pouco em relação à questão do nível salarial, principalmente, porque temos que arranjar aí os meios para que, por exemplo, o subsídio de refeição nas empresas têxteis no Concelho da Covilhã tenham um valor mais elevado do que aquele que é 2,45 € ou 2,46 €, para além do salário, como é evidente, que no Concelho da Covilhã não se paga muito mais do que pouco mais acima do salário mínimo nacional. Isso traduz-se depois naquilo que conclui o próprio estudo, que é o poder de compra das populações que se encontra abaixo da região centro, apesar de encontrar-se acima ao nível dos valores da CIM Beiras e Serra da Estrela. -----

As carências de habitação também são referenciadas, as prestações sociais, para além de haver outros dados referentes ao desemprego – a afirmação de que existe uma forte inatividade da população residente. -----

Falando nos estrangeiros, também identifica o número de estrangeiros que permanecem no nosso Concelho. -----

Outra questão que se coloca e coloca-se também nas escolas, desde o pré-escolar à universidade, é a questão do número de alunos de várias nacionalidades. Estava-me a lembrar da Escola Frei Heitor Pinto: tinha alunos de 60 nacionalidades diferentes, o que também coloca aqui problemas na resposta que a escola pode dar, que as autarquias também podem ajudar, desde logo com o desenvolvimento de ações na formação ao nível da língua portuguesa que, enfim, compete às escolas. Mas a autarquia também pode ajudar na organização de cursos de formação e de aprendizagem da língua portuguesa, língua não materna. -----

Portanto, há de facto aqui um conjunto de indicadores que eu, sinceramente, fiquei mais rico ao ler o documento e mais conhecedor do nosso Concelho e das nossas populações.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS):** “Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Social, verificamos que resulta de um processo que é composto por três etapas. Está um trabalho muito bem feito. Também aconselho a que todos o possam ler com algum tempo. -----

Este Plano de ação está preocupado com a população, desde os mais jovens aos mais idosos, criando espaços de acolhimento, creches, residências séniores, preocupado com o auxílio aos sem-abrigo promovendo-lhes uma vida melhor, preocupado com a inclusão social a nível do número de estrangeiros que aumentou no nosso Concelho, pessoas com deficiências, pessoas de culturas diferentes, preocupado também com a saúde e com os cuidados a serem prestados no nosso Concelho, preocupado com o emprego, com a qualidade do emprego, o emprego seguro, um emprego adaptável, preocupado também com a igualdade de géneros e não à discriminação, preocupado com o desenvolvimento da educação e da formação ao longo da vida dos nossos

Covilhanenses, preocupado também com a pobreza e como combatê-la, entre outros inúmeros parâmetros que podemos apreciar ao longo do documento. -----

Este Plano incide numa avaliação prévia das necessidades dos nossos cidadãos nas várias vertentes e, depois, efetivamente elas vão ser correspondidas na implementação das ações, digamos assim.

É importante realçar que o Município da Covilhã continua em alerta com os seus cidadãos, com as suas condições de vida e trabalha em prol da cidade. -----

Este é um Plano em constante atualização e avalia sempre as necessidades que facilmente podem ser adaptadas àquilo que vai aparecendo. -----

Por último e não menos importante, também dizer que efetivamente este Plano foi apoiado por uma empresa externa, mas sempre com a ajuda dos nossos funcionários da Câmara Municipal e que, sem a sua colaboração e ajuda, acredito que não teria sido feito este bom trabalho que pudemos verificar neste documento.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu ter duas notas “para subscrever a bondade, a riqueza e o conteúdo do documento naquilo que ele é favorável ou menos favorável. É uma questão da realidade, embora muitas vezes possamos discordar de um ou de outro aspeto. -----

A questão dos medicamentos, era ao contrário. Nos municípios de menor dimensão é que é mais fácil aplicar, daí esse número mais significativo de pequenos municípios. Mas isso é o que me dizem os meus colegas de experiência vivida. -----

Uma nota muito importante que a Senhora Deputada Vânia acentuou, que é a do apoio e da qualidade dos nossos funcionários. Sei que não era a intenção da Senhora Deputada ou sublinhado, carregado ou do negrito do Senhor Deputado Vítor Reis Silva, relativamente à questão da entidade externa. Temos bons e qualificadíssimos quadros na nossa Câmara. Podemos gabar disso, mas eles têm tantas tarefas que não se podem dedicar exclusivamente a este tipo de trabalho, que é um trabalho maturado, iminentemente muito exigente, que requer afinação e muita dedicação de tempo que eles não têm. Ainda assim, deram toda a colaboração a esta empresa, com tudo aquilo que estava ao seu alcance para os ajudar e eu também lhes quero agradecer a eles o facto de terem produzido tão bom trabalho. -----

Com a permissão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, desejar-lhes a todas e a todos os que estão nesta sala um bom Natal e um excelente ano de 2025 com muita saúde.” -----

--- A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação 2025, elaborado no âmbito do projeto Radar Social, enquadrado na Componente 03 – Respostas Sociais, investimento RE-C03-i01, Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). -----

Não estavam presentes os deputados municipais: Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Dr. Nuno Flávio da Costa Reis (CDS-PP), Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). ----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário em substituição,



Covilhã, 18 de dezembro de 2024

Declarações de âmbito político e de interesse municipal

Exmos.:

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras. e Srs. Vereadores,

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Estimados Covilhanenses,

Uma vez mais o PSD utiliza este órgão municipal e este púlpito para precipitar o debate político e o direcionar para as áreas que realmente afetam o dia a dia, as vidas e o bem estar dos Covilhanenses. Foi assim quando trouxemos o problema da segurança, foi assim quando trouxemos o problema da saúde. E é assim hoje quando falamos em iluminação dos espaços públicos. Não parece logico a uma análise superficial, mas a iluminação publica fraca e deficiente afeta diretamente a qualidade de vida e a segurança de todos os que vivem, estudam e visitam a nossa cidade.

Em 2017, o município realizou um investimento significativo (mais de 2 milhões de euros) na substituição da iluminação pública por tecnologia LED, com o objetivo de reduzir os custos para o erário público e aumentar a eficiência energética. Embora reconheçamos a importância deste investimento e sobretudo desta transição para um modelo mais sustentável, é necessário avaliar os resultados práticos desse investimento.



Infelizmente, muitos Covilhanenses têm manifestado descontentamento e preocupação na manutenção deste sistema de iluminação, apontando que, embora as lâmpadas LED sejam economicamente mais vantajosas, elas não garantem a eficácia esperada em termos de iluminação. Em várias zonas da cidade, a intensidade luminosa proporcionada pelas novas lâmpadas é insuficiente, o que gera pontos escuros e aumenta a sensação de insegurança. Essa limitação é particularmente grave em locais de maior circulação pedonal e nas áreas periféricas, onde a iluminação já era deficitária antes da transição.

O transporte viário é também uma principal vítima da fraca iluminação pública, tendo já ocorrido acidentes por esse facto. No passado mês de novembro um cidadão foi atropelado numa passadeira, numa das principais avenidas da cidade, as circunstâncias do acidente ainda estão a ser investigadas pelas autoridades, mas esperemos que a fraca iluminação da avenida não tenha contribuído para este acidente.

A problemática da iluminação insuficiente é recorrente dos últimos mandatos do Partido socialista, mas a mudança para o sistema LED veio agravar este problema, por isso é urgente intervir principalmente em zonas como as passadeiras, onde se podem por em causa a própria vida das pessoas. Para além de devidamente pintadas e assinaladas as passadeiras devem estar muito bem iluminadas.

A acrescentar à fraca potência da iluminação LED temos os problemas oriundos de um investimento feito há 7 anos: lâmpadas apagadas, postes danificados e a cobertura insuficiente em várias freguesias agravam ainda mais a situação. Tal cenário prejudica não apenas a segurança, mas também a mobilidade e o bem-estar geral dos Covilhanenses.



H
H2

Entendemos que a gestão da iluminação pública envolve desafios técnicos e financeiros, mas acreditamos que é fundamental rever as decisões tomadas em 2017 e analisar como se podem corrigir os problemas existentes.

Após os constantes alertas, nos últimos anos, por parte dos vários representantes da oposição, é finalmente anunciado por este executivo o lançamento de um concurso publico para substituição de todas as luminárias do concelho. Apesar de ainda não termos data para esse concurso só a informação que se estaria na fase final de elaboração do caderno de encargos, louvamos este avanço nesta matéria.

E como estamos ainda nesta fase e porque queremos deixar não só a nossa critica mas também o nosso contributo para a resolução do problema (apesar de sermos sempre acusados de não o fazer) gostaríamos de propor algumas ações concretas que vão para além de um bom caderno de encargos:

1. **Revisão do projeto de iluminação LED:** Avaliar a eficácia do investimento feito em 2017, fazer um estudo luminotécnico e utilizar luminárias e lâmpadas led adequadas a garantir a luminosidade mínima requerida nos regulamentos para a iluminação pública.
2. **Mapeamento das áreas críticas:** Identificar as zonas mais afetadas pela falta ou insuficiência de iluminação, com base em relatórios técnicos e nas reclamações dos cidadãos.
3. **Manutenção preventiva e ágil:** Implementar uma rotina de manutenção preventiva e acelerar os processos de reparação em caso de falhas ou avarias.
4. **Participação dos cidadãos:** Criar uma plataforma ou canal direto para que os munícipes possam reportar problemas e sugerir melhorias.



PF
H2

5. **Planeamento com foco na eficácia:** Elaborar um plano de ação com prazos e metas claras, priorizando soluções que combinem economia e eficiência luminosa.

Por fim, deixo um desafio: se o objetivo do investimento em 2017 era melhorar a iluminação e a segurança na Covilhã, tenhamos aprendido com os erros e consigamos com o investimento em 2025 cumpra finalmente com esse desígnio.

Sr. Presidente o PSD conta com o seu compromisso para corrigir estas falhas e devolver à Covilhã a luz que ela nunca deveria ter perdido.

Obrigada

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
Vanda Ferreira



(Doc. 02)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 18 de Dezembro de 2024

2.1 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação

Recomendação

A Assembleia Municipal da Covilhã reunida em Sessão Ordinária em 18 de Dezembro de 2024 recomenda ao Executivo Municipal:

1 – A reabertura dos sanitários públicos existentes na cidade, a sua requalificação, se necessário, possibilitando aos residentes e a quem nos visita um serviço público que evite a existência de cantos e recantos com cheiros nauseabundos que nada abonam a uma cidade que quer ser destino turístico, cidade criativa e educadora.

2 – A substituição dos atuais contentores de recolha de resíduos domésticos, de cartão, plástico e vidro **por contentores com pedal** em todo o Concelho. A população mais idosa, e não só, tem dificuldade em levantar as tampas dos contentores existentes, bastas vezes degradadas e sujas.

3 – Assegurar a limpeza e varrição dos espaços públicos ao Domingo e Feriados, em especial nos locais da cidade com maior concentração de pessoas no período noturno.

Covilhã, 18 de Dezembro de 2024

O Grupo Municipal da CDU – PCP-PEV



VOTO DE PESAR

Covilhã, 18 de Dezembro de 2024

O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de pesar pelo falecimento de Ramiro Reis, antigo vereador da Câmara Municipal da Covilhã.

Além do serviço que prestou como vereador da Câmara Municipal da Covilhã, Ramiro Reis destacou-se como sindicalista e presidente da direção da Associação de Socorros Mútuos Covilhanense, destacando-se pelo seu papel como dirigente sindical nos anos 80, no Sindicato Têxtil.

Pelo seu papel na defesa dos seus pares, e o seu contributo para a melhoria das condições do trabalho para muitos Covilhanenses, relembramos hoje aqui Ramiro Reis.

Nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- 1) Aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento;
- 2) Endereçar as mais sentidas condolências e conhecimento deste voto aos seus familiares.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Lino Torgal

Ruben Nascimento

António Saraiva

Mafalda Nunes



Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de Ramiro do Carmo Cunha Reis, de 77 anos de idade.

Dedicou uma parte significativa da sua vida às causas sociais e políticas.

Empenhado na defesa dos direitos dos trabalhadores foi, no início dos anos 80, dirigente sindical no Sindicato Têxtil da Beira Baixa.

De 1989 a 1993 exerceu funções de vereador eleito pelo PCP, na Câmara Municipal da Covilhã.

Entre 1992 e 2005, pertenceu aos órgãos sociais da Mutualista da Covilhã onde desempenhou vários cargos nomeadamente, vice-presidente, presidente da Assembleia Geral e presidente da Direção.

Pelo seu contributo social e político e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista





Covilhã, 18 de dezembro de 2024

MOÇÃO – Uma Mobilidade mais inclusiva para a Covilhã

A mobilidade é possivelmente uma das áreas mais relevantes no desenvolvimento e funcionamento de qualquer comunidade, estando claro para o Grupo Municipal do PSD que ainda são várias as falhas, nomeadamente nos transportes urbanos da Covilhã.

O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, tal como o Regulamento (UE) n.º 181/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, estabelecem que os veículos de transportes públicos devem ser acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida, através de rampas ou plataformas elevatórias. Mas não é este o único problema, a própria configuração urbanística da cidade, especialmente junto as paragens de autocarros, também não facilitam o acesso a cadeiras de rodas por exemplo. No Praça do Município, além de passeios altos e de ter de se esquivar de mil e um obstáculos, uma pessoa de cadeira de rodas, em muitos troços da zona histórica da cidade, sequer consegue passar nos passeios de cadeira de rodas (v.g. troço entre a Igreja de São João de Malta e as Bombas de Gasolina da Galp). Outro exemplo que encontramos, e que foi intervencionado recentemente, é a estrada do Sineiro, em direção à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que claramente também não demonstra condições para a passagem de cadeiras de rodas.



Outro caso que também nos inquieta, refere-se à inexistência de transporte para os trabalhadores do CallCenter da MEO até ao local de trabalho. Tal facto verifica-se desde os tempos da Pandemia, e após o fim da mesma não foi reposta a passagem do autocarro nesse local, tendo os trabalhadores dessa empresa de se deslocar a pé desde a última paragem de autocarro, no Hospital.

Assim, sob proposta do Grupo Municipal do PSD, instamos a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário, a 18 de dezembro de 2024, a aprovar as seguintes propostas para a Câmara Municipal, com o intuito de trazer uma mobilidade mais inclusiva aos covilhanenses, através de:

- Colocação de plataformas elevatórias ou rampas para acesso de cadeiras de rodas, nos autocarros dos transportes urbanos da Covilhã.
- Preocupação futura com um planeamento urbano inclusivo, começando pela criação de rampas nos passeios junto às paragens de autocarro, e outros serviços públicos, e de reconfigurar as paragens de autocarro de modo a abrigarem melhor todos os utentes dos Transportes Públicos.
- Reposição da paragem de autocarro no CallCenter da MEO, começando apenas pelos horários de entrada e saída dos trabalhadores e estudar a rentabilidade da paragem noutros horários.

Por fim, instamos também o executivo camarário a encetar conversas junto do governo central para entender o estado da obra da linha da Beira



Alta, que tanta falta nos faz a nível de ligação “Intercidades” ao norte do país.

Os membros do grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,

Vanda Ferreira

Lino Torgal

Ruben Nascimento

António Saraiva

Mafalda Nunes

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de António Pinto Pires, de 70 anos de idade.

Licenciou-se em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra após o que, iniciou a carreira de professor. Foi também historiador, escritor e um acérrimo defensor dos caminhos de ferro.

Em 1991, na Covilhã, foi fundador do “6 de Setembro” - Grupo de Amigos do Caminho de Ferro da Beira Baixa.

Em 1997, foi o 1º presidente da Comissão Executiva Instaladora do Museu Nacional Ferroviário, no Entroncamento, cargo que exerceu até 2002.

Em 2004, com a dissertação “O Museu Nacional Ferroviário e Polinucleado – Um Museu em Construção” concluiu o Mestrado em Museologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo aí prosseguido como doutorando no estudo da mesma temática.

Entre 2002 e 2008 foi assessor na área do património museológico, no Município de Alcanena, tendo colaborado na execução de vários projetos, entre os quais o do Museu do Curtume.

Ao longo da sua vida, foi membro de várias associações, nomeadamente a APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, da APPI – Associação Portuguesa do Património Industrial e da APSPCI – Associação Portuguesa para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.

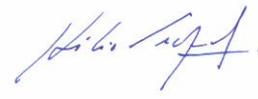
Publicou, com frequência, artigos de opinião, a nível regional e nacional e foi autor de diversos livros sobre Património Local e Linha de Beira Baixa.

Em 2019 recebeu a Medalha de Mérito Municipal Grau Prata, da Câmara Municipal da Covilhã, pelos serviços prestados em prol do concelho.

Pelo seu contributo cultural e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista



Asssembleia Municipal da Covilhã

18 de dezembro de 2024

Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de Fernando da Silva Pires, de 92 anos de idade.

Chegou ao Sporting da Covilhã na época 55/56, onde integrou a equipa que marcou a história do clube por ter chegado à Final da Taça de Portugal, tendo marcado o único golo da equipa serrana.

Pelo seu contributo em prol do desporto e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

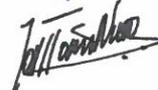


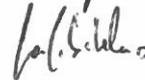


António Gomes











Proposta

Voto de pesar pelo falecimento de Dr. José Manuel Vicente Gil Barreiros, de 76 anos de idade.

Natural e residente na Covilhã, foi administrador hospitalar na Unidade Local de Saúde da Cova da Beira durante mais de 30 anos.

Até à aposentação, foi também gestor do Departamento de Saúde da Criança e da Mulher.

Pelo seu contributo em prol da saúde local e a título de reconhecimento apresentamos este voto de pesar.

Do teor deste voto de pesar, será dado conhecimento aos familiares.

O Grupo da Bancada do Partido Socialista

Paulo Rumiz

L. L. R.

Agostinho Gomes

Outros

V. R.

B.

J. T.

L. C.

Helio

Voto de Pesar pelo Falecimento de Arménio Saraiva Baltazar Correia

No passado dia 7 de dezembro de 2024 faleceu Arménio Saraiva Baltazar Correia com 76 anos natural do Teixoso, vítima de doença prolongada.

Arménio Baltazar, como era mais conhecido, nasceu a 15 de julho de 1948 e foi sempre um grande impulsionador na vila e no município.

Foi um dos fundadores e impulsionadores do escutismo no Teixoso, tendo feito a sua promessa de escuteiro no ano 1962, ano em que o agrupamento 153 do Teixoso foi fundado. Após 50 anos foi ainda um dos responsáveis pela fundação da FNA (Fraternidade de Nuno Álvares) na mesma vila.

Proporcionou e alcançou grandes transformações na fundação Anita Pina Calado, (instituição residencial para idosos e apoio domiciliário), onde, assumiu a presidência do conselho de administração. Desempenhou funções na Junta de Freguesia do Teixoso, como presidente da Assembleia de Freguesia, tendo também passado por outras coletividades da vila.

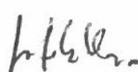
Foi sem dúvida um Homem de carácter, dinâmico e com um gosto enorme por ajudar o próximo, dar o seu cunho à comunidade e fazer sempre mais por todos os que o solicitavam.

Deixa-nos após uma luta árdua contra uma doença prolongada, escrevendo o seu nome nas páginas douradas do Teixoso, deixando esta vila mais pobre e com ela também todas as coletividades e empresas em que outrora desempenhou funções.

Um homem lutador, guerreiro, e um exemplo a seguir.

Propõem-se assim, que esta Assembleia Municipal lhe preste esta honrosa homenagem com a aprovação deste voto de pesar, endereçando ainda aos seus familiares, à União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo e a toda a comunidade.

Covilhã, 18 de dezembro de 2024



Voto Louvor

Teatro das Beiras

A companhia profissional de teatro “Teatro das Beiras” nasce a 7 de novembro de 1974, fundada pelos irmãos Fernando e Rui Sena com a designação Grupo de Intervenção Cultural da Covilhã (GICC).

Resulta da vontade dos seus fundadores promover e produzir com mais regularidade espetáculos teatrais e culturais na região.

A história começa com a estreia, em 1976, da primeira peça “*La farce de maître Phathelin*” e até hoje, nestes 50 anos, contam já com 118 produções.

Em 1980 iniciam a organização anual do “*Ciclo de Teatro de Outono*” que hoje se apresenta ao público como “Festival de Teatro da Covilhã”, promovendo anualmente na Covilhã um conjunto diversificado e de excelência de peças de teatro, de diversas companhias nacionais e internacionais, somando já 42 edições.

Em 1994 passa a companhia profissional de teatro e em 1998 adquire o estatuto de utilidade pública.

Ao longo destes 50 anos realizou mais de 3000 apresentações para mais de 300.000 espectadores em vários pontos do mundo.

Com um trabalho muito impactante nas escolas e nas aldeias cumpre uma missão de serviço público na promoção e democratização da cultura e constitui-se ela própria como uma escola de artistas e profissionais da cultura contando atualmente com uma equipa que vai oscilando à volta de uma dezena de profissionais.

Em 2015 o Município da Covilhã distinguiu justamente a companhia com a Medalha de Mérito Municipal, categoria prata, mas o seu maior reconhecimento é aquele que advém do público que há desde há 50 anos participa e beneficia das suas criações e do seu trabalho.

Nas palavras de um dos seus fundadores, Fernando Sena, *“O teatro é diferente todos os dias, mesmo que seja a mesma peça a ser representada”*.

É esta singularidade e esta genuinidade que lhes tem granjeado o sucesso, o respeito e o reconhecimento do público, das entidades públicas, dos profissionais e dos seus congéneres aos longo destes 50.

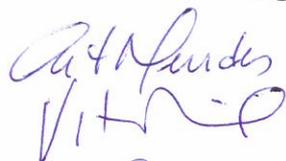
É pelo reconhecimento desses méritos que a Assembleia Municipal da Covilhã, por ocasião da celebração dos seus 50 anos, aprova esta Voto de Louvor como forma de agradecimento pelo trabalho desenvolvido e estímulo para que prossigam um caminho de inspiração e trabalho cultural demonstrando que a cultura de qualidade é também produzida fora dos grandes centros e que a Covilhã se continua a afirmar como um dos mais relevantes territórios de produção cultural do interior de Portugal.

Sendo aprovado, este voto deverá ser endereçado à companhia profissional Teatro das Beiras e aos seus dois fundadores, Rui e Fernando Sena.

Covilhã, 18 de dezembro de 2024



Armando Gomes



Voto Louvor Lua Afonso

Lua Afonso é uma jovem Covilhanense com 16 anos, estudante na Escola Secundária da Quinta das Palmeiras.

Apesar da sua jovem idade tem um percurso notável em termos cívicos, académicos e desportivos somando assinaláveis conquistas.

É fundadora do projeto de promoção da igualdade de género, “Fora da Cozinha” e foi eleita para a Mesa Nacional do Parlamento dos Jovens em 2023.

Campeão Nacional de Trail Jovem 2024 e vencedora do Circuito Nacional de Trail (com 5 vitórias em 5 provas) e foi convidada para estar presente na Final da Taça de Portugal de Futebol de 2024, entre o Sporting CP - FC Porto, por ter sido a melhor árbitra no Encontro Nacional de Arbitro Jovem.

Também em 2024 conquista o concurso “Astronauta por um dia”, da Agência Espacial Portuguesa tendo como prémio a participação num voo que lhe permitiu experimentar a sensação de gravidade zero.

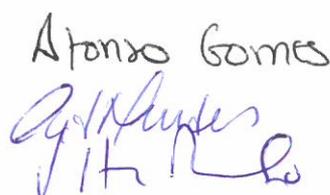
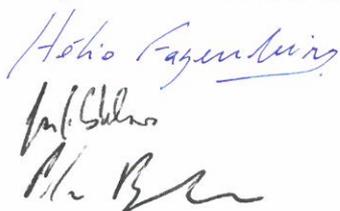
Foi vencedora do Concurso Municipal de Leitura – Covilhã, nos últimos 3 anos (2022, 2023 e 2024) e do Concurso Nacional de Leitura 2023 e do Concurso Nacional Ler em Voz Alta (2024)

Recentemente conquistou o Concurso Nacional *Voz – O Poder da Palavra, eloquência e oratória* onde a todos encantou com duas brilhantes declamações com textos da sua autoria.

Sendo notável um currículo que é inversamente proporcional à sua jovem idade, a Assembleia Municipal da Covilhã pretende reconhecer e louvar o seu percurso, as suas conquistas procurando que este voto constitua um incentivo à continuação do seu caminho pessoal e que este reconhecimento sirva de inspiração e motivação aos jovens da Covilhã.

Depois de aprovado, este voto deve ser enviado à destinatária, Lua Afonso, e à sua Escola, Escola Quinta das Palmeiras.

Covilhã, 18 de dezembro de 2024



Voto Louvor

Centenário do nascimento de Mário Soares

Assinalou-se no passado dia 7 de dezembro o centenário do nascimento de Mário Soares, um homem cuja vida foi marcada por um incansável compromisso com a liberdade e a democracia e cuja ação perdurará nos livros de história das futuras gerações.

Mário Soares nasceu a 7 de dezembro de 1924, em Lisboa.

Durante a ditadura salazarista destacou-se como um dos principais opositores ao regime, tendo sido preso 12 vezes num período que quase totalizou 3 anos.

Apesar das adversidades, Mário Soares sempre se manteve firme na sua luta pela liberdade, tornando-se um símbolo de resistência e esperança para os portugueses.

Em 1973 fundou na Alemanha, juntamente com outros Camaradas, o Partido Socialista.

Com a Revolução dos Cravos de 1974, desempenhou um papel crucial na transição de Portugal para a democracia.

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e, posteriormente eleito Primeiro-Ministro, nas primeiras eleições livres em democracia.

Foi também o primeiro civil eleito, por duas vezes, Presidente da República em democracia.

A sua liderança foi fundamental para a consolidação das instituições democráticas e a promoção dos direitos humanos em Portugal.

Portugal deve-lhe para além do combate à ditadura e da luta pela liberdade, a consolidação da democracia, a adesão à então Comunidade Económica Europeia - CEE, que pediu formalmente adesão enquanto Primeiro-ministro em 1977 e que posteriormente, em 12 de junho de 1985, veio a assinar numa célebre cerimónia no Mosteiro dos Jerónimos.

Além de sua influência nacional, Mário Soares teve também relevância significativa no cenário internacional. Amigo pessoal das maiores personalidades políticas e intelectuais mundiais do século XX, colhia simpatia e admiração por líderes políticos e religiosos dos mais variados quadrantes.

Mário Soares deixa um legado de luta pela liberdade, pela democracia, pela igualdade e pela justiça social que perdurará muito para além do seu tempo.

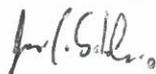
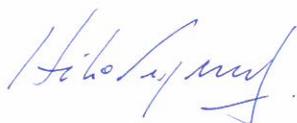
A sua importância histórica é impossível de sintetizar neste pequeno texto e o seu exemplo, o seu carácter, a sua ação e os seus ensinamentos perdurarão no tempo e continuarão a ser uma inspiração para as futuras gerações de portugueses como um exemplo de coragem, de dedicação à causa coletiva, de combate às desigualdades e de luta pela liberdade.

O Município da Covilhã, reconhecendo a sua relevância e importância histórica, distinguiu-o em 2015 com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal e a Chave da Cidade. Em 2021, já a título póstumo, atribui o seu nome a uma rua da cidade, nas imediações da Faculdade de Ciências da Saúde da UBI, numa zona de expansão - como o seu pensamento - e muito frequentada por jovens, com sempre foi a sua mente.

A vida e ação da vida de Mário Soares, transformou-o no português mais relevante na história da nossa democracia e num dos mais importantes e impactantes na história do século XX de Portugal.

Como expressão de reconhecimento e gratidão, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 18 de dezembro de 2024 e por ocasião da celebração do centenário do nascimento de Mário Soares, aprova este Voto de Louvor, o qual deve ser enviado aos seus filhos, Isabel e João Soares, à Fundação Mário Soares a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-ministro e aos grupos parlamentares da Assembleia da República.

Covilhã, 18 de dezembro de 2024



Alfonso Gomes



Recomendação

Novo Local de Voto na zona baixa da cidade da Covilhã

Os locais de voto da cidade da Covilhã têm sofrido muito poucas alterações ao longo das últimas décadas e ainda hoje respeitam, e a nosso ver bem, as antigas freguesias da cidade (Conceição, Santa Maria, São Martinho e São Pedro), existindo sempre locais de votação em todas elas.

Contudo, a expansão da Covilhã em direção ao Zêzere, aumentando significativamente o número de eleitores na zona baixa da cidade, torna essencial a criação de um novo local de voto nesta área da cidade.

Este aumento tem-se verificado em grande medida na antiga freguesia de Santa Maria, o que leva a que cada vez mais eleitores se tenham de deslocar até à Escola Primária n.º 1 - São Silvestre (Central) para exercer o seu direito de voto, um local de voto que já conta com 5 mesas de votação e maioritariamente compostas por residentes da zona baixa da cidade.

É por isso fundamental o desdobraimento destas mesas de voto, criando um novo local de voto mais próximo da área mais habitada, como por exemplo numa das instituições de ensino ali presentes (Escola Pêro da Covilhã, Escola Quinta das Palmeiras ou Faculdade de Ciências da Saúde da UBI).

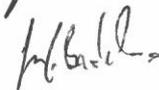
Desta forma, a Assembleia Municipal da Covilhã vem recomendar ao executivo municipal que proceda à criação de um novo Local de Voto na zona baixa da cidade, de maneira a que nos próximos atos eleitorais aqueles que aqui residam possam exercer o seu direito de voto num local mais próximo da sua residência, garantindo naturalmente boas acessibilidades para qualquer cidadão e lugares de estacionamento apropriados.

Covilhã, 18 de dezembro de 2024



Afonso Gomes
Cátia Mendes
Vit. Reis



Moção

Pelo Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela

Na sequência do grande incêndio da Serra da Estrela de agosto de 2022, e após análise, junto dos autarcas, dos prejuízos infligidos às populações da região, o Governo de António Costa aprovou várias medidas destinadas aos municípios afetados pelos incêndios desse ano, num valor global de 200 milhões de euros. Na mesma resolução do Conselho de Ministros, datada de 15 de setembro de 2022, o Governo determinou ainda a “elaboração de um Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE), incluindo, em algumas medidas, todo o território da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, tendo em vista o desenvolvimento económico e social da região”.

Efetivando essa deliberação, no passado dia 8 de fevereiro de 2024, o anterior Governo, liderado pelo Partido Socialista, aprovou então o Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, que inclui vários projetos estruturantes que visam proteger o ecossistema da Serra da Estrela, dinamizar a economia regional e promover o desenvolvimento sustentável da Região.

Deste Programa, nascido do trabalho de 68 entidades regionais e que totaliza 155 milhões de euros, constam dezenas de medidas que pretendem não só conferir maior resiliência aos territórios da Serra da Estrela, como também potenciar a sua economia, tendo as populações residentes visto este novo Programa como um sinal de esperança no futuro das suas cidades, vilas e aldeias que vivem há demasiado tempo sujeitas a todos os tipos de desigualdades inerentes ao binómio interior-litoral.

Por essa razão, foi com alguma incredulidade que analisámos o Orçamento de Estado para 2025, apresentado pelo Governo composto pela coligação PSD-CDS, e percebemos que na verba destinada ao Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela encontram-se alocados apenas 1,5 milhões de euros. Ou seja, falamos de menos de um centésimo do valor necessário para concretizar o plano.

Cumpramos por isso ao Governo explicar qual a sua estratégia para os territórios da Serra da Estrela, se é que ela existe. Dizer se realmente reconhece a importância do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela para a região e se considera que este é, ou não, uma prioridade. Dar sinais claros às populações do interior de que, ao contrário do que sucedeu com a abolição das portagens nas ex-SCUT, podem



Grupo Municipal do Partido Socialista

contar com este Governo do PSD-CDS para promover os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.

Face ao exposto, e considerando que ainda está por fazer justiça às populações afetadas pelos incêndios de Agosto de 2022 na Serra da Estrela, que existem vários indicadores que revelam um manifesto desequilíbrio territorial no país, que o Interior de Portugal é um ativo estratégico e que é fundamental continuar a promover significativamente a Coesão Territorial, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária, vem instar o Governo a avançar definitivamente com os projetos estruturantes que constam do Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, conferindo aos municípios da região as verbas necessárias à sua implementação.

Em caso de aprovação, esta moção deve ser enviada ao Primeiro-Ministro de Portugal, ao Ministro da Coesão Territorial e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

Covilhã, 18 de Dezembro de 2024.

Proposta

Criação de Comissão Especializada Estudo de Traçado do IC6 (Folhadosa - Covilhã)

A construção da Infraestruturas rodoviária de ligação da Covilhã a Coimbra, conhecida e denominada por IC6 - Itinerário Complementar 6, é uma necessidade identificada e reconhecida há décadas e uma ambição das nossas populações ainda há mais tempo.

A aparente reduzida distância física entre Covilhã e Coimbra, transforma-se por razão da orografia e da qualidade e tipologia do traçado rodoviário existente, numa desproporcionada distância em termos de tempo de viagem bem como de segurança e conforto da mesma.

As alternativas atuais e mais confortáveis em comodidade são substancialmente maiores em tempo e distância de viagem e, por essa razão, menos amigas do ambiente.

O mesmo sucede relativamente às ligações Covilhã-Seia e Covilhã-Oliveira do Hospital, cujo IC6 reduziria drasticamente o tempo e conforto das viagens, permitindo que estes pólos dinamizadores da região da Serra da Estrela pudessem criar mais e melhores sinergias, tendo em vista o seu desenvolvimento comum.

A inscrição de apoios financeiros para estudos e projetos desta infraestrutura, no Plano de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, coloca de novo a oportunidade de avançar com esta obra tão necessária e indispensável para todos.

Nesse sentido é essencial que o tema seja analisado, debatido e decidido pelos responsáveis políticos da forma mais informada e esclarecida possível com vista a que esta obra estrutural e de grande alcance possa cumprir com os seus objetivos de servir da melhor forma o desenvolvimento dos nossos territórios e as nossas populações.

Assim, o grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto no artigo 29º do Regimento da Assembleia Municipal, vem propor a criação de uma Comissão de Trabalho Especializada nos seguintes termos:

Objetivos da Comissão:

- Estudar problemática do traçado do IC6, entre o Nó de Folhadosa (Seia) e o Nó do Parque Industrial do Tortosendo (Covilhã), nomeadamente através de análise das alternativas (via Pedras Lavradas e via túnel da Alvoaça).
- Após recolher os depoimentos que considere relevantes, esta Comissão deve apresentar uma proposta de recomendação a plenário, informada e participada, que defenda os interesses da Covilhã, das suas freguesias, e de toda a região.

Competências:

- Recolher depoimentos de entidades ou personalidades que a comissão considere relevantes para o desenvolvimento dos seus trabalhos;
- Emitir recomendações a serem objeto de deliberação em reunião plenária da Assembleia Municipal.

Composição:

- Um representante de cada Grupo Municipal.
- Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, Casegas e Ourondo, Cortes do Meio, Erada, Paul, São Jorge da Beira, Sobral de São Miguel e Unhais da Serra.

Votações:

- Para efeitos de quórum de funcionamento da Comissão e de votação nas tomadas de decisão, os representantes de cada Grupo Municipal têm na Comissão Especializada um número de votos equivalente ao número de deputados que compõem o respetivo Grupo Municipal.
- Os Presidentes das Juntas de Freguesia com lugar na comissão têm 1 voto cada.

Prazo:

- A Comissão deve apresentar o seu relatório final até à Assembleia Municipal Ordinária de Abril de 2025, extinguindo-se nesse momento.

Covilhã, 18 de dezembro de 2024



[Handwritten signature]

Covilhã, 18 de dezembro de 2024

Políticas de ambiente no concelho da Covilhã e desenvolvimento rural

Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã,

Sr. Presidente da Câmara,

Sras. e Srs. Vereadores,

Sras. e Srs. Membros da Assembleia Municipal,

Presidentes de Junta de Freguesia,

Comunicação Social,

Estimadas e Estimados concidadãos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Em primeiro lugar, analisando as características do território rural do nosso concelho, reparamos facilmente numa paisagem dominada pelo minifúndio, por terrenos cujos proprietários muitas vezes já não é possível saber quem são. Verificando-se tal realidade, é claro para a bancada do PSD, que o levantamento exaustivo dos terrenos rurais é essencial para percebermos de que modo podemos ajudar os proprietários a melhor os aproveitarem, de forma mais sustentável, tanto do ponto de vista ambiental, como do ponto de vista financeiro os seus terrenos. É necessário a CMC, apoiar mais as Juntas de Freguesia, a promover o emparcelamento dos terrenos, nomeadamente através da criação de



associações de baldios, tendo em vista facilitar a procura de investimento, através de uma associação que os representa. Escusado será dizer que este emparcelamento não só contribuirá para o desenvolvimento das zonas rurais, como a melhorar a qualidade de vida daqueles que lá habitam e que da terra tiram o seu sustento.

Em segundo, o pastoreio na Serra da Estrela, que além de uma parte essencial da matriz cultural da nossa região, é uma prática ancestral, que contribui para a exportação da nossa produção regional, em particular através do Queijo da Serra da Estrela. Além de outros fatores, a inexistência de qualquer tipo de apoio ou política pública, com o intuito de apoiar a continuação desta atividade económica e de contribuir para a melhoria das condições de vida dos que a praticam, apenas têm agravado o progressivo desaparecimento da mesma. Se nada for feito nos próximos anos, é apenas uma questão de tempo para que o pastoreio seja apenas uma prática esquecida e perdida no tempo. O desaparecimento desta profissão compromete a produção local, em especial de um dos nossos produtos de maior renome em Portugal e no estrangeiro. Propomos então que a CMC implemente medidas de apoio e valorização do pastoreio, através de incentivos fiscais, mais investimento na oferta formativa para jovens pastores e o apoio ao escoamento do produto, de modo a garantir a segurança da produção, garantindo a continuidade do pastoreio na Serra da Estrela.

Outro assunto que nos preocupa, é a falta, ou até inexistência de políticas municipais, com o intuito de promoverem uma maior qualidade de vida e uma convivência mais sustentável nos territórios rurais, nomeadamente apostando em habitações mais sustentáveis. Um dos maiores obstáculos



à melhoria das habitações no meio rural, prende-se exatamente com o desconhecimento e com a burocracia necessária para obter apoios para a criação de um lar mais sustentável, em territórios marcados por populações envelhecidas e que muitas vezes necessitam de apoio de proximidade, para poderem realizar essas melhorias. Consideramos, portanto, necessário apostar em programas de apoio a estas pessoas, nomeadamente a nível de serviços que prestem apoio na procura de apoios financeiros, e na realização de candidaturas aos mesmos. A melhoria das infraestruturas das habitações permite, entre outras coisas, reduzir a fatura da luz, combatendo a pobreza energética; promover a sustentabilidade ambiental e práticas amigas do ambiente, tornando essas habitações mais sustentáveis; e melhorar substancialmente o conforto das habitações, especialmente em regiões com invernos mais rigorosos, como a nossa.

Estas propostas não têm apenas em vista a promoção de um meio rural mais sustentável e amigo do ambiente, mas de o construir em sincronia com a melhoria das condições de vida dos que nele habitam e trabalham.

Pela Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã,
António Maria Petrucci Saraiva



União das Freguesias de Covilhã e Canhoso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ

Apreciação e deliberação sobre a proposta de desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso

No ano de 2013, por via da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, o governo dos PSD/CDS procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, a pretexto de uma melhor eficiência (que nunca se veio a verificar), criando várias uniões de freguesias, contra a vontade da população e que, em muitos casos, causou transtornos às populações e até alguns conflitos.

No caso da nossa União de Freguesias, a mesma agregou 5 freguesias então existentes: Conceição, São Pedro, Santa Maria, São Martinho e Canhoso, numa decisão que foi contra a vontade expressa dos decisores políticos e dos cidadãos.

Se no caso das freguesias da cidade essa união até já tinha sido proposta ao governo em 2012, já no caso do Canhoso isso não aconteceu e a população desse território nunca se manifestou a favor da referida união.

Em 2021, a Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, veio possibilitar a reversão deste processo penalizador de uniões de freguesias e por isso, os vários partidos concorrentes às eleições da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso foram a votos, nas eleições autárquicas de 2021, com uma proposta concreta: realizar os procedimentos necessários, dentro das competências da Junta e

Assembleia de Freguesia, para desagregar a freguesia, com a criação da Freguesia da Covilhã e da Freguesia do Canhoso.

Nesse sentido, foi criado um grupo de trabalho, com a participação de todas as forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia que desenvolveu os trabalhos iniciais nesse sentido. Mas o processo não foi tão fácil como os de outras uniões de freguesias do concelho. Porquê? Porque a lei previa um processo simplificado apenas para as uniões de freguesias que pretendiam regressar à situação anterior, ou seja, exatamente à mesma divisão administrativa existente antes de 2013.

Como já foi referido, essa não é a vontade dos eleitos, nem sequer da opinião pública em geral, pelo que a da desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso, teve de ser solicitada pelo regime geral previsto na Lei.

Tomada a decisão e avançar foi necessário um trabalho de pesquisa, recolha de dados e informações válidas que fomentassem esta escolha, para além de todas as exigências legais, nomeadamente documentos oficiais de várias entidades, que atestem territórios, eleitores, densidades, história, etc...

Com a ajuda de um advogado, especialista nesta área, foi agora possível apresentar um documento, complexo e extenso, que está de acordo com o regime geral de criação de freguesias e que esperamos tenha o voto favorável desta Assembleia Municipal e posteriormente possa ser avaliado e votado na Assembleia de República.

Finalizo com um conjunto de agradecimentos a todos quantos tornaram este caminho, que foi árduo, mais fácil.

HEZ H
A

Aos membros do grupo de trabalho, Srs. Carlos Mineiro, José Horta e Miguel Fiadeiro pelo trabalho inicial e disponibilidade mostrada para ajudar sempre ao longo de todo o processo.

Aos funcionários da União das Freguesias de Covilhã e Canhoso que dedicaram algumas horas à recolha de informações, nem sempre fáceis de conseguir.

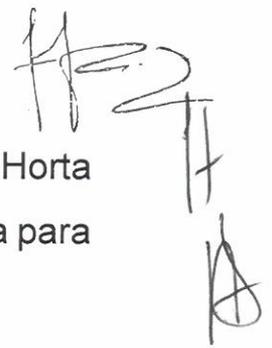
À Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia, Dra. Joana Petrucci Rocha, pelo acompanhamento e total apoio em cada ato que foi necessário tomar.

Ao Dr. Júlio Costa pela elaboração do Relatório de Viabilidade Económico-Financeira, realizado sem qualquer contrapartida financeira e disponibilizando o seu tempo pessoal para esta causa.

Finalmente ao Dr. Carlos José Batalhão, especialista nesta área do direito, pela elaboração do documento final, sempre atento aos pormenores e demonstrando sempre preocupação para que o processo seguisse todos os tramites legais, de modo a que possa ser aprovado, como todos esperamos.

Assim, em resumo, a União das Freguesias de Covilhã e Canhoso apresenta à Assembleia Municipal a proposta de desagregação da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso resultando em duas freguesias, a Freguesia da Covilhã e a Freguesia de Canhoso, sendo esta a vontade dos eleitos e da população em geral, apelando para que possa ser aqui aprovada por unanimidade e remetida à Assembleia da República com a força necessária para que aí seja também aprovada.

Covilhã, 18 de Dezembro de 2024



COVILHÃ TEM FORÇA

A alternativa existe!
#ContinuamosJuntos

Prezado e Estimado Presidente da **Assembleia Municipal** e restante **Mesa**

Excelentíssimo Senhor Presidente do **Município da Covilhã**

Senhoras **VereadoRAS** e Senhores **VereadoRES**

Prezados **Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesias**

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Trabalhadores do Município

Prezados **Jornalistas**

Prezado e Estimado **Público**

Em jeito de desabafo, dizer-vos que foi um erro do tamanho do mundo o que a Lei Relvas impôs e que nesta Assembleia Municipal deixámos exarado em intervenção, no ano de 2013, aquando da exigência da sua aplicabilidade e também **olhos nos olhos** com o Secretário de Estado da Administração Interna, na altura, o Dr. Paulo Júlio:

Agregar / Fechar Freguesias, o poder mais próximos dos Cidadãos, que contam Euros;

Criar Comunidades Intermunicipais para acomodar os boys partidários que gastam milhões.

Esta a lógica que presidiu à “ignóbil” Lei Relvas.

Porque o Mundo é de mudança, finalmente vai ser corrigido este erro e o Movimento Covilhã Tem Força **vota FAVORAVELMENTE a desagregação da União das Freguesias da COVILHÃ e CANHOSO.**

Mas trago hoje também a voz dos CANHOSENSES, que como sabeis são os residentes no Canhoso.

Uma voz que ecoa nas Ruas, de Pessoas que nos interrogam diariamente e que expressam um descontentamento real e palpável com a actual situação.

O Poder Local é – e deve ser – um poder de proximidade.

Mas que proximidade existe quando os cidadãos se sentem abandonados?

Quando, por exemplo, um infantário funciona num edifício onde o tecto desabou?

Quando ninguém assume responsabilidades?

É inadmissível o “ping-pong” de responsabilidades entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.

Um infantário num edifício com o tecto desabado e ninguém faz nada?

Como podemos olhar nos olhos dos Pais e garantir a segurança dos seus filhos?

Como é possível que a Junta se tenha alheado do problema, passando a responsabilidade para a Câmara e a Câmara tenha encolhido os ombros lançando o problema para a Junta.

Esta “guerra” não sei se é pessoal se é política. Sei que nesta guerra interna do PS, em que o Presidente da União de Freguesias do PS e o Presidente da Câmara do PS, não se falam .- pelo menos é o que lê na comunicação social – são os Canhosenses que sofrem e não são atendidas nos seus anseios e direitos.

Se as pessoas estivessem satisfeitas, estariam caladas. Mas não estão!! E sabem porquê? Porque sentem um corte físico com a cidade. Porque as suas Ruas têm problemas, Porque é preciso mais segurança; Porque alguns idosos estão a ser esquecidos.

Senhor Presidente da **Assembleia Municipal**

Permita-me uma questão:

Tendo este processo começado há 3 anos atrás, tendo eu próprio, em 2019, constituído um Grupo de Trabalho na Assembleia de Freguesia da Covilhã e Canhoso para tratar desta desagregação, sendo sobejamente conhecida a vontade da população do Canhoso, **porque razão este Processo de Desanexação só agora chega a esta Assembleia Municipal???**

Quem **vai assumir a responsabilidade política**, perante o povo do Canhoso, se este processo não estiver concluído antes das próximas eleições???

Deixo aqui um lamento: **este processo Não mereceu, desde Dezembro de 2021, a devida prioridade dos responsáveis**

políticos locais.

E deixo **um pedido urgente**: Para que, depois da votação de hoje, se providencie para que a Acta desta Assembleia chegue até Janeiro à Assembleia da República para que possa todo o Processo ser apreciado e sejam tomadas todas as formalidades para a desanexação da Freguesia do Canhoso, algo que é tão aguardado pelas populações, que se sentem discriminadas em relação ao Concelho da Covilhã.

A população merece respostas. Merece **ACÇÃO** e não palavras. Merece um Poder Local que seja verdadeiramente Local e verdadeiramente Poder.!

O MOVIMENTO **COVILHÃ TEM FORÇA** APROVEITA ESTA OPORTUNIDADE PARA, A TODOS VÓS E VOSSOS FAMILIARES, DESEJAR UM **BOM E FELIZ NATAL**, FORMULANDO **VOTOS** DE QUE O ANO DE **2025** SEJA REPLETO DE **SAÚDE, PAZ, ALEGRIA, AMOR E EUROS**.



(Doc. 19)

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão de 18 de Dezembro de 2023

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Presidentes de Junta de Freguesia,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.4 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Orçamento Municipal para 2025; Mapa de Pessoal para 2025; Listagem de Prédios Municipais, por Freguesia, para Alienação; Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e outras Receitas Municipais; Autorização para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal.

Orçamento para 2025, as previsões apontam:

Para um montante global de 64 milhões de euros, repartidos por 48 milhões de euros de receitas correntes (75%) e 15 milhões de euros de receitas de capital (25%). Quanto à Despesa é apresentado um montante de 40 milhões de euros (63%) em despesa corrente e 23 milhões de euros (36%) em despesa de capital.

Esta estrutura de Receitas e Despesas proposta para 2025 representa o maior orçamento apresentado desde 2022 (46, 47, 57 e agora 64 milhões de euros, respetivamente), coincidente com o último ano de mandato.

Se era de esperar que esta evolução se transformasse no aumento da percentagem das despesas de capital por forma a concretizar obras e projetos que se arrastam desde o início do mandato, aquilo que a realidade dos números nos demonstra é o seguinte:

Percentagem das Despesas de Capital sobre as Despesas Totais

2022 – 18,1/46,2 M€ – 39%;

2023 – 16,4/47,3 M€ – 35%;

2024 – 22/57, M€ – 38%;

2025 – 23,5/64,1M€ – 36%;

Significa que, entre 2022 e 2025, enquanto as despesas de capital aumentaram 5,4 M€ (cerca de 30%) as despesas correntes aumentaram 12,5 M€ (cerca de 45%).

Deixamos a pergunta: esta evolução do aumento de despesas correntes está hoje a significar maior capacidade operacional interna para melhorar a qualidade de vida das pessoas? Ou significa um aumento do peso da estrutura nas verbas disponíveis, quer seja através da cobrança de impostos e taxas municipais, da participação do município nos impostos do estado ou a venda de bens e serviços, para investimento municipal em todo o concelho?

É que apesar deste aumento das despesas correntes, que poderia significar mais operacionalidade na resposta e decisão, aquilo a que vamos assistindo é que a estrutura interna se tornou uma máquina pesada, burocrata, ciosa de despachos e decretos, de normas e regulamentos, mas que não funciona por si, precisa bastas vezes da ordem de quem lá está em cima.

Veja-se o caso do Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias aqui aprovado nesta Assembleia. Afinal não basta existir regulamento, não basta a freguesia se candidatar, não basta o vereador dar despacho a propor a atribuição de verbas. É preciso o senhor presidente decidir. Significa que uma candidatura submetida por uma freguesia à câmara municipal, em setembro de 2023, aguarda em dezembro de 2024 por uma etapa que efetiva a decisão de atribuição de apoio submetido em sede de Regulamento Municipal. 15 meses para decidir!

Uma máquina que não consegue apresentar com clarividência as obras e projetos novos que se propõe realizar. Quando dizemos clarividência, falamos da necessidade de a Câmara Municipal prestar informação em que defina claramente os objetivos para o ano e que se comprometa com metas.

O que fomos assistindo ao longo dos orçamentos destes últimos mandatos é que há obras que se arrastam nos planos e nunca foram concretizadas, obras que diminuem orçamento em contraciclo com as afirmações e compromissos do executivo camarário. Obras que saem do plano e orçamento sem se saber muito bem porquê. Obras que entram e rapidamente são executadas. Obras que não estavam nos planos e são realizadas. Houve de tudo, há vários exemplos e todos sabemos que isso aconteceu.

Vejam os casos do Desporto para percebermos que o Orçamento não bate com o plano:

Refere o Orçamento

*“O Município da Covilhã continuará a promover uma política desportiva sustentada na prática de atividades desportivas e de lazer. Ao nível do desporto os investimentos mais significativos serão a **construção da piscina municipal, a reabilitação do campo nº 2 do Complexo Desportivo, a reabilitação da pista de atletismo, o pavilhão municipal e a empreitada para a conservação e manutenção da piscina praia.**”*

Vejam os casos do Plano estratégico de desenvolvimento desportivo municipal Covilhã 2021-2030, aprovado nesta Assembleia Municipal.

- **Construir uma piscina ao ar livre (Covilhã/Canhoso);**
- Construir uma piscina coberta (Covilhã / Canhoso);
- Desenvolver uma rede de percursos de BTT, Downhill e Trail em estreita ligação ao conceito de “Serra”;
- Desenvolver ciclovias na cidade;
- Construir um pavilhão desportivo na Boidobra;
- Construir um pavilhão municipal multiusos na cidade com capacidade para receber eventos de maiores dimensões de âmbito nacional e internacional;
- Construir/Requalificar 5 Grandes Campos nas freguesias: Boidobra, UF

Covilhã/Canhoso, Cantar Galo/Vila do Carvalho, Teixoso/Sarzedo, Tortosendo

- Construir/Requalificar 11 pequenos campos do tipo polidesportivo descoberto, explorados por entidades públicas e uso livre nas freguesias: Cantar Galo/Vila do Carvalho (1), Dominguiso (1), Paul (1), UF Peso/Vales do Rio (1), Ferro (1), Tortosendo (4) e UF Covilhã/Canhoso (2);

- **Requalificar a pista de atletismo do Complexo Desportivo;**

- Reconstruir/Requalificar a Piscina Municipal ou sua transformação para piscina descoberta;
- Requalificar os circuitos de manutenção nomeadamente na Freguesia do Tortosendo, na Pousadinha em UF Vila do Carvalho/Cantar Galo, e na Floresta em UF Covilhã/Canhoso;
- Recuperar a cobertura do pavilhão da UBI;
- Instalação Desportiva especializada para a prática de judo;
- Circuitos alternativos e seguros à pista de Atletismo para o cidadão comum;
- Desenvolver um Centro de Alto Rendimento a Altitude;
- Construir um centro de acolhimento e apoio à prática de desportos de natureza (Desporto e Turismo) como Pedestrianismo, BTT, Trail, entre outros. Infraestrutura situada em local estratégico de confluência da rede de percursos que poderá possuir: área informativa, wcs, zona de balneários, zona de lavagem e reparação de bicicletas.

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 ficam muito aquém do Plano Estratégico. Nenhuma obra nas freguesias é realizada diretamente pelo orçamento municipal.

Mapa de Pessoal

O Município da Covilhã tem neste momento 719 trabalhadores, prevendo-se a contratação de novos 307 trabalhadores, entre os quais 119 assistentes operacionais (39 para o Departamento de Obras e 72 para a Educação, Cultura, Ação Social e Desporto), 65 assistentes técnicos, 80 técnicos superiores. Resta-nos esperar que o aumento de 42% do quadro de pessoal sirva para a melhoria da qualidade dos

serviços prestados, da eficácia na resposta aos munícipes e freguesias, do aumento da capacidade de decidir e executar, a bem do Concelho da Covilhã

Listagem de prédios municipais, por freguesia, passíveis de alienação

Esta é uma listagem incompleta por não contemplar o valor patrimonial atual dos prédios municipais. Para que serve afinal esta listagem? Todos os prédios urbanos ao serviço da habitação pública municipal são passíveis de alienação? Não deveria existir uma seriação, critérios para a alienação, a sua valorização?

Entenderíamos esta listagem se ela fosse acompanhada de um programa de alienação de habitação pública municipal aos inquilinos atuais, com condições vantajosas para os seus moradores.

Tabela Geral de Taxas Municipais; Tabela Geral de Preços e outras Receitas Municipais

A mesma devia ser acompanhada da evolução e estudo comparativo com municípios vizinhos por forma a enquadrar os valores estavelecidos:

Disse.

Os eleitos do PCP

Marco Gabriel

Vitor Reis Silva

Pedro Manquinho